Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2024 Nª 25.639 Preço banca: R$ 3,50

Reforma propõe devolução de 50% em luz, água e gás a mais pobres

As famílias mais pobres ou inscritas em programas sociais poderão receber de volta 50% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, tributo federal) paga nas contas de luz, água, esgoto e gás encanado. A proposta consta do projeto complementar de regulamentação da reforma tributária, enviado na quarta-feira (24) à noite ao Congresso.

Em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado pelos estados e pelos municípios, a devolução ficará em 20% sobre as contas desses serviços. O ressarcimento também beneficiará apenas famílias de baixa renda. No caso do botijão de gás, a devolução será de 100% da CBS e 20% do IBS.

Chamado de cashback (ressarcimento de tributos em dinheiro), o mecanismo foi aprovado na emenda constitucional da reforma tributária para tornar mais progressiva a tributação brasileira, com os mais pobres pagando proporcionalmente menos impostos em relação aos mais ricos. O cashback permite que benefícios tributários se concentrem na população de baixa renda, sem que também sejam usufruídos pelos mais ricos.

Página 3

Uma em cada dez famílias enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave

Página 11

Cesta básica nacional terá 15 alimentos com imposto zerado

Página 3

Estupros e homicídios dolosos caem em São Paulo

Estatísticas criminais divulgadas na quinta-feira (25) pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo mostram queda nos crimes de estupro, homicídio doloso, roubos em geral e roubos de veículos e de carga em março deste ano na comparação com março de 2023.

Os estupros, incluindo de vulneráveis, passaram de 1.384 casos em março do ano passado para 1.210 em março de 2024, o que representa recuo de 12,57%. As vítimas vulneráveis são aquelas que têm até 14 anos de idade ou não têm condições de consentir o ato.

Foram registradas 227 ocorrências de homicídio doloso – quando há intenção de matar - em março deste ano, enquanto em março de 2023 houve 243 casos, redução de 6,58%. As vítimas de homicídio doloso diminuíram de 254 para 234. Já os feminicídios tiveram aumento, passando de 25 para 27.

As tentativas de homicídio caíram de 346 para 306, considerando a mesma base de comparação. As estatísticas criminais apontam que o número de latrocínios - roubo seguido de morte - se manteve em 13, em março deste ano e também no ano passado.

Roubos

Em março deste ano, não houve roubos a banco no estado de São Paulo, enquanto no ano passado foi registrado um roubo desse tipo em março. O roubo de cargas teve queda de 612 para 402 casos, considerando o mesmo período do comparativo.

Os roubos de veículos passaram de 3.592 registros em março de 2023 para 2.599 em março deste ano. O total de roubos caiu de 21.605 em 2023 para 17.883 neste ano. (Agência Brasil)

Governo reajusta em 52% auxílio-alimentação de servidores federais

Foto/Joédson Alves/ABr

Página 4

Petrobras irá distribuir R$ 21,95 bi em dividendos extraordinários

A Petrobras irá distribuir aos acionistas um total de R$ 21,95 bilhões, referente a 50% do valor avaliado para os dividendos extraordinários. A decisão é relativa ao exercício social de 2023. Com as atualizações monetárias desde o dia 31 de dezembro do ano passado, o pagamento está atualmente calculado em R$ 1,7571521 por ação preferencial e ordinária.

Página 4

Zanin acata pedido do governo e suspende desoneração da folha

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin concedeu no final da tarde da quinta-feira, liminar para suspender a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. A decisão do ministro foi motivada por uma ação protocolada na quarta-feira (24) pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Página 11

Esporte

Venda de ingressos para a São Paulo Grand Prix Official Party tem inicio

A segunda edição da São Paulo Grand Prix Official Party powered by Posh Club, a festa oficial do GP de São Paulo de Fórmula 1, já tem data: 1 e 2 de novembro na capital paulista.

Mais uma vez, a assinatura é da Posh Club, conhecida por produzir performances emblemáticas em suas noites exclusivas, o clube é sinônimo de sofisticação e bom gosto, como demonstrou na organização das duas festas oficiais da São Paulo Grand Prix Official Party no ano passado.

Página 12

Foto/ Aston Martin

Felipe *Drugovoch durante testes*

Sérgio Sette está em Mônaco para a 8ª etapa do Mundial de Fórmula-E

Nas mais charmosas e tradicionais ruas do automobilismo o Campeonato Mundial de Fórmula-E chega à sua oitava etapa do calendário com o e-Prix de Mônaco. No mesmo traçado usado historicamente pela F-1 os pilotos e máquinas da competição irão cruzar as ruas de Monte Carlo a mais de 300 km/h.

Vindo de uma temporada de crescimento junto à equipe ERT Formula-E o brasileiro Sérgio Sette Câmara está animado para a corrida que irá concluir a primeira metade do Campeonato. Depois de um comemorado sexto lugar na corrida de Misano (ITA), disputada há duas semanas, o piloto de Belo Horizonte acredita que a pista de Mônaco reúne características ainda mais favoráveis ao carro de sua equipe.

Página 12

Copa Brasil de Kart vai selecionar campeões da OK Júnior e OK FIA para representar o país no FIA Motorsport Games

Foto/ Fabio Oliveira

Vencer a Copa Brasil de Kart, segunda maior competição da modalidade no país, já é o sonho de qualquer piloto, mas ter a chance de sair da disputa com uma vaga para representar o Brasil no FIA Motorsport Games é ainda mais especial. Pois este será um incentivo a mais para os pilotos que disputarão a 25ª Copa Brasil de Kart, em julho, no Circuito Internacional Paladino, no Conde/PB, nas categorias OK FIA Júnior e OK FIA.

Página 12

Campeões *da OK FIA e OK Júnior na Copa Brasil ficarão com as vagas*

Campos do Jordão recebe a primeira etapa do Desafio das Serras 2024

Foto/Divulgação

O Desafio das Serra, o maior circuito de corridas de montanha do país, terá o início da temporada 2024 no dia 5 de maio. O local escolhido é o Parque Campos do Jordão, que receberá o evento mais uma vez corredores de todo o estado para os desafios de 7, 11, 23 e 42 km por trilhas e estradas da região.

Página 12

Previsão do Tempo

Sexta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

30º C
20º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,16
Venda: 5,16

Turismo
Compra: 5,19
Venda: 5,37

EURO

Compra: 5,53
Venda: 5,53

Jornal O DIA SP

Roubos caem 61% e vão ao menor índice em 1 semana no centro de SP

Os bairros dos Campos Elíseos e Santa Cecília, que compreendem o fluxo de cenas abertas de uso de drogas na área central de São Paulo, registraram o menor índice de roubos em uma semana desde o início do monitoramento iniciado pelo Governo de São Paulo há um ano, por meio da Secretaria da Segurança Pública.

No levantamento feito entre os dias 15 e 21 de abril, foram 47 roubos notificados na área, queda de 61% na comparação ao mesmo período do ano passado, quando houve 120 delitos. Foi a primeira vez que o número deste tipo de ocorrência ficou abaixo dos 50 casos na comparação semanal.

O menor índice de roubos em uma única semana havia sido registrado também neste mês, entre os dias 1º e 7 de abril, e também entre os dias 19 e 25 de fevereiro deste ano, com 55 registros.

Já os furtos tiveram queda de 23% na região e foram de 209 no ano passado para 161 nas ocorrências registradas entre 15 e 21 de abril. A redução ainda é mais expressiva e vai a 47% na comparação aos registros do período em 2022, quando houve 302 casos.

Desde o início do monitoramento semanal na gestão do governador Tarcísio de Freitas, os crimes patrimoniais nos Campos Elíseos e Santa Cecília têm tendência de queda. Entre as medidas implementadas pelo Governo do Estado, estão o reforço do patrulhamento ostensivo com mais de 400 policiais militares nas ruas e outros 700 agentes para a atividade delegada em parceria com a Prefeitura de São Paulo.

A Secretaria de Segurança Pública também vem promovendo sucessivas operações das Polícias Civil e Militar para combater o tráfico de drogas e prender criminosos que atuam no fluxo de cenas de uso. No primeiro bimestre de 2024, foram 599 prisões, 19% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Houve ainda apreensão de 82 quilos de drogas em janeiro e fevereiro, em total seis vezes maior que o do primeiro bimestre de 2023.

O investimento do Governo de São Paulo em tecnologia e sistemas de inteligência também foi ampliado para aumentar a capacidade policial de monitoramento e pronta resposta às ocorrências criminais.

Além disso, a gestão estadual inaugurou três novas companhias da PM no centro da capital. Uma delas é a sede própria da 3ª Companhia da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam), do 7º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep), no bairro da Aclimação.

Polícia impede que 5,9 mil porções de drogas cheguem ao interior

Os policiais militares do Tático Ostensivo Rodoviário (TOR) prenderam em flagrante, na quarta-feira (24), um homem, de 24 anos, que transportava 5,9 mil porções de cocaína, haxixe e maconha. A droga seria distribuída no interior de São Paulo. A ação aconteceu em Sertãozinho, município da região de Ribeirão Preto.

A equipe realizava patrulhamento no entorno quando suspeitou do motorista de um carro, com placas de Ribeirão Preto. Durante a abordagem, os agentes encontraram uma mochila com drogas embaixo do banco do veículo.

De acordo com as informações, o suspeito foi contratado para levar até o município de Bebedouro, onde um segundo envolvido receberia a droga para vender na região. A maior parte do entorpecente era cocaína, que totalizou 5,4 mil pinos. O restante estava dividido entre maconha e haxixe. Quase mil reais foram apreendidos na ação.

O suspeito foi encaminhado à delegacia de Sertãozinho, onde o caso foi registrado como tráfico de drogas.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Embora o União (PSL + DEM) ainda não seja oficialmente pela reeleição do prefeito Nunes (MDB), o fato do vereador Milton Leite se lançar a vice do ex-colega coloca o partido, que segue sem candidatura ao cargo, virtualmente alinhado nas eleições 2024

PREFEITURA (São Paulo)
São estes os partidos que tão fechando pela reeleição do Ricardo Nunes (MDB): PL, PP, PSD, Republicanos, Podemos, Solidariedade, Avante, PRD (fusão do PTB com Patriota), Mobilização, o Covismo do PSDB (federado com Cidadania) e o Milton Leite do União

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Histórias : o deputado Olim (PP ex-Arena) segue sendo citado como um dos nomes que pode se tornar candidato a vice-prefeito de São Paulo, desde os tempos da 1ª 'candidatura' do Datena em 2016. Agora tá entre os cotados pra vice do prefeito Nunes (MDB)

GOVERNO (São Paulo)
Nem os governadores do PSDB [desde Covas 1995 a 2001 e Alckmin daí pra frente, por 4 vezes] entraram pra história como os que mais apoiaram candidatos à prefeitura paulistana, como tá fazendo o Tarcísio (Republicanos) em relação ao Ricardo Nunes (MDB)

CONGRESSO (Brasil)
Nunca antes neste país, como costuma dizer o atual presidente, um governo [PT do Lula pela 3ª vez] foi tão precocemente [1 ano e meio] derrotado em termos de derrubadas de vetos de temas importantes que foram aprovados na Câmara Deputados e no Senado federal

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa é a reforma tributária no Congresso. Outra coisa é a falta de uma reforma administrativa e outra coisa é o futuro da federação dos Estados e os comitês gestores que mandarão nos governadores. E os quase 30% de valor agregado (um dos maiores do mundo) ?

PARTIDOS (Brasil)
Se na Câmara Deputados o PL [do Costa Neto em sociedade com os Bolsonaro] segue sendo a maior bancada, no Senado o PSD do Kassab periga deixar de ser a maior bancada, com senadores das oposições indo pro PL, podendo parssar a ser a maior das bancadas

JUSTIÇAS (Brasil)
Agora professor de Direito, titular na Faculdade São Francisco da Universidade de São Paulo, o ministro (Supremo) Alexandre Moraes já é um dos deuses do Monte Olimpo brasileiro, uma vez que se dá ao luxo de ser Advogado até dos colegas nomeados pelo Bolsonaro

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Campanha institucional da gestão estadual destaca força do agro em SP

O reconhecimento do Governo de São Paulo à força do campo na geração de renda e oportunidades em nosso estado ganha uma nova marca institucional. Na última quarta-feira (24), a gestão paulista iniciou a campanha "Nosso Agro Tem Força", voltada à divulgação das políticas públicas da gestão paulista para apoio aos pequenos, médios e grandes produtores rurais do interior e litoral.

A campanha elaborada pela Secretaria de Comunicação, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, destaca o desempenho fundamental do agronegócio na economia paulista – a produção no campo equivale a 40% do PIB estadual – e também valoriza o papel do agronegócio na segurança alimentar, na sustentabilidade ambiental e na preservação da cultura e tradições rurais.

Entre as políticas públicas reunidas sob o slogan "Nosso Agro Tem Força", o Governo de São Paulo destaca novos investimentos em programas de apoio direto aos produtores rurais, como o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), o Seguro Rural e o Pró-Trator. A campanha também terá destaque no espaço da Secretaria da Agricultura e Abastecimento na Agrishow, em Ribeirão Preto, a partir do próximo domingo (28)

A divulgação da campanha será segmentada, com formatos específicos para veiculação em mídia tradicional, meios digitais e painéis out-of-home, além de cerimônias e eventos do Governo de São Paulo voltados ao agronegócio.

A veiculação segmentada também é prevista nas regiões de Campinas, Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba, Bauru, Sorocaba, Litoral Norte, Baixada Santista, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Itapeva e Franca. Também serão utilizados outros meios mais generalistas para aumentar a cobertura e eficiência da mensagem.

Homens são presos em flagrante com mais de 9 mil porções de drogas no litoral

A Polícia Militar prendeu dois homens, de 21 e 54 anos, após encontrar na casa em que eles estavam mais de 9 mil porções de drogas, entre maconha, crack e cocaína. O flagrante aconteceu na terça-feira (23), no bairro Umuarama, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo.

Policiais estavam em patrulhamento na região, quando um morador os informou que, em um imóvel nas imediações, havia grande quantidade de drogas. O denunciante também disse que pessoas faziam fila no local para comprar as substâncias.

Na frente da casa, os agentes encontraram um homem que se identificou como proprietário e permitiu a entrada das equipes. Ele afirmou que alugava um quarto da residência para um homem.

Ao chegar no cômodo, o suspeito se assustou e, antes mesmo de ser questionado, informou à equipe que no local havia drogas e arma. Durante as buscas, os agentes encontraram quase 6 mil porções de cocaína, 2,8 mil de maconha e 840 pedras de crack, sendo que todos os entorpecentes estavam embalados para a venda.

O dono da droga e o proprietário do imóvel foram encaminhados à Delegacia de Polícia de Ubatuba, onde permaneceram presos. O caso foi registrado como tráfico de drogas e porte ilegal de arma.

Carretas da Mamografia oferecem exames gratuitos em 6 municípios durante o mês de maio

As Carretas da Mamografia, do Programa "Mulheres de Peito" da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, realizarão os exames gratuitos para diagnóstico de câncer de mama nos municípios de Guararema, Santo Antônio do Pinhal, Mirassolândia, Biritiba Mirim, Guapiaçu e Morungaba durante o mês de maio.

A iniciativa do Governo de São Paulo promove exames de mamografia, sem necessidade de agendamento, para mulheres de 35 a 49 anos, e acima de 70 anos, mediante apresentação do RG, cartão do SUS e um pedido médico. Já as pacientes com idade entre 50 e 69 anos podem levar apenas RG e cartão do SUS (Sistema Único de Saúde).

Somente no primeiro trimestre deste ano, já foram realizados mais de 6 mil exames. Em 2023, o programa realizou 24.690 exames e percorreu 47 municípios, incentivando as mulheres a realizarem o exame de mamografia e possibilitando o diagnóstico e o tratamento precoce do câncer de mama.

O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com atendimento de até 50 senhas. Aos sábados, o horário é das 8h às 12h, com atendimento de até 25 mulheres, com distribuição de senhas por demanda espontânea e por ordem de chegada.

As imagens capturadas nos mamógrafos são encaminhadas para o Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem (SEDI), ligado à Secretaria, localizado na capital paulista, que emite laudos à distância. O resultado sai em até dois dias após a realização do exame.

As carretas contam com equipe multidisciplinar composta por técnicos em radiologia e um agente administrativo. Para agilizar o diagnóstico, cada veículo é equipado com conversor de imagens analógicas em digitais, impressoras, computadores e mobiliários.

Governo de SP inaugura 1ª Praça da Cidadania no interior, em Hortolândia

O governador Tarcísio de Freitas inaugurou na quinta-feira (25) em Hortolândia, na região de Campinas, a primeira unidade do programa Praça da Cidadania no interior paulista. Com espaços de convivência, lazer e esportes, o equipamento conta com uma escola de qualificação profissional e serviços ao cidadão que estimulam o empreendedorismo, geram oportunidades e levam dignidade à população. Agora, são sete Praças da Cidadania em funcionamento em todo o estado.

"Esse é um dos projetos mais bonitos que a gente tem e vai abrir as portas para muita gente. A primeira praça do interior de São Paulo está aqui, em Hortolândia. Esse não é só um local de convívio e lazer. É um local de capacitação de transformação", afirmou Tarcísio. "Isso é o que tem de mais importante quando se trata de desenvolvimento social, de superação. A gente acolhe, capacita e vai dar a porta de saída. Quantas pessoas vão poder sair da Praça da Cidadania para o mercado de trabalho e o emprego. Vão sair daqui com esperança. Isso é o legal nesse programa, por isso que fazer praça é tão bacana", acrescentou.

A inauguração também reuniu a primeira-dama e presidente do Fundo Social de São Paulo, Cristiane Freitas, o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco, o presidente do Conselho do Fundo Social, Filipe Sabará, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e moradores da região do bairro Jardim Nova América.

A Praça da Cidadania de Hortolândia fica em local de fácil acesso pelo corredor metropolitano de ônibus. O projeto foi implementado em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), que elaborou os projetos executivos e gerenciou a obra. O investimento estadual na ação foi de R$ 6,17 milhões.

O equipamento oferece espaços de integração social e esportiva e a Escola de Qualificação Profissional do Fundo Social de São Paulo, que oferece cursos de capacitação para pessoas em situação de vulnerabilidade social e serviços ao cidadão.

"Essa inauguração reforça o compromisso do Governo do Estado e do Fundo Social de São Paulo com o desenvolvimento social e econômico do estado. Nós sabemos que hoje o mercado de trabalho, além de muito competitivo, está muito exigente. E aqui nesse espaço as pessoas vão encontrar uma qualificação que servirá como ferramenta para a independência financeira. Aqui, as pessoas terão a oportunidade de serem agentes de transformação das próprias vidas", destacou a presidente do Fundo Social, Cristiane Freitas.

Com 7 mil m² de área, a Praça da Cidadania de Hortolândia conta com quadra de futebol society, quadra poliesportiva coberta, academia ao ar livre, parquinho infantil, pista de skate, arena ao ar livre, pista de caminhada, área de jogos, pergolado e espaço de descompressão com várias redes.

O prédio da Escola de Qualificação Profissional reúne salas de gastronomia, beleza e bem-estar, esterilização, moda e arte, informática, espaço com serviços para o cidadão, duas salas multiuso, administração, copa, lavanderia, depósito, almoxarifado, sanitários, área técnica, horta comunitária e canteiro da escola de construção civil.

Para mitigar o impacto ambiental, a praça é equipada com jardins de chuva para retenção e infiltração das águas pluviais, iluminação em LED e pisos semipermeáveis. Já o edifício da Escola de Qualificação Profissional possui um sistema de captação e reaproveitamento da água da chuva.

Com a inauguração da Praça da Cidadania em Hortolândia, já são sete equipamentos em operação no estado. O programa atende aos municípios de Guarulhos, Santo André, Osasco e Itapevi, todos na Grande São Paulo, e também tem duas unidades na capital, nas comunidades de Paraisópolis e Vila da Paz. O Governo de São Paulo também está com sete praças em processo de implantação e outras seis em obras.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Cesta básica nacional terá 15 alimentos com imposto zerado

Quinze alimentos in natura ou pouco industrializados vão compor a cesta básica nacional e pagar imposto zero, com a reforma tributária. O projeto de lei complementar que regulamenta o tema, enviado na noite da quarta-feira (24) ao Congresso, trouxe ainda 14 produtos com alíquota reduzida em 60%.

Na justificativa do projeto, o governo informou que se baseou nos alimentos in natura ou "minimamente processados" para definir a cesta básica nacional. O texto destacou que o governo seguiu as recomendações de alimentação saudável e nutricionalmente adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde.

Embora tenha citado motivos de saúde, alguns alimentos com gordura saturada, como óleo de soja e manteiga, ou com substâncias que criam dependência, como o café, foram incluídos na cesta básica nacional. Nesse caso, a justificativa é a de que esses itens são essenciais na alimentação do brasileiro e já fazem parte da cesta básica tradicional.

Confira a lista dos alimentos da cesta básica nacional:

arroz; feijão; leites e fórmulas infantis definidas por previsão legal específica; manteiga; margarina; raízes e tubérculos; cocos; café; óleo de soja; farinha de mandioca; farinha de milho, grumos e sêmolas de milho, grãos de milho esmagados ou em flocos; farinha de trigo; açúcar; massas; pães comuns (apenas com farinha de cereais, fermento biológico, água e sal).

O governo propôs uma lista estendida de alimentos com alíquotas zero. Eles não estão na cesta básica nacional, mas também não pagarão a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) nem o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). São eles:

ovos; frutas; produtos hortículas.

Outros 14 tipos de alimentos tiveram alíquota reduzida em 60% no projeto de lei:

carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto foie gras), miudezas comestíveis de ovinos e caprinos; peixes e carnes de peixes (exceto salmonídeos, atuns; bacalhaus, hadoque, saithe e ovas e outros subprodutos); crustáceos (exceto lagostas e lagostim) e moluscos; leite fermentado (iogurte), bebidas e compostos lácteos; queijos tipo muçarela, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino; mel natural; mate; farinha, grumos e sêmolas de cereais, grãos esmagados ou em flocos de cereais (exceto milho); tapioca; óleos vegetais e óleo de canola; massas alimentícias; sal de mesa iodado; sucos naturais de fruta ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes; polpas de frutas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes

O projeto também propôs alguns produtos de limpeza que pagarão alíquota reduzida em 60%. Segundo o governo, esses itens são bastante consumidos pela população de baixa renda:

sabões de toucador; pastas de dentes; escovas de dentes; papel higiênico; água sanitária; sabões em barra.

Em todos os casos, o governo optou por listas reduzidas, com prioridade para alimentos sadios ou o consumo pela população mais pobre. No início de abril, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) encaminhou um pedido ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para ampliar o conceito de cesta básica e incluir alguns itens de luxo.

Os supermercados defendiam a isenção de impostos para itens como fígados gordos (foie gras), camarão, lagostas, ostras, queijos com mofo e cogumelos. Já itens como caviar, cerveja, vinho, champanhe e chocolate teriam redução de 60% na alíquota.

Ultraprocessados

Apesar da justificativa de preservar a saúde, em outro ponto do projeto de lei, o governo excluiu alimentos ultraprocessados do Imposto Seletivo, que incidirá sobre alimentos considerados prejudiciais à saúde. Apenas bebidas com adição de açúcar e conservantes sofrerão a incidência do imposto.

Em março, um manifesto assinado por médicos como Drauzio Varella e Daniel Becker, além de personalidades como as chefs Bela Gil e Rita Lobo, pedia a inclusão dos produtos ultraprocessados no Imposto Seletivo. Intitulado "Manifesto por uma reforma tributária saudável", o texto teve apoio de organizações como a Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). (Agência Brasil)

Reforma propõe devolução de 50% em luz, água e gás a mais pobres

As famílias mais pobres ou inscritas em programas sociais poderão receber de volta 50% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, tributo federal) paga nas contas de luz, água, esgoto e gás encanado. A proposta consta do projeto complementar de regulamentação da reforma tributária, enviado na quarta-feira (24) à noite ao Congresso.

Em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado pelos estados e pelos municípios, a devolução ficará em 20% sobre as contas desses serviços. O ressarcimento também beneficiará apenas famílias de baixa renda. No caso do botijão de gás, a devolução será de 100% da CBS e 20% do IBS.

Chamado de cashback (ressarcimento de tributos em dinheiro), o mecanismo foi aprovado na emenda constitucional da reforma tributária para tornar mais progressiva a tributação brasileira, com os mais pobres pagando proporcionalmente menos impostos em relação aos mais ricos. O cashback permite que benefícios tributários se concentrem na população de baixa renda, sem que também sejam usufruídos pelos mais ricos.

Faixa de renda

A regulamentação do cashback estabeleceu que a devolução de tributos beneficiará famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e as inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Quem estiver em uma dessas duas categorias será automaticamente incluído no programa.

O projeto de lei complementar também prevê a possibilidade de que o cashback seja estendido a outros produtos, com devolução de pelo menos 20% da CBS e 20% do IBS. O projeto, no entanto, não detalhou sobre quais itens o mecanismo poderia incidir. Os percentuais de ressarcimento poderão ser elevados, dependendo de lei ordinária.

No caso do gás encanado, água e esgoto, a devolução dos tributos será automática, por meio de descontos nas contas. Para os demais produtos, caberá à Receita Federal coordenar o ressarcimento, que deverão ser aproveitados em até dois anos após a compra.

Programas locais

Pelo texto entregue ao Congresso, o governo federal, os estados e os municípios poderão criar programas próprios de cashback. Alguns estados, como o Rio Grande do Sul, têm mecanismos de devolução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para compras de alimentos à população de baixa renda.

O projeto, no entanto, veda que o mecanismo beneficie produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente sobre os quais incidirão o Imposto Seletivo. O governo propôs que a sobretaxação afete produtos como cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos e embarcações poluentes, petróleo, gás natural e minério de ferro.

Saneamento

Durante a tramitação da reforma tributária, no ano passado, o Senado incluiu o setor de saneamento no regime especial, que permitiria às empresas do segmento pagarem menos impostos. No entanto, na segunda votação na Câmara dos Deputados, o benefício caiu, para evitar o fatiamento da proposta e a necessidade de uma segunda votação no Senado.

Nos últimos meses, as empresas de saneamento pediram a inclusão das contas de água e esgoto no regime de cashback. As companhias argumentam que a devolução dos tributos ampliará o acesso à água encanada e esgoto pela população de menor renda. (Agência Brasil)

Não pode ter muito penduricalho, diz Alckmin sobre reforma tributária

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, defendeu, na quinta-feira (25), no Rio de Janeiro, que a regulamentação da reforma tributária pelo Congresso Nacional não pode ter muito penduricalho, sob pena de impedir a redução da carga tributária no país.

A declaração foi feita após participar da abertura de um evento sobre fortalecimento da indústria. Alckmin fez uma defesa da reforma, afirmando que a legislação aprovada pelo parlamento no ano passado vai "desonerar completamente investimento e exportação".

"A reforma reduz custo para pagar imposto. O que não pode é ter muito penduricalho. A gente precisa ter cuidado na regulamentação para não ter muitas exceções, para a gente poder focar muito no IVA, Imposto sobre Valor Adicionado, um grande salto de qualidade porque não terá cumulatividade", observou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou a proposta de regulamentação da reforma tributária aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na quarta-feira (24).

A equipe econômica do governo prevê alíquota média do IVA de 26,5%. Mas há a preocupação de os parlamentares criarem exceções para alguns setores, como bens e serviços, que seriam beneficiados com menos impostos. A contrapartida seria uma compensação que onere outros produtos. Atualmente, os bens e os serviços brasileiros pagam, em média, 34% de tributos federais, estaduais e municipais.

O fórum Financiamento à Neoindustrialização, promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), foi realizado na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante o encontro, o BNDES lançou uma plataforma online que reúne informações sobre empréstimos concedidos no âmbito do Plano Mais Produção, braço de financiamento da Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial lançada pelo governo em janeiro.

De acordo com o painel, desde então o BNDES aprovou R$ 96,9 bilhões em financiamentos, tendo sido liberados R$ 69,6 bilhões até o fim de março. "Não há desenvolvimento sem crédito", disse Alckmin.

O vice-presidente e ministro elogiou a iniciativa do BNDES. "Transparência é sinônimo de eficiência. Quanto mais transparente, mais eficiência há", observou.

A seguir, ele elencou medidas do governo de estímulo ao setor e falou sobre a importância da indústria para a economia do país. "Quem mais melhora a renda é a indústria. Indústria e construção civil são campeãs em termos de emprego e renda", assegurou.

Alckmin comemorou dados de investimentos da indústria automobilística. "O setor automotivo fechou ontem R$ 129,6 bilhões de investimento já confirmados de todas as montadoras, praticamente, no Brasil. Teremos mais 5% disso, perto de R$ 6,5 bilhões na indústria de autopeças", detalhou.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, adiantou prévias do balanço do banco referente ao primeiro trimestre deste ano, a ser divulgado oficialmente em 9 de maio.

"As aprovações de crédito cresceram 92%, é um crescimento extraordinário em relação ao mesmo período de 2023", afirmou. Acrescentou que a inadimplência, ou seja, o não recebimento de recursos emprestados pelo banco, é inferior a 0,01%.

Mercadante defendeu que assim como Estados Unidos, União Europeia e China fazem política industrial com subsídios do governo e financiamentos, o Brasil deve seguir o mesmo caminho. Segundo ele, o BNDES já aprovou, até abril, R$ 100 bilhões dos R$ 250 bilhões previstos pela Nova Indústria Brasil até 2026. E opinou: "R$ 250 bilhões é pouco. O Brasil pode mais, a indústria pode mais", declarou.

Alckmin e Mercadante manifestaram interesse em que o Congresso Nacional aprove mais rapidamente o projeto de lei que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), que prevê reforçar em R$ 10 bilhões ao ano a capacidade de financiamento para investimentos.

As LCDs seriam uma forma de os bancos de desenvolvimento captarem recursos. Em resumo, pessoas e empresas poderiam comprar LCDs e receberem rendimentos pagos pelos tomadores. Um atrativo é que esses rendimentos teriam isenção do imposto de renda para pessoa física e alíquota de 15% para empresas, assim como acontece para letras de crédito para a agricultura (LCA) e o setor imobiliário (LCI). O projeto de lei das LCD está na Câmara e tramita em regime de urgência.

Durante o evento no Rio, o BNDES firmou um acordo de cooperação técnica com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência pública que financia a inovação.

Trata-se de "uma parceria para ter uma competência complementar e não concorrente, para agilizar as liberações, cada um se dedicar a sua especialidade, aquilo que tem mais condições de avaliação. Para a gente poder impulsionar mais rapidamente ainda os recursos para inovação", assegurou Mercadante.

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Celso Pansera, ressaltou o crescimento de demanda por financiamento à inovação.

"Nos quatro anos do governo anterior, a Finep emprestou em torno de R$ 5 bilhões, enquanto no ano passado emprestamos R$ 5,7 bilhões, em um único ano. É forte a demanda na área de inovação e vamos continuar trabalhando muito", garantiu. (Agência Brasil)

Paraná é o segundo estado com maior segurança alimentar do Brasil, aponta IBGE

O Paraná é o segundo estado com maior segurança alimentar do Brasil, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira (25). A pesquisa aponta que em 82,1% dos domicílios do Estado os moradores têm acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, o que representa cerca de 3,5 milhões de domicílios ou 9,5 milhões de pessoas. As informações são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e foram coletados no quarto trimestre de 2023.

Em todo o Brasil, a proporção de residências com segurança alimentar é de 72,4%, ou 78,3 milhões de domicílios, envolvendo 151 milhões de pessoas. No ranking nacional, o Paraná ficou atrás apenas de Santa Catarina (88,8%). O Rio Grande do Sul foi o 3º, com 81,3%. Dos estados mais populosos do Brasil, Minas Gerais ficou em 6º, com 78,4%, São Paulo em 8º, com 76,5%, e Rio de Janeiro em 10º, com 76,2%, e Bahia em 22º, com 60% dos domicílios com segurança alimentar.

O índice considera que os gastos com alimentação destas famílias não comprometem outras necessidades essenciais e que seus moradores não apresentam preocupação quanto à falta de alimento em um futuro próximo.

Esta foi a primeira vez que o IBGE usou estes critérios de classificação aliados à metodologia da PNAD Contínua. Os dados anteriores de segurança alimentar são referentes à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 e às PNADs de 2004 a 2013. Estas pesquisas, no entanto, não apresentaram recortes por estados.

Em relação ao índice nacional, as pesquisas apontam que a proporção de domicílios brasileiros com segurança alimentar oscilou na última década, saindo de 77,4% em 2013 para 63,3% em 2018 e subindo para 72,4% em 2023. A pesquisa também apontou que, em todo o País, a segurança alimentar nas residências urbanas é superior ao registrado nas áreas rurais. Nas cidades, 73,3% das casas têm segurança alimentar. Nos domicílios rurais, a segurança alimentar é de 65,5%.

No recorte por cor ou raça, 42% dos responsáveis pelos domicílios eram da cor ou raça branca, 12% da cor ou raça preta e 44,7% da cor ou raça parda.

A proporção de domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave (9,4%) recuou 3,3 pontos percentuais frente à POF 2017-2018 (12,7%), mas ainda se encontra 1,6 ponto percentual acima da PNAD 2013 (7,8%).

O Governo do Paraná tem algumas iniciativas para ajudar a garantir alimentação de qualidade. Entre elas estão o Mais Merenda, que garante três refeições por turno nas escolas estaduais; o programa de implementação de Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias em municípios de médio e grande porte; o Compra Direta e o Banco de Alimentos Comida Boa, que garantem distribuição de alimentos à rede socioassistencial; e o Cartão Comida Boa, distribuído a pessoas cadastradas no CadÚnico, com recursos exclusivos para alimentação. (AENPR)

Novo imposto incidirá sobre compras em sites estrangeiros

Atualmente isentas de impostos federais e pagando 17% de imposto estadual, as compras de produtos e de serviços em sites com sede no exterior de até US$ 50 pagarão o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Criado pela reforma tributária e composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, tributo federal) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, imposto estadual e municipal), o IVA começará a ser cobrado em 2026 e será implementado gradualmente até 2033.

A regra está prevista no projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária. A proposta -enviada ao Congresso Nacional - estabelece que qualquer compra de produtos e de serviços por meio de plataformas digitais, inclusive sites estrangeiros, será tributada pelo IVA. Não haverá distinção de valores para a cobrança.

As novas regras do IVA não alteram o Imposto de Importação, tributo que não entrou na reforma tributária e que continua com isenção até US$ 50. Em tese, além do IVA, as mercadorias compradas no exterior poderão pagar uma tarifa de importação que pode ser alterada a qualquer momento pelo governo por decreto.

Valores

Desde agosto do ano passado, quando entrou em vigor o Programa Remessa Conforme, a Receita Federal isenta de Imposto de Importação as compras de até US$ 50 destinadas a pessoas físicas. Os estados cobram 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em troca, os sites participantes do programa informam à Receita Federal da compra, com as mercadorias tendo prioridade na liberação pela alfândega.

Em entrevista coletiva para detalhar o projeto de lei complementar, o secretário extraordinário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que as empresas sediadas no exterior terão que fazer o registro para recolher a CBS e o IBS.

Segundo o auditor-fiscal da Receita Roni Petterson Brito, que participou da entrevista e auxiliou na elaboração do projeto de lei complementar, o registro será simplificado, como ocorre em outros países.

Appy esclareceu que a plataforma digital passará a ser responsável pelo pagamento. Dessa forma, se uma empresa estrangeira vender um software (programa de computador) a uma empresa no Brasil, a empresa fora do país terá de recolher a CBS e o IBS. Caso a companhia estrangeira não recolha o tributo, o comprador no Brasil terá de pagá-lo diretamente, acrescentando a alíquota ao preço de venda da mercadoria. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 22ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 22ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 16 de maio de 2024 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme "Termo de Securitização de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 22ª Emissão da Emissora" ("Termo de Securitização"), deliberar sobre: **(i)** A não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 12.6, item (xxxviii) do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA"), com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, em razão do não atendimento, pela BLENDPAPER SECURITY PAPEIS ESPECIAIS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Salto, estado de São Paulo, na Rodovia da Convenção, nº 30, sala 1, bairro Salto de São José, CEP 13.324-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 02.364.069/0001-20, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35300575385 ("Devedora"), dos Índices Financeiros previstos na cláusula 14.5, item "(mm)", subitens "(1)", "(2)", "(3)", "(4)" e "(5)" do Termo de Securitização, relativos aos 1º, 2º, 3º de 2021 e 2022, 1º e 2ª trimestres de 2023, assim como relativos aos exercícios sociais de 2021 e 2022; **(ii)** Em relação a apuração dos Índices Financeiros, aprovar: a) Anuência prévia para descumprimento temporário, nos termos da cláusula 14.5, item (mm) do Termo de Securitização, em razão de eventual inobservância dos Índices Financeiros relativos aos trimestres findos em 30/09/2023 e 31/12/2023, esses ainda pendentes de apuração e envio pela Devedora à Emissora; b) Não atendimento dos Índices Financeiros, ainda não performados, limitados àqueles cuja apuração se dará exclusivamente ao longo do exercício de 2024, nos termos abaixo; e c) As novas condições de verificação a ocorrer a partir de 2025, *desde que* os índices financeiros de tais períodos, sejam atendidos conforme indicado abaixo: (1) Dívida Líquida/EBITDA: menor ou igual a 3,75x para as verificações ocorridas no 1º trimestre de 2024, menor ou igual a 3,50x para as ocorridas no 2º trimestre de 2024, menor ou igual a 3,25x para as ocorridas no 3º trimestre de 2024 e menor ou igual a 3,00 para as verificações ocorridas para o 4º trimestre de 2024, sendo certo que partir do 1º trimestre de 2025 em diante deverá ser observado 1,5x considerando, para o EBITDA, o valor acumulado dos últimos doze meses; (2) EBITDA/Despesas Financeiras: igual ou maior que 0,95x para o 1º trimestre de 2024, 1,00x para o 2º trimestre de 2024, 1,05x para o 3º trimestre de 2024 e 1,10x para o 4º trimestre de 2024, sendo certo que a partir do 1º trimestre de 2025 em diante deverá ser igual ou maior que 2,0x. Para o cálculo acima, deverão ser considerados os valores acumulados dos últimos 12 (doze) meses; (3) Ativo Corrente/Passivo Corrente Mínimo: igual ou maior que 0,90x para o 1º trimestre de 2024, 0,95x para o 2º trimestre de 2024, 1,00x para o 3º trimestre de 2024 e 1,05x para o 4º trimestre de 2024, sendo certo que a partir do 1º trimestre de 2025 em diante deverá ser igual ou maior que 1,3x; e (4) Margem EBITDA Mínima: 8,5% para o 1º trimestre de 2024, 9,00% para o 2º trimestre de 2024, 9,00% para o 3º trimestre de 2024 e 9,00% para o 4º trimestre de 2024, sendo certo que a partir do 1º trimestre de 2025 em diante deverá ser 15,0%, considerando o valor acumulado dos últimos doze meses; e (5) Serviço de Cobertura da Dívida: igual ou maior que 0,25x para o 1º trimestre de 2024, 0,25x para o 2º trimestre de 2024, 0,35x para o 3º trimestre de 2024 e 0.35x para o 4º trimestre de 2024, sendo certo que a partir do 1º trimestre de 2025 em diante deverá ser igual ou maior que 1,3x, considerando o valor acumulado dos últimos 12 (doze) meses. **(iii)** Aprovar a inobservância dos limites de contratação de novas dívidas impostos na cláusula 14.5, item (n) do Termo de Securitização, referentes aos trimestres findos em 30/09/2023 e 31/12/2023, esses ainda pendentes de apuração e envio pela Devedora à Emissora; assim como anuir previamente com a majoração dos limites de contratação de novos dívidas pela Devedora e Avalistas para R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o exercício de 2024. **(iv)** A não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 12.6, item (ii) do CDCA, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, conforme cláusula 14.1 do Termo de Securitização em razão da não realização do registro do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária do Imóvel em Garantia e outras Avenças", datado de 13 de janeiro de 2021 (conforme aditado de tempos em tempos, a "AFI") sobre a Matrícula 453 e de seu respectivo aditamento, nos termos da assembleia geral de titulares dos CRA realizada em 11 de outubro de 2022, *desde que* tal registro seja obtido até 31/12/2024, sob pena de vencimento antecipado não automático das Obrigações Garantidas, conforme definido no Termo de Securitização; **(v)** A não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático nos termos da cláusula 12.6, item (ii) do CDCA, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, conforme cláusula 14.1 do Termo de Securitização em razão do descumprimento da data de apresentação dos Laudos de Avaliação previstos na AFI referente às matrículas 8.725 e 12.138 e no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e outras Avenças", datado de 28 de outubro de 2020 (conforme aditado de tempos em tempos, a "AF Equipamentos"), os quais deveriam ser apresentados anualmente (conforme cláusulas 4.2 da AFI e cláusula 5.1.2 da AF Equipamentos), sendo certo que o Laudo de Avaliação de 2021 somente foi disponibilizado em fevereiro de 2022, e os Laudos de Avaliação de 2022 e 2023 não foram apresentados, *desde que* o Laudo de Avaliação de 2023 e, portanto, o mais atualizado, ou seja, mais apto a representar o valor conferido em garantia, seja apresentado até 30/06/2024; **(vi)** A não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático nos termos da cláusula 12.6, item (ii) do CDCA, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, conforme cláusula 14.1 do Termo de Securitização, em razão do não envio do comprovante de notificação de comunicação da Cessão Fiduciária aos Clientes A, vencida em 12/11/2020, nos moldes da cláusula 3.2 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Recebíveis Comerciais e Outras Avenças", celebrado em 28 de outubro de 2020 (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária") *desde que* tal evidência da notificação seja obtida até 30/06/2024; **(vii)** A não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático nos termos da cláusula 12.6, item (ii) do CDCA, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, conforme cláusula 14.1 do Termo de Securitização em razão do não envio do comprovante de registro do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 25 de novembro de 2020 ("Primeiro Aditamento à AF de Quotas") no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da cláusula 2.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; **(viii)** A não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático do CDCA, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, em razão do: (a) atraso na disponibilização das cópias digitalizadas do balanço gerencial de 2020, 2021 e 2022; (b) das demonstrações financeiras trimestrais auditadas e do extrato da Conta Vinculada Cash Sweep referentes aos períodos de 4º trimestres de 2020, 2021, 2022, já recepcionados pela Securitizadora no presente momento; e (c) do descumprimento da obrigação de apresentar os mesmos documentos referente aos 3º e 4º trimestre de 2023, conforme previsto na cláusula 4.2 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes do *Cash Sweep*", celebrado em 28 de outubro de 2020 (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária *Cash Sweep*") *desde que* as demonstrações financeiras trimestrais auditadas do 3º trimestre de 2023 sejam obtidas até 29/03/2024 e as demonstrações financeiras trimestrais auditadas do 4º trimestre de 2023 sejam obtidas até 29/06/2024; **(ix)** A dispensa e, desse modo, a não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático do CDCA, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, em razão da não apresentação das demonstrações financeiras auditadas referentes ao 1º trimestre de 2023, sendo certo que as demais demonstrações financeiras não apresentadas até o presente momento, serão entregues nos termos do item "vii" acima; **(x)** A autorização para que as partes promovam ajustes meramente adaptativos e declaratórios no instrumento de Alienação Fiduciária de Quotas da Devedora, o qual deverá passar a tratar da Alienação Fiduciária de Ações da Devedora, tendo em vista a alteração do tipo societário da Companhia para Sociedade Anônima, observado que a totalidade das ações de sua emissão estão e permanecerão oneradas seguindo os termos da Cláusula 3.1(iii) do Instrumento de Alienação Fiduciária de Quotas, conforme atestam os documentos que acompanham esse edital; **(xi)** A autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias acima, caso aprovadas, incluindo, mas não se limitando a realização de aditamento ao CDCA e Termo de Securitização, com objetivo de refletir as novas condições de atendimento dos Índices Financeiros, às exclusivas expensas da Devedora, em até 90 (noventa) Dias Corridos a contar da data de realização da Assembleia. **(xii)** Caso aprovado todos os itens acima, aprovar o pagamento pela Devedora aos titulares do CRA de *waiver fee* equivalente a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), via sistema B3, a ser dividido pela quantidade de CRA em Circulação, considerando a posição constante no dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração dos CRA (conforme previstas no Termo de Securitização), quando ocorrerá o desembolso periódico, tendo início a partir da Data de Pagamento da Remuneração dos CRA imediatamente posterior à data de aprovação das matérias acima em Assembleia (inclusive) até a Data de Vencimento (inclusive), independentemente de novos descumprimentos pela Devedora, sob pena de as renúncias e concessões concedidas pelos titulares do CRA no âmbito da Assembleia serem revogadas e tornarem-se sem efeito. A esse respeito, fica esclarecido que o waiver fee será adicional a qualquer outro montante devido no âmbito do CDCA e/ou do Termo de Securitização; A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que a Assembleia Geral de Titulares dos CRA instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 21.5 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em circulação; e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem a maioria dos CRA em circulação presentes, desde que o quórum de instalação não seja inferior a 20% (vinte por cento) dos CRA em circulação, nos termos do previsto na cláusula 14.8 do Termo de Securitização. Ademais, cumpre consignar que, na hipótese de não instalação da Assembleia ou da não manifestação dos Titulares dos CRA, o Vencimento Antecipado da CDCA deverá ser declarado, o que acarretará, consequentemente, o resgate antecipado dos CRA, conforme cláusula 14.8 do Termo de Securitização. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@virgo.inc com cópia para o agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definido) impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos juridico@virgo.inc com cópia para o agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (https://virgo.inc) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Emissão). São Paulo, 26 de abril de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Governo reajusta em 52% auxílio-alimentação de servidores federais

Os servidores públicos federais terão reajuste de 51,9% no auxílio-alimentação a partir do próximo mês. Com a medida, o benefício passa de R$ 658 para R$ 1 mil.

O auxílio-saúde dos servidores, que hoje é de R$ 144,38, será reajustado para cerca de R$ 215 e o auxílio-creche passa de R$ 321 para R$ 484,90.

Os valores foram fechados na quinta-feira (25) em acordo entre as entidades representativas dos servidores e o governo federal, por meio da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SRT/MGI). O governo também se comprometeu a implantar até julho todas as mesas específicas de carreiras que ainda não foram abertas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

De acordo com o ministério, o aumento do auxílio-alimentação resulta em ganho de renda de mais de 4,5% para mais de 200 mil servidores ativos que ganham até R$ 9 mil mensais. Os servidores com as menores remunerações e que recebem, simultaneamente, os três benefícios (alimentação, saúde e creche) terão aumento de até 23% na remuneração total.

O secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, destacou que, em 2023, o governo já havia concedido aumento salarial linear para todos os servidores públicos federais.

"Esse acordo, juntamente com o reajuste de 9% que já foi concedido no ano passado, faz com que se inicie um processo de recuperação dos salários que ficaram congelados por tanto tempo", afirmou o secretário.

Para a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o reajuste dos benefícios foi positivo para os servidores, mas a entidade diz que vai continuar reivindicando reajustes entre 7% e 10% nos salários ainda para este ano.

"No termo de compromisso, não tem nada garantido sobre reajuste para 2024, mesmo as entidades tendo insistido nessa tecla. Mas não vamos jogar a toalha, porque é uma reivindicação histórica da categoria. Entendemos que a fase de congelamento de salários foi no governo anterior, então o momento é de conseguir recuperar o poder de compra do funcionalismo é agora", avalia Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef, em entrevista à Agência Brasil.

A entidade representa 80% dos servidores do Executivo Federal, entre ativos, aposentados e pensionistas. (Agência Brasil)

Petrobras irá distribuir R$ 21,95 bi em dividendos extraordinários

A Petrobras irá distribuir aos acionistas um total de R$ 21,95 bilhões, referente a 50% do valor avaliado para os dividendos extraordinários. A decisão é relativa ao exercício social de 2023. Com as atualizações monetárias desde o dia 31 de dezembro do ano passado, o pagamento está atualmente calculado em R$ 1,7571521 por ação preferencial e ordinária. No entanto, a remuneração se dará em duas parcelas iguais nos meses de maio e de junho e, até as datas dos efetivos repasses, os valores seguirão sendo corrigidos.

Na ocasião, também serão pagos R$ 14,19 bilhões referentes a compromissos assumidos anteriormente pela Petrobras, levando em conta o lucro de 2023 e a fórmula prevista em sua Política de Remuneração aos Acionistas. Dessa forma, considerando todos os repasses, atualmente os valores somam R$ 2,8949567 por ação preferencial e ordinária, sendo que cada uma das duas parcelas equivale neste momento a R$ 1,44747835. As atualizações, que seguirão sendo realizadas até o efetivo pagamento, têm como base a taxa Selic.

A decisão foi aprovada na quinta-feira (25) durante assembleia geral ordinária, que voltou a deliberar sobre a remuneração aos acionistas relativa ao exercício social de 2023. Até o mês passado, já haviam sido pagos R$ 58,21 bilhões. Com os novos repasses que serão realizados, a remuneração total chegará a R$ 94,35 bilhões.

Um impasse envolvendo o pagamento dos dividendos extraordinários vinha se arrastando desde março, quando foi anunciado o resultado financeiro da companhia em 2023 com um lucro líquido de R$ 124,6 bilhões, o segundo maior da sua história. Na ocasião, o Conselho de Administração da Petrobras, composto majoritariamente por representantes da União indicados pelo governo brasileiro, comunicou que faria a retenção dos dividendos extraordinários, avaliados R$ 43,9 bilhões.

A decisão de reter esse montante foi tomada devido à previsão de novos investimentos. Embora a diretoria da companhia houvesse sugerido distribuir 50% dos valores, o Conselho de Administração avaliou que seria necessário examinar melhor os cenários e demandou análises mais detalhadas, postergando o pagamento desses recursos para outro momento.

Conforme o Estatuto da Petrobras, anualmente os acionistas têm direito de repartir dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Valores que superam esse percentual são considerados dividendos extraordinários, cujo repasse não é obrigatório.

A retenção dos valores anunciados em março teve repercussão nas ações da Petrobras, que despencaram cerca de 10% em apenas um dia. Especialistas em economia e mercado de petróleo apontaram a queda como resultado de um movimento especulativo voltado para pressionar pelo pagamento dos dividendos de forma imediata, estimulado principalmente por acionistas com interesses de curto prazo. A crise também alcançou a esfera política, levando o governo a ser questionado sobre a permanência no cargo do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Na Petrobras, a discussão interna foi retomada na última reunião do Conselho de Administração, ocorrida na sexta-feira (19). Considerando o aumento do preço do barril do petróleo, calculou-se que a capacidade de financiamento dos projetos da Petrobras subiu de 65% para 85%. Com base nesse cenário, o Conselho de Administração voltou atrás e deu aval para que a diretoria encaminhasse à Assembleia Geral Ordinária a proposta de pagamento dos dividendos extraordinários em 50%.

Conforme o calendário de pagamento previsto, a primeira parcela deverá ser repassada no dia 20 de maio para os detentores de ações da Petrobras negociadas na B3, a bolsa de valores brasileira. (Agência Brasil)

Marilan Alimentos S.A.

CNPJ nº 52.034.139/0001-50

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	144.021	70.152	253.977	91.766
Contas a receber de clientes	297.259	378.777	331.099	417.099
Estoques	112.441	110.556	149.200	139.462
Impostos e contribuições a recuperar	42.927	13.687	51.816	18.982
Partes relacionadas	17.990	57.875	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.562	-	3.694
Outras contas a receber	9.085	9.977	11.125	11.672
Antecipação de dividendos	12.531	-	12.531	-
Total do ativo circulante	**636.254**	**642.586**	**809.748**	**682.675**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos vinculados	-	4.414	10.574	13.991
Depósitos judiciais	23.926	19.940	23.992	22.536
Outras contas a receber	22	26	22	26
Impostos e contribuições a recuperar	4.416	6.625	16.123	20.067
IR e CS diferidos	13.178	-	56.904	32.539
Total realizável ao longo prazo	**41.542**	**31.005**	**107.615**	**89.159**
Investimentos	18.145	6.355	-	-
Imobilizado	250.438	234.084	442.685	431.799
Ativo de direito de uso	13.874	9.178	16.656	10.478
Intangível	238.192	237.828	238.951	238.713
Total do ativo circulante	**562.191**	**518.450**	**805.906**	**770.149**
Total do ativo	**1.198.445**	**1.161.036**	**1.615.654**	**1.452.824**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	233.276	190.452	275.352	230.235
Fornecedores - Risco sacado	32.424	29.075	34.588	30.692
Empréstimos e financiamentos	37.350	63.919	115.694	133.442
Arrendamentos a pagar	13.528	10.212	16.186	11.610
Instrumentos financeiros derivativos	777	-	3.532	-
Salários e encargos sociais	33.353	43.608	35.228	45.566
Impostos e contribuições a recolher	28.748	21.746	34.743	26.804
Partes relacionadas	3.590	14.068	-	-
Fretes e acordos comerciais a pagar	60.407	68.209	68.803	76.686
Subvenções governamentais	-	-	1.736	1.537
Outras contas a pagar	38.083	26.899	39.040	27.570
Total do passivo circulante	**481.536**	**468.188**	**624.901**	**584.142**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	120.721	122.182	385.331	292.184
Arrendamentos a pagar	1.248	880	1.248	1.001
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.988	507	1.988	507
Subvenções governamentais	-	-	9.234	10.234
IR e CS diferidos	-	4.523	-	-
Outras contas a pagar	86.652	78.830	86.652	78.830
Total do passivo não circulante	**210.609**	**206.922**	**484.453**	**382.756**
Total do passivo	**692.145**	**675.110**	**1.109.354**	**966.898**
Patrimônio líquido				
Capital social	202.000	202.000	202.000	202.000
Ajustes de avaliação patrimonial	2.946	4.773	2.946	4.773
Reserva de lucros	301.354	279.153	301.354	279.153
Total do patrimônio líquido	**506.300**	**485.926**	**506.300**	**485.926**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.198.445**	**1.161.036**	**1.615.654**	**1.452.824**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**202.000**	**5.716**	**23.588**	**117.772**	**87.988**	**-**	**437.064**
Dividendos adicionais distribuídos conforme AGO de 06.06.2022	-	-	-	-	(8.568)	-	(8.568)
Incorporação Casa Suíça	-	-	-	-	5	(5.831)	(5.826)
Ajuste valor de mercado instrumentos financeiros, líq. efeito fiscal	-	188	-	-	-	-	188
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	-	(1.086)	-	-	-	1.086	-
Baixa do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	-	(46)	-	-	-	-	(46)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.112	63.112
Reserva legal	-	-	3.156	-	-	(3.156)	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	-	-	-	55.212	-	55.212	-
Saldos em 31/12/2022	**202.000**	**4.773**	**26.744**	**172.983**	**79.425**	**-**	**485.926**
Ajustes de avaliação patrimonial:							
Ajuste valor de mercado instrumentos financeiros, líq. efeito fiscal	-	(1.037)	-	-	-	-	(1.037)
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	-	(1.438)	-	-	-	1.438	-
Baixa do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	-	647	-	-	-	-	647
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.764	20.764
Constituição de reserva legal	-	-	1.039	-	-	(1.039)	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	-	-	-	21.163	-	21.163	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	(46.916)	46.916	-	-
Saldos em 31/12/2023	**202.000**	**2.946**	**27.783**	**147.230**	**126.341**	**-**	**506.300**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	1.683.373	1.602.441	1.829.189	1.741.935
Custo dos produtos vendidos	(1.132.167)	(1.039.313)	(1.209.338)	(1.152.622)
Lucro bruto	**551.206**	**563.127**	**619.851**	**589.313**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(396.792)	(352.906)	(448.694)	(392.173)
Despesas gerais e administrativas	(103.543)	(76.086)	(121.317)	(88.906)
Outras receitas operacionais	15.310	1.427	15.475	1.478
Participação no lucro de controladas	(23.911)	(29.042)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**42.270**	**106.521**	**65.315**	**109.712**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	20.141	15.640	43.160	43.198
Despesas financeiras	(58.746)	(53.468)	(116.594)	(103.834)
Variação cambial, líquida	(421)	1.601	5.957	3.130
Total	**(39.026)**	**(36.227)**	**(67.476)**	**(57.506)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	**3.245**	**70.295**	**(2.161)**	**52.206**
IR e CS: Correntes	-	(3.159)	(1.258)	(3.526)
Diferidos	17.519	(4.023)	24.183	14.432
Lucro líquido do exercício	**20.764**	**63.112**	**20.764**	**63.112**
Lucro básico e diluído por ação - em R$	**457**	**1.390**	**457**	**1.390**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora e Consolidado 2023	Controladora e Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**20.764**	**63.112**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para demonstração do resultado		
Ajuste valor de mercado instrumentos financeiros, líquido efeito fiscal	(1.037)	189
Total do resultado abrangente do período	**19.727**	**63.301**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	20.764	63.112	20.764	63.112
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Provisão para IR e CS - Correntes e diferidos	(17.519)	7.182	(24.183)	(10.906)
Depreciação e amortização	37.620	35.413	57.976	53.362
Valor do ativo imobilizado e intangível baixados	(2.094)	1.082	(2.094)	1.141
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	62	69	62	69
Provisão (reversão) para não realização dos estoques	188	1.153	188	1.153
Participação no lucro de controladas	23.911	29.042	-	-
Tributos "*sub judice*" e prov. riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.481	(826)	1.481	(826)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, partes relacionadas, outras contas a pagar e receber	24.566	30.997	44.450	45.384
Variação nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	81.116	(207.830)	85.599	(125.358)
Partes relacionadas	4.185	-	-	-
Estoques	(2.073)	(51.899)	(9.926)	(51.070)
Instrumentos financeiros	-	(4.430)	2.132	(985)
Impostos e contribuições a recuperar	(27.031)	53.096	(28.889)	51.747
Outras contas a receber e depósitos judiciais	2.487	7.211	3.675	14.318
Variação nos passivos operacionais				
Fornecedores	46.173	112.504	49.013	113.422
Partes relacionadas	(10.478)	-	-	-
Salários e encargos sociais	(10.254)	15.130	(10.340)	11.656
Impostos e contribuições a recolher	7.002	10.031	8.735	5.687
Instrumentos financeiros	(776)	-	1.979	-
Outras contas, fretes e acordos comerciais a pagar	24.056	120.817	23.461	55.801
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**203.387**	**221.856**	**224.082**	**227.707**
Juros pagos sobre empréstimos	(24.688)	(35.303)	(43.564)	(54.958)
IR e CSLL	-	(1.201)	(794)	(3.983)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**178.699**	**185.352**	**179.724**	**168.766**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(39.646)	(32.379)	(52.423)	(35.302)
Aquisições de bens do ativo intangível	(645)	(522)	(645)	(2.075)
Investimento - Participações em outras Cias.	(12.819)	(10.037)	(12.819)	(10.037)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(53.110)**	**(42.938)**	**(65.887)**	**(47.414)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos:				
Pagamentos de principal	(61.256)	(94.210)	(129.227)	(134.331)
Captação	34.596	174	205.179	62.004
Arrendamentos	(1.726)	-	(1.726)	-
Partes relacionadas: Arrendamentos	(10.802)	(10.480)	(13.321)	(11.921)
Dividendos intermediários distribuídos	(12.531)	(12.000)	(12.531)	(12.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(51.720)**	**(116.516)**	**48.374**	**(96.248)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**73.869**	**25.898**	**162.211**	**25.105**
Caixa e equivalentes de caixa - No início do exercício	70.152	44.254	91.766	66.661
Caixa e equivalentes de caixa - No fim do exercício	144.021	70.152	253.977	91.766
	73.869	**25.898**	**162.211**	**25.105**

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Marilan Alimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por anônima de capital fechado com sede em Marília/SP. A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas o "Grupo" ou "Consolidado"), tem como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comércio de biscoitos, torradas, bolos, bolinhos e panettones. A Companhia mantém negócios em todo território nacional e exporta para diversos países em todos os continentes e conta com uma linha de produtos completa em seu portfólio, tendo como destaque marcas como Marilan, Lev, Pit Stop, Teens, Vivale e Casa Suíça. Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou a incorporação da Emilis Participações e Empreendimentos Ltda., uma das principais empresas das categorias de panetones e bolos (Nota 2.1). **2. Combinação de negócios:** Histórico da aquisição: Em 15 de outubro de 2020 a Companhia celebrou com os proprietários da Holding Emilis Participações e Empreendimentos Ltda., contrato de Compra e Venda de quotas e outras avenças, tendo por objetivo a aquisição de 100% da participação acionária da referida Entidade. A empresa adquirida que atua sob a marca "Casa Suíça" iniciou sua história em 1996 com a construção da primeira fábrica de bolos em Itapevi na região da grande São Paulo, e ao longo dos anos, desenvolveu suas marcas que são reconhecidas como referências em sua região e no segmento alimentício, através da fabricação de panettones, bolos e bolinhos, e a operação tem por objetivo auxiliar a Companhia na estratégia de crescimento das operações com a diversificação de seu mix de produtos e negócios. A operação foi aprovada pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 19 de janeiro de 2021, sem exceções. A compra foi aprovada em 15 de outubro de 2020 em Assembleia Geral dos Acionistas da Marilan Alimentos S.A. A transferência de controle, foi realizada em 01 de fevereiro de 2021 com a assinatura dos documentos definitivos, e a incorporação realizada em 28 de fevereiro de 2022. Na data do fechamento da transação, a Marilan Alimentos S.A possuía as seguintes participações:

	Participação Direta	Atividade
Emílis Participações e Empreendimentos Ltda.	100%	Holding

Contraprestação da compra: O valor nominal da contraprestação de compra totalizou R$ 302.098 sendo R$ 216.098 pagos durante os exercícios de 2020 e 2021. Para fins de apuração da contraprestação paga, foram ajustadas com taxa de 0,5% ao mês acumulada entre 01 de fevereiro de 2021 e as datas de pagamento. Dessa forma, a contraprestação de compra totalizou R$ 303.139. O saldo remanescente de R$ 86.000 será pago anualmente em parcelas a partir do 1º aniversário do fechamento da transação. As parcelas serão ajustadas pela variação da SELIC acumulada entre 01 de fevereiro de 2021 e 28 de fevereiro de 2026. Valor justo da transação: A Marilan Alimentos S.A. com auxílio de especialistas contratados, apurou os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data de aquisição, conforme preconizado pelo Pronunciamento Contábil CPC 15 - Combinação de Negócios. A Controlada optou por mensurar a participação de não controladores, com base no valor justo.

2.1 Incorporação de controlada: Em 28 de fevereiro de 2022, a Companhia efetuou a incorporação de sua controlada Emilis Participações e Empreendimentos Ltda. Com a incorporação dos ativos e passivos da controlada, o ágio (*goodwill*) e a alocação do preço pago pela marca e carteira de clientes foram reclassificados para o Intangível e a mais valia sobre imobilizado para o Imobilizado da Controladora.

DIRETORIA

Rodrigo Garla - Presidente

Raul Bressanim Cavalheiro - Diretor Jurídico e Compliance

Alex Padoanni da Silva

Gerente Contábil e Controles Internos - CRC 1SP296429

As demonstrações financeiras completas, com as demais notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, auditadas pela PWC Auditores Independentes S.S. encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1022245-41.2021.8.26.0005** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIO DE SOUZA PIMENTA, na forma da Lei, etc. Faz saber a Entrego Tecnologia Ltda. CNPJ 42.603.080/0001-10, que Elaine Butkeraitis ajuizou ação monitória, para cobrança de R$ 26.155,00 (nov/21), referente às NFs 42, 43, 44, 45. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, com isenção de custas, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **25,26**

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") submete à apreciação dos seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **VISÃO GERAL DA USS E DO MERCADO DE ATUAÇÃO:** A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, denominadas como "Grupo") está presente no mercado brasileiro desde 1993 como intermediadora de uma ampla gama de prestação de serviços de assistência especializada em Mobilidade, Dia-a-Dia e Família & Bem-Estar, sendo estes serviços ofertados não só em canais tradicionais como o B2B (*business to business*), mas também no B2B2C (*business to business to consumer*). Mais recentemente, a Companhia passou a oferecer também serviços de Conveniências. A USS possui uma rede abrangente de parceiros especializados, distribuídos em todo o território nacional, sendo capazes de atender os serviços em mais de 5,3 mil dos 5,6 mil municípios brasileiros em qualquer horário e dia da semana. A seguir um breve descritivo de cada categoria de assistências. Na modalidade de Mobilidade, a Tempo oferece soluções para veículos, abrangendo desde bicicletas até caminhões. Entre os tipos de serviços intermediados podem ser citados o autossocorro, reboque, carro reserva, chaveiro e motorista amigo. Na modalidade de Dia-a-Dia, estão os diversos serviços relacionados à moradia, incluindo soluções como encanador, chaveiro, eletricista, montagem de móveis, instalação de aparelhos (como ar-condicionado e televisores), aluguel de caçamba, entre outros. Já na modalidade Família & Bem-Estar, o principal serviço intermediado é a assistência funeral, que tem como característica ser bastante sensível e que requer todo o cuidado no seu atendimento. Conforme citado acima, a USS também oferece serviços de Conveniências, incluindo montagem de móveis, instalação de diversos produtos, conservação destes e também reparo. Nesta modalidade, a Companhia é a líder no mercado de montagem de móveis na América Latina. Por fim, desde 2021, a USS detém participação na Caixa Assistência, *joint-venture* criada em parceria com a Caixa Seguridade, que visa democratizar a oferta de produtos de assistências, com distribuição nos diversos canais de venda da Caixa Econômica Federal. **NOSSO COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO:** A Companhia totalizou uma receita líquida de R$825.782 mil e de R$880.633 mil em 2023 e 2022, receitas essas líquidas de operações descontinuadas, apresentando ligeira queda tendo em vista o cenário macroeconômico ainda desafiador durante o último exercício. Em 2023, a Companhia apresentou um lucro de R$50.428 e em 2022 apresentou um prejuízo líquido de R$36.987, o que representou um aumento de R$87.415. Tal performance é decorrente da captura de eficiências operacionais que a Companhia vem implementando ao longo dos últimos dois exercícios e movimentos estratégicos recentes. Em observância às disposições regulamentares, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua divulgação. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Em referência à Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP n° 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Companhia informa que sua política junto aos auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não pode auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência.

Barueri, 17 de abril de 2024.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.453	27.102	84.380	50.099
Contas a receber	7	110.357	110.537	123.042	125.949
Créditos tributários e previdenciários	8	49.417	23.851	50.215	24.398
Estoques		-	-	35	35
Despesas antecipadas	9	199	608	216	711
Outros ativos		1.186	2.234	2.077	2.546
Total do ativo circulante		**234.612**	164.332	**259.965**	203.738
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 b	81.269	88.986	92.009	100.676
Créditos tributários e previdenciários	8	23.654	69.199	24.195	69.659
Despesas antecipadas	9	112	87	162	87
Partes relacionadas	23	1.403	2.616	-	-
Outros ativos		8.459	8.757	9.392	9.318
Investimentos	10	69.697	78.694	48.353	48.530
Intangível	11	24.043	24.400	26.876	30.970
Imobilizado	12	2.540	3.838	4.688	7.650
Ativo de direito de uso	20 b	5.088	9.085	13.238	20.909
Total do ativo não circulante		**216.265**	285.662	**218.913**	287.799
Total do ativo		**450.877**	449.994	**478.878**	491.537

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	13	45.708	52.439	49.728	60.063
Outras contas a pagar	19	2.447	6.023	3.165	9.910
Empréstimos e financiamentos	20 a	64.293	49.659	64.293	53.304
Passivo de arrendamento mercantil	20 b	3.266	4.121	6.797	7.596
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.563	-	4.051	477
Impostos e contribuições a pagar	15	1.969	2.017	3.732	3.238
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	4.483	13.033	10.670	22.151
Partes relacionadas	23	8.833	8.860	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresa	21	1.042	35.524	1.042	35.524
Receitas diferidas		-	-	9.913	8.877
Adiantamentos de clientes	25	15	15	15	15
Total do passivo circulante		**134.619**	171.691	**153.406**	201.155
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20 a	193.139	204.221	193.139	204.221
Passivo de arrendamento mercantil	20 b	2.405	5.321	8.406	14.601
Impostos e contribuições a pagar	15	2.665	3.439	4.832	5.144
Impostos diferidos passivos	15	111	111	111	111
Provisão para perdas com causas judiciais	22	7.670	10.221	8.716	11.315
Contas a pagar por aquisição de empresa	21	-	1.208	-	1.208
Total do passivo não circulante		**205.990**	224.521	**215.204**	236.600
Patrimônio líquido					
Capital social	26 a	136.872	135.257	136.872	135.257
Reservas de capital		143.840	139.397	143.840	139.397
Reserva especial de ágio		191.778	191.778	191.778	191.778
Prejuízo acumulado		(362.222)	(412.650)	(362.222)	(412.650)
Total do patrimônio líquido		**110.268**	53.782	**110.268**	53.782
Total do passivo e do patrimônio líquido		**450.877**	449.994	**478.878**	491.537

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto Lucro (Prejuízo) por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações em continuidade					
Receita líquida	28	723.591	753.823	825.782	880.633
Custo dos serviços prestados / revenda de mercadorias	29 b	(501.093)	(574.105)	(561.652)	(659.835)
Lucro bruto		222.498	179.718	264.130	220.798
Despesas operacionais:					
Despesas de vendas	29 b	(11.214)	(8.516)	(20.922)	(15.571)
Despesas gerais e administrativas	29 b	(164.306)	(237.429)	(179.912)	(260.813)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	40.424	71.595	40.712	71.927
Resultado patrimonial	32	11.204	(1.891)	3.693	(1.042)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		98.606	3.477	107.701	15.299
Receitas financeiras	31	10.986	8.741	12.253	10.166
Despesas financeiras	31	(46.857)	(56.352)	(49.395)	(58.123)
Resultado financeiro líquido		(35.871)	(47.611)	(37.142)	(47.957)
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		62.735	(44.134)	70.559	(32.658)
Imposto de renda e contribuição social	24 a				
Corrente		(4.590)	-	(8.577)	(3.230)
Diferido		(7.717)	7.147	(8.667)	6.113
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício proveniente de operações continuadas		50.428	(36.987)	53.315	(29.775)
Prejuízo líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	-	(2.887)	(7.212)
Lucro (Prejuízo) do exercício		50.428	(36.987)	50.428	(36.987)
Lucro (Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas					
Lucro (Prejuízo) básico por ação	27			0,13297	(0,09773)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	27			0,12935	(0,09773)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	50.428	(36.987)	50.428	(36.987)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	50.428	(36.987)	50.428	(36.987)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital social	Reserva de capital: Reserva de pagamento baseado em ações	Reserva de capital: Reserva de capital	Reserva de capital: Reserva especial de ágio	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022		135.257	6.920	132.253	191.778	(375.663)	90.545
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	224	-	-	-	224
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(36.987)	(36.987)
Em 31 de dezembro de 2022		135.257	7.144	132.253	191.778	(412.650)	53.782
Aumento de capital	26 a	1.615	-	-	-	-	1.615
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	4.443	-	-	-	4.443
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.428	50.428
Em 31 de dezembro de 2023		**136.872**	**11.587**	**132.253**	**191.778**	**(362.222)**	**110.268**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações continuadas		62.735	(44.134)	70.559	(32.658)
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações descontinuadas		-	-	(2.722)	(7.212)
		62.735	(44.134)	67.837	(39.870)
Ajustes de					
Resultado patrimonial	32	(11.204)	1.891	(3.693)	1.042
Reversão da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	29 a	920	268	920	321
Perda efetiva de recebimento de crédito	29 a	-	-	-	306
Juros sobre créditos tributários	8 b	(9.502)	(6.630)	(9.551)	(6.666)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	29 b	8.832	73.991	12.597	78.116
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	29 b	4.376	4.558	8.335	8.625
Valor residual do ativo intangível baixado	12 a / b	5	80	2.502	1.484
Valor residual de arrendamento mercantil baixado	20 b	-	6.190	-	6.190
Baixa de arrendamentos mercantis	20 b	-	(7.019)	-	(7.094)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	31	39.204	33.717	39.204	33.725
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	20 b	1.019	1.226	2.609	2.256
Encargos financeiros sobre aquisição de empresa	31	3.707	14.532	3.707	14.532
Provisão (reversão) para perdas com causas judiciais	22	1.244	1.214	1.332	523
Apropriação de despesa de *Stock Options*		4.443	224	4.443	224
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(740)	5.975	1.987	5.394
Créditos tributários e previdenciários		24.891	(17.903)	27.165	(18.325)
Estoques		-	-	-	(1)
Despesas antecipadas		384	731	420	659
Partes relacionadas		1.186	(1.049)	-	-
Outros ativos		1.346	1.854	395	3.261
Fornecedores		(6.731)	(9.227)	(10.335)	(10.254)
Outras contas a pagar		(3.576)	(5.298)	(6.745)	(2.583)
Imposto de renda e contribuição social		2.563	-	-	-
Impostos e contribuições		(822)	(918)	182	(1.719)
Obrigações com pessoal e encargos sociais		(8.550)	8.794	(11.481)	10.374
Contas a pagar por aquisição de empresa		(35.394)	-	(35.394)	-
Receitas diferidas		-	(407)	1.036	1.812
Adiantamentos de clientes		-	(301)	-	(394)
Provisão para perdas com causas judiciais / pagamentos	22	(3.795)	(4.115)	(3.931)	(4.115)
Dividendos recebidos		10.308	9.001	3.870	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		86.849	67.245	97.411	77.823
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.135)	(3.422)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		86.849	67.245	94.276	74.401
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível		(7.182)	(11.749)	(8.043)	(13.331)
Aumento de capital em controlada e outros		(82)	(6.692)	-	-
Baixa de contas a pagar por aquisição de empresa		165	(66.952)	165	(66.952)
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa		(4.168)	(2.640)	(4.168)	(2.640)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(11.267)	(88.033)	(12.046)	(82.923)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	33	80.085	66.756	80.787	70.396
Pagamento de empréstimos e financiamentos	33	(74.062)	(38.430)	(78.409)	(38.458)
Pagamento custos de captação de empréstimos e financiamentos	33	-	(60)	-	(60)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	33	(41.675)	(14.255)	(41.675)	(14.263)
Pagamento de arrendamentos mercantis	20 b	(4.150)	(4.057)	(7.658)	(8.011)
Pagamento de juros de arrendamentos mercantis	20 b	(1.019)	(1.226)	(2.609)	(2.256)
Aumento de capital		1.615	-	1.615	-
Redução de capital em controlada		8.700	-	-	-
Juros sobre capital próprio recebido		1.275	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(29.231)	8.728	(47.949)	7.348
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		46.351	(12.060)	34.281	(1.174)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27.102	39.162	50.099	51.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		73.453	27.102	84.380	50.099

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais: A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Tempo" "Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Rua Bonnard, nº 980, Edifício 19, sala 2, Condomínio Green Valley, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, tendo o fundo de investimento Hill Fundo de Investimento em Participações e o Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II como bloco controlador. A USS possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de assistência especializada, dentre eles: (i) serviços para veículos, inclusive reboque, auxílio em eventos de pane e substituição temporária de veículos; (ii) serviços de emergência doméstica, oferecendo os serviços de encanadores, eletricistas e chaveiros; e (iii) serviços pessoais, como assistência funerária e em acidentes. As principais atividades desenvolvidas pelas demais empresas do grupo estão descritas na nota 2.2. **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras** - As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. Declaração de conformidade e base de preparação - As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As informações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2024. **2.2. Base para consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. O resultado da controlada adquirida durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Denominação utilizada	Atividades	Participação	2023	2022
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	Prestação de serviços de teleatendimento ativo e receptivo, por meio de contratos firmados com empresas.	Controlada Direta	100,00%	100,00%
PSS Soluções e Reparos Emergenciais Ltda. ("PSS")	Prestação de serviços de manutenção, reparação elétrica e mecânica de veículos e execução de serviços de socorro, incluindo serviços de remoção e reparos emergenciais de veículos, por meio de rede própria especializada.	Controlada Direta	100,00%	100,00%
Tempo Tem Soluções e Reparos Ltda. ("Tempo Tem")	Intermediação de vendas "*marketplace*" diretamente ao consumidor final.	Controlada Direta	100,00%	100,00%
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	Gestão de serviços de intermediação de serviços de montagem de móveis.	Controlada Direta	100,00%	100,00%
XS6 Participações S.A. ("XS6")(participação adquirida em 01/2021 – vide nota 10.c)	Prestação de serviços de: (i) a distribuição, divulgação, oferta, venda e o pós-venda de serviços de assistência, inclusive para seguradoras, sociedades de capitalização, administradoras de consórcios, seguradoras especializadas em saúde e operadoras de planos de assistência à saúde; (ii) a prestação de serviços de intermediação de serviços de assistência; (iii) assessoria técnica em geral; e (iv) participação societária em outras sociedades.	Controle compartilhado	25%	25%
FIX Tecnologia e Serviços S.A. ("FIX")(participação adquirida em 03/2021 – vide nota 10.d)	Realização de atividades de intermediação e conexão entre consumidores e prestadores de serviços de reparos residenciais e de manutenção doméstica, criação e administração de portais, provedores de conteúdo e de *marketing*, bem como outros serviços de informação na internet, todos relacionados e para fins das atividades descritas anteriormente.	Controlada Direta	100,00%	100,00%

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia e de suas subsidiárias é o real ("BRL" ou "R$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Políticas contábeis significativas -** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.5. Classificação circulante versus não circulante -** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente - 2.6.1. Ativos financeiros -** O Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio adotado para a gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado da seguinte forma. a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. b) Custo amortizado - Representam ativos e passivos financeiros, aqueles cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria, a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos". Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. c) Redução do valor recuperável de ativos financeiros - O Grupo avalia ao final de cada período de elaboração das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que os ativos financeiros ou o grupo de ativos financeiros sejam recuperáveis. Uma perda só existe se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. **2.6.2. Passivos financeiros -** O Grupo classifica seus passivos financeiros de acordo com o modelo de negócio adotado para a gestão dos seus passivos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado da seguinte forma. a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. b) Custo amortizado - Ver comentários Nota 2.6.1. (b). c) Desreconhecimento (baixa) - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros – apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Pronunciamentos novos e revisados - 2.7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 -** O Grupo analisou as alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir: Alterações no CPC 50 (IFRS 17): Contratos de Seguro - O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Alterações no CPC 23 (IAS 8): Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Alterações no CPC 26 (IAS 1): Apresentação das Demonstrações Contábeis - As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS *Practice Statement* 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações no CPC 32 (IAS 12): Tributos sobre o Lucro - As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 -** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e à divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Grupo concluiu que tais alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Impactos futuros serão analisados diante da alteração ou implementação de novas operações/transações pela Companhia. **2.7.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) - Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante - Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades do Grupo. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização. A Administração revisa tempestivamente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Provisão para perdas em ações judiciais - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Transações com pagamentos baseados em ações - A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26 c. Impostos - Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos uma vez que sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 24 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido. Valor justo de instrumentos financeiros - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro -** Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas assumem riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, sistema operacional e de gestão, crédito, liquidez, utilização de operações de aval, fianças, garantias, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país. Os monitoramentos dos mencionados riscos encontram-se sob a responsabilidade dos Administradores do Grupo, a partir da adoção de técnicas, análises e controles que visam à minimização dos seus efeitos, cuja utilização, todavia, não garante a completa eliminação dos fatores de risco inerentes a que o Grupo está sujeito. Com relação à atividade de prestação de serviços de assistência especializada, o risco é limitado à quantidade de solicitações recebidas pelo tipo de serviço de assistência especializada, sendo que a sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações. a) Risco de mercado: (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros. O Grupo concentra suas aplicações em uma remuneração baseada no CDI. Ou seja, dada política e o montante aplicado em investimentos o Grupo está exposto substancialmente a variações nesta taxa de juros. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. O Grupo executa análises de crédito periodicamente e considera, além de aspectos quantitativos, itens qualitativos, como por exemplo, o fato de que boa parte dos clientes da Companhia operam em um ambiente altamente regulado e são fiscalizados por agências regulatórias periodicamente. Ainda, avaliamos a reputação dos clientes e informações públicas no mercado. Aliado ao fato de que a Companhia possui baixo nível de alavancagem financeira e alta geração de caixa, acreditamos que eventuais riscos de concentração de crédito são reduzidos. O Grupo possui política para provisões de perdas que são constituídas mensalmente e as regras variam de acordo com os negócios e o perfil dos clientes, a necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente variando de acordo com os negócios e perfil dos clientes. Além disso, o grupo contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. c) Risco de liquidez - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo agregada pelo Departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Controladora 2023	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	13	45.708	-	-	45.708
Outras contas a pagar	19	2.447	-	-	2.447
Empréstimos e financiamentos	20 a	64.293	-	193.139	257.432
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	4.483	-	-	4.483
Partes relacionadas	23	8.833	-	-	8.833
Contas a pagar por aquisição de empresa	21	1.042	-	-	1.042

Consolidado 2023	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	13	49.728	-	-	49.728
Outras contas a pagar	19	3.165	-	-	3.165
Empréstimos e financiamentos	20 a	64.293	-	193.139	257.432
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	10.670	-	-	10.670
Contas a pagar por aquisição de empresa	21	1.042	-	-	1.042

4.2. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Adicionalmente, o Grupo busca concentrar seu caixa em investimentos de curto prazo, pouco suscetíveis a oscilações.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos e financiamentos (*)	257.998	254.139	257.998	257.784
Contas a pagar por aquisição de empresa	1.042	36.732	1.042	36.732
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas	(73.453)	(27.102)	(84.380)	(50.099)
Dívida líquida	185.587	263.769	174.660	244.417
Patrimônio líquido	110.268	53.782	110.268	53.782
Patrimônio líquido e dívida líquida	295.855	317.551	284.928	298.199

(*) Não considera o saldo de Custos de transação.

4.3. Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o IFRS 7/CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação), quando for o caso, é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esse instrumento é classificado no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é classificado como Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento é classificado no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(Continua...)

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

pelo mercado; • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa visto que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, pelos quais pudessem compensar o saldo devedor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2023, são representadas por Fundos de Investimento. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Fundos de Investimento eram remunerados a uma taxa entre 98% a 105% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos conta movimento	43	771	45	777
Aplicações financeiras	73.410	26.331	84.335	49.322
	73.453	27.102	84.380	50.099

6. Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo seguem os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por categoria:

	Hierarquia de valor justo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Instrumentos financeiros ativos:					
Custo amortizado					
Contas a receber	Nível 2	**110.357**	110.537	**123.042**	125.949
Outros ativos	Nível 2	**9.645**	10.991	**11.469**	11.864
Partes relacionadas	Nível 2	**1.403**	2.616	-	-
Instrumentos financeiros passivos:					
Custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	**45.708**	52.439	**49.728**	60.063
Outras contas a pagar	Nível 2	**2.447**	6.023	**3.165**	9.910
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	**257.432**	253.880	**257.432**	257.525
Obrigações com pessoal e encargos sociais	Nível 2	**4.483**	13.033	**10.670**	22.151
Partes relacionadas	Nível 2	**8.833**	8.860	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresa	Nível 2	-	165	-	165
Mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Contas a pagar por aquisição de empresa	Nível 2	**1.042**	36.567	**1.042**	36.567

7. Contas a receber: Contas a receber de clientes - Um recebível representa o direito da Companhia a uma contraprestação que é incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais dos serviços e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

a) A análise de vencimentos de contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	**101.970**	102.614	**111.579**	117.884
Vencidas	**8.387**	7.923	**11.463**	8.065
Até 30 dias	**2.716**	5.463	**3.789**	5.281
De 31 até 60 dias	**1.766**	786	**1.825**	786
De 61 até 90 dias	**152**	779	**217**	787
De 91 até 180 dias	**218**	1.424	**1.012**	1.430
A partir de 181 dias	**6.389**	1.765	**7.474**	2.075
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	**(2.854)**	(2.294)	**(2.854)**	(2.294)
	110.357	110.537	**123.042**	125.949

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2021	(2.026)	(2.125)
(-) Constituições	(27.086)	(27.086)
(+) Reversões	26.818	26.917
31 de dezembro de 2022	(2.294)	(2.294)
(-) Constituições	**(34.090)**	**(34.090)**
(+) Reversões	**33.530**	**33.530**
31 de dezembro de 2023	**(2.854)**	**(2.854)**

8. Créditos tributários e previdenciários: Os saldos dos créditos decorrentes de antecipações tributárias são registrados pelo seu valor histórico e realizáveis em sua totalidade. Os créditos serão objetos de compensações e/ou restituições perante a Receita Federal do Brasil, de acordo com os negócios gerados pelo Grupo.

a) Composição de saldo de créditos tributários e previdenciários:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**49.099**	68.394	**49.720**	68.685
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**17.594**	17.630	**17.970**	18.022
Programa de Integração Social (PIS)	**4.072**	4.227	**4.154**	4.313
Outros	**2.306**	2.799	**2.566**	3.037
	73.071	93.050	**74.410**	94.057
Circulante	**49.417**	23.851	**50.215**	24.398
Não circulante	**23.654**	69.199	**24.195**	69.659

b) Movimentação dos créditos tributários e previdenciários:	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2022	**68.517**	**69.246**
(+) Constituições	19.838	20.369
(+) Atualizações	6.630	6.666
(-) Utilização	(1.935)	(2.224)
31 de dezembro de 2022	**93.050**	**94.057**
(+) Constituições	**13.830**	**14.113**
(+) Atualizações	**9.502**	**9.551**
(-) Utilização	**(16.452)**	**(16.452)**
(-) Restituição	**(26.859)**	**(26.859)**
31 de dezembro de 2023	**73.071**	**74.410**

9. Despesas antecipadas: São registrados incialmente pelo valor justo, reconhecido no resultado em conformidade com o prazo da prestação de serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras	**311**	695	**378**	798
	311	695	**378**	798
Circulante	**199**	608	**216**	711
Não circulante	**112**	87	**162**	87

10. Investimentos: Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

a) Movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto:

	Controladora						
	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6	MMS	Total
1º de janeiro de 2022	11.017	526	1.460	5.106	49.572	15.213	82.894
Resultado de equivalência patrimonial nota (32)	1.028	(5.782)	(208)	(1.223)	1.141	5.336	292
Dividendos distribuídos	(9.001)	-	-	-	-	-	(9.001)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.392	-	300	-	1.000	6.692
Amortização de ativo de investimento nota (32)	-	-	-	-	(2.183)	-	(2.183)
31 de dezembro de 2022	3.044	136	1.252	4.183	48.530	21.549	78.694
Resultado de equivalência patrimonial nota (32)	**3.700**	**(105)**	**616**	**(3.398)**	**5.876**	**6.698**	**13.387**
JCP distribuído	**(198)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.077)**	**(1.275)**
Dividendos distribuídos	**(1.100)**	**-**	**-**	**-**	**(3.870)**	**(5.338)**	**(10.308)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**82**	**-**	**-**	**-**	**-**	**82**
Redução de capital	**-**	**-**	**(700)**	**-**	**-**	**(8.000)**	**(8.700)**
Amortização de ativo de investimento nota (32)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.183)**	**-**	**(2.183)**
31 de dezembro de 2023	**5.446**	**113**	**1.168**	**785**	**48.353**	**13.832**	**69.697**

(*) Operações descontinuadas em 2022.

b) Principais saldos das controladas e controladas em conjunto: Os saldos das principais contas dos balanços das controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são:

	2023						2022					
	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6	MMS	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6	MMS
Total do ativo	**26.868**	**115**	**1.170**	**786**	**101.120**	**38.575**	32.115	163	1.258	4.184	79.291	51.272
Total do passivo	**21.422**	**2**	**2**	**1**	**59.266**	**24.743**	29.071	27	6	1	43.739	29.723
Patrimônio líquido	**5.446**	**113**	**1.168**	**785**	**41.854**	**13.832**	3.044	136	1.252	4.183	35.552	21.549
Lucro líquido (prejuízo)	**3.700**	**(105)**	**616**	**(3.398)**	**23.505**	**6.698**	1.028	(5.782)	(208)	(1.223)	4.555	5.336
Participação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**25,00%**	**100,00%**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	25,00%	100,00%

(*) Operações descontinuadas em 2022.

c) Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto - XS6: Em 4 de janeiro de 2021 após todas as condições precedentes terem sido satisfeitas, foi concluída a operação com consequente assinatura de Termo de Fechamento da aquisição de 25% de participação, que representam 50,01% das ações ordinárias, da XS6 Participações S.A. ("XS6") pela USS. Com a conclusão da transação, a Companhia e a Caixa Seguridade passaram a gerir os negócios da XS6 de forma conjunta, com base em acordo de acionistas, que estabelece que as decisões substantivas do negócio devem ser tomadas em conjunto, sem a preponderância de qualquer um dos sócios. A Companhia classificou essa participação como uma *joint venture*, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo inicialmente contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelos CPC 18 e CPC15. Os custos relacionados à aquisição de R$236 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas. Contraprestação transferida pela aquisição da participação - A liquidação financeira da operação ocorreu na data do fechamento com o pagamento de R$41.666. Subsequentemente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de janeiro de 2021, foi deliberada a redução do capital social da XS6 no montante total de R$41.666, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da XS6, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, mediante restituição de capital aos acionistas, sendo R$31.250 a Caixa Seguridade Participações S.A. e R$10.416 para USS Soluções Gerenciadas S.A. O valor líquido da contraprestação após a redução de capital foi de R$31.250. Adiantamentos suplementares - O Acordo firmado entre as partes determina também o pagamento de adiantamentos suplementares, via aumento de capital sem alteração substancial de participação, baseado no atingimento de metas de vendas. As metas deverão ser cumpridas no prazo de até 3 anos contados a partir da Data de Fechamento. O montante de R$20.838 foi calculado e registrado como sendo o valor presente destes adiantamentos na data de aquisição, tendo como base a expectativa da Companhia no atingimento de tais metas. Em dezembro de 2023, encerrou o prazo de 3 anos contados a partir da Data de Fechamento da aquisição da XS6, foi apurado o não atingimento da meta de vendas, desta forma a Companhia realizou a baixa do passivo constituído no montante de R$35.063 conforme apresentado na Nota 21. Ativos adquiridos e passivos assumidos - No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, referentes a XS6, pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos na data da aquisição.

	Valor contábil na aquisição	Ajuste de valor justo (i)	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	5.056	-	5.056
Intangível	30.000	174.657	204.657
Total de ativos	**35.056**	**174.657**	**209.713**
Impostos e contribuições	(19)	-	(19)
Outros passivos	(35)	-	(35)
Total de passivos	**(54)**	**-**	**(54)**
Acervo líquido total	**35.002**	**174.657**	**209.659**
Percentual adquirido			25%
Acervo líquido adquirido			**52.415**
Ganho por compra vantajosa na aquisição			(327)
Total da contraprestação			**52.088**

(i) Ajuste ao valor justo - A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base nas projeções e modelos desenvolvidos, considerando os seguintes aspectos: • Caixa, equivalentes de caixa e demais ativos e passivos operacionais: estão representadas por transações realizadas em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos; • Intangível: refere-se ao contrato de exclusividade mantido entre a XS6 e a Caixa Seguridade para exploração, pelo prazo de 20 anos, do ramo de serviços assistenciais na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal. A avaliação do valor justo resultou na atribuição de mais-valia total de R$174.657 a este contrato de exclusividade, calculado com base no método do fluxo de caixa descontado e com o fator de desconto de 14,0%. c) Aquisição de controlada - FIX: Em 16 de março de 2021, após todas as condições precedentes terem sido satisfeitas, foi concluída a aquisição de 100% do capital total e votante da empresa FIX Tecnologia e Serviços S.A. ("FIX"). A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC 15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da USS, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios. A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 – Combinação de negócios. Os custos relacionados à aquisição de R$465 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas. Desde a data de sua aquisição, a FIX contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R$1.412 e prejuízo líquido de R$6.225. Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2021, a FIX teria contribuído para a Companhia com uma receita líquida de R$1.780 e prejuízo líquido de R$7.673. Contraprestação transferida pela aquisição de controle - *Pagamento à vista e integralização de capital na adquirida* - No ato de fechamento, a Companhia efetuou o pagamento da parcela à vista no montante de R$6.250 e aumentos de capital no exercício de R$8.500 para a execução do plano de negócios. Sendo ainda previsto em contrato aumentos de capital adicionais no montante de R$1.600. Contraprestação contingente - Foi estabelecida contraprestação contingente através da subscrição pela USS de um bônus de subscrição, correspondente ao valor 792.646 ações da Companhia, em nome dos ex-acionistas da FIX que poderá ser convertido em ações ou pago pela USS se, e somente se, no quarto aniversário da data de fechamento caso determinadas as condições estabelecidas em contrato forem satisfeitas. O valor justo desta contraprestação contingente foi calculado como sendo R$2.671. *Earn-out* - O contrato firmado entre as partes determina também o pagamento de *earn-out* que pode variar de (i) R$40.200 a R$93.200 e (ii) R$45.000 a R$105.000, que deverão ser pagos até o quarto e sexto aniversário do fechamento, respectivamente, caso determinadas condições estabelecidas em contrato forem satisfeitas. O valor justo do *earn-out* contraprestação contingente foi calculado como sendo R$ 56.366. A contraprestação total é como segue:

Pagamento à vista aos vendedores	6.250
Integralização de capital na adquirida	10.100
Contraprestação contingente	2.671
Earn-out	56.366
Total da contraprestação	**75.387**

Ativos adquiridos e passivos assumidos - No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, referentes à FIX, pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos na data da aquisição.

	Valor contábil na aquisição	Ajuste de valor justo (i)	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	4.651	-	4.651
Contas a receber	278	944	1.222
Demais ativos	490	3.600	4.090
Imobilizado	41	-	41
Intangível	12	26.780	26.792
Total de ativos	**5.472**	**31.324**	**36.796**
Fornecedores	(187)	-	(187)
Obrigações com pessoal e encargos sociais	(443)	-	(443)
Outros passivos	(90)	-	(90)
Total de passivos	**(720)**	**-**	**(720)**
Acervo líquido total	**4.752**	**31.324**	**36.076**
Goodwill			39.311
Total da contraprestação			**75.387**

(i) Ajuste ao valor justo - A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base nas projeções e modelos desenvolvidos, considerando os seguintes aspectos: • Caixa, equivalentes de caixa e demais ativos e passivos operacionais: estão representadas por transações realizadas em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. O valor justo das contas a receber de clientes é o valor que se espera ser recebido integralmente e o ágio gerado compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. • Intangível: A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos ajustes de R$27.724 na rubrica "Intangível", conforme demonstrado.

Descrição	Valor contábil	Valor justo	Mais-valia	Vida útil	Metodologia de avaliação
Marca	1	25.897	25.897	Indefinida	*Royalty Relief*
Carteira de clientes	-	944	944	9	*Mpeem*
Software	11	895	883	-	Custo de reprodução
Total	**12**	**27.736**	**27.724**		

O ágio apurado foi de R$39.311 na aquisição da FIX Tecnologia e Serviços S.A., substancialmente, representado pelo crescimento, pela participação no mercado e pelo desenvolvimento de mercados futuros alinhados com a estratégia de geração de lucros futuros. Os fundamentos econômicos baseados no laudo de especialistas e que geram o ágio e intangíveis de mais-valia foram mantidos na sua integralidade e são tratados de acordo com as condições originalmente estabelecidas. Aditivo ao contrato de compra e venda celebrado em 25 de novembro de 2022 - Em 25 de novembro de 2022, as partes resolvem de comum acordo aditar o contrato de compra e venda para extinguir qualquer obrigação da USS de pagamento de valores a título de *earn-out* e contraprestação contingente. Em contrapartida ao cancelamento do *earn-out* e da contraprestação contingente será devido pela USS o montante de R$6.250 a ser pago em seis parcelas iguais não sujeitas a ajuste ou correção monetária. O montante em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.042 conforme apresentado na Nota 21.

11. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. *Softwares* - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. Relações contratuais com clientes (contrato de exclusividade, carteira e contratos de clientes): As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. O valor registrado leva em consideração premissas de renovação da carteira de clientes e são suportados pelo seu comportamento histórico. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. Marcas e patentes: A marca registrada é demonstrada, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada.

a) Composição e movimentação dos saldos da controladora:

	Controladora		Taxas anuais de
	2023	2022	amortização - %
Softwares	**52.836**	66.570	20
Contratos de exclusividade	**6.549**	21.237	14 a 50
Marcas e patentes	**201**	201	10
Carteira de clientes	**-**	15.084	10
Projetos	**3.680**	4.347	-
	63.266	107.439	
Amortizações acumuladas	**(39.223)**	(83.039)	
Intangível líquido	**24.043**	24.400	

Descrição	2022	Adições	Transferências (*)	Amortizações	2023
Softwares	**19.852**	**2.417**	**5.230**	**(7.338)**	**20.161**
Marcas e patentes	**201**	**-**	**-**	**-**	**201**
Projetos	**4.347**	**4.564**	**(5.230)**	**-**	**3.681**
	24.400	**6.981**	**-**	**(7.338)**	**24.043**

Descrição	2021	Adições	Transferências (*)	*Impairment*	Amortizações	2022
Softwares	13.679	3.129	9.443	(883)	(5.516)	19.852
Marcas e patentes	26.098	-	-	(25.897)	-	201
Carteira de clientes	866	-	-	(769)	(97)	-
Ágios pagos em aquisições	39.311	-	-	(39.311)	-	-
Projetos	5.913	7.877	(9.443)	-	-	4.347
	85.867	11.006	-	(66.860)	(5.613)	24.400

(*) Transferências de saldos entre softwares e projetos.

b) Composição e movimentação dos saldos do consolidado:

	Consolidado		Taxas anuais de
	2023	2022	amortização - %
Softwares	**58.502**	79.321	20
Contratos de exclusividade	**6.549**	21.237	14 a 50
Marcas e patentes	**202**	202	10
Carteira de clientes	**-**	15.084	10
Projetos	**4.109**	4.494	-
	69.362	120.338	
Amortizações acumuladas	**(42.486)**	(89.368)	
Intangível líquido	**26.876**	30.970	

Descrição	2022	Adições	Transferências (*)	*Impairment*	Amortizações	2022
Softwares	**26.136**	**2.468**	**5.534**	**(2.449)**	**(9.263)**	**22.426**
Marcas e patentes	**201**	**-**	**-**	**-**	**-**	**201**
Projetos	**4.633**	**5.150**	**(5.534)**	**-**	**-**	**4.249**
	30.970	**7.618**	**-**	**(2.449)**	**(9.263)**	**26.876**

Descrição	2021	Adições	Transferências (*)	*Impairment*	Amortizações	2022
Softwares	20.754	3.967	9.749	(883)	(7.451)	26.136
Marcas e patentes	26.098	-	-	(25.897)	-	201
Carteira de clientes	866	-	-	(769)	(97)	-
Ágios pagos em aquisições	39.311	-	-	(39.311)	-	-
Projetos	5.923	8.459	(9.749)	-	-	4.633
	92.952	12.426	-	(66.860)	(7.548)	30.970

(*) Transferências de saldos entre softwares e projetos.

12. Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

a) Composição e movimentação dos saldos da controladora:

	Controladora		Taxas anuais de
	2023	2022	amortização - %
Equipamentos de informática	**15.042**	15.043	20
Móveis e utensílios	**2.123**	2.106	10
Instalações	**933**	933	10
Máquinas e equipamentos	**982**	959	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**762**	762	10
Equipamentos de telefonia	**369**	216	20
	20.211	20.019	
Depreciações acumuladas	**(17.671)**	(16.181)	
Imobilizado líquido	**2.540**	3.838	

Descrição	2022	Adições	Baixas	Depreciações	2023
Equipamentos de informática	**3.168**	**8**	**(5)**	**(1.189)**	**1.982**
Móveis e utensílios	**395**	**17**	**-**	**(108)**	**304**
Máquinas e equipamentos	**42**	**23**	**-**	**(39)**	**26**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**187**	**-**	**-**	**(121)**	**66**
Equipamentos de telefonia	**46**	**153**	**-**	**(37)**	**162**
	3.838	**201**	**(5)**	**(1.494)**	**2.540**

Descrição	2021	Adições	Baixas	Depreciações	2022
Equipamentos de informática	3.630	734	(6)	(1.190)	3.168
Móveis e utensílios	555	4	(32)	(132)	395
Máquinas e equipamentos	93	-	(8)	(43)	42
Benfeitorias em imóveis de terceiros	343	-	(30)	(126)	187
Equipamentos de telefonia	72	5	(4)	(27)	46
	4.693	743	(80)	(1.518)	3.838

O Grupo avaliou os indicadores e não identificou indícios de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos classificados como mantidos para venda.

a) Composição e movimentação dos saldos do consolidado:

	Consolidado		Taxas anuais de
	2023	2022	amortização - %
Equipamentos de informática	**19.625**	19.400	20
Móveis e utensílios	**3.642**	3.625	10
Instalações	**933**	933	10
Veículos	**-**	1.210	20
Máquinas e equipamentos	**1.703**	1.680	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**9.348**	9.348	10
Equipamentos de telefonia	**672**	520	20
	35.923	36.716	
Depreciações acumuladas	**(31.235)**	(29.066)	
Imobilizado líquido	**4.688**	7.650	

Descrição	2022	Adições	Baixas	Depreciações	2023
Equipamentos de informática	**4.623**	**233**	**(5)**	**(1.802)**	**3.049**
Móveis e utensílios	**993**	**17**	**-**	**(256)**	**754**
Veículos	**119**	**-**	**(48)**	**(70)**	**1**
Máquinas e equipamentos	**62**	**23**	**-**	**(49)**	**36**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**1.746**	**-**	**-**	**(1.103)**	**643**
Equipamentos de telefonia	**107**	**152**	**-**	**(54)**	**205**
	7.650	**425**	**(53)**	**(3.334)**	**4.688**

Descrição	2021	Adições	Baixas	Depreciações	2022
Equipamentos de informática	5.585	856	(10)	(1.808)	4.623
Móveis e utensílios	1.348	4	(69)	(290)	993
Veículos	535	-	(192)	(224)	119
Máquinas e equipamentos	125	1	(9)	(55)	62
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.228	-	(1.200)	(1.282)	1.746
Equipamentos de telefonia	116	44	(4)	(49)	107
	11.937	905	(1.484)	(3.708)	7.650

O Grupo avaliou os indicadores e não identificou indícios de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos classificados como mantidos para venda.

13. Fornecedores: Correspondem a contas a pagar e provisões relativos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de assistência especializada	**44.602**	49.814	**47.232**	56.048
Fornecedores de serviços	**1.106**	1.106	**2.496**	2.496
Fornecedores - Risco sacado (*)	**-**	1.519	**-**	1.519
	45.708	52.439	**49.728**	60.063

(*) A Companhia possui Termos de Compromissos Relacionados a Pagamentos e Outras Avenças ("Convênio"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a serviços prestados à Companhia, diretamente com a instituição financeira. No referido Convênio, cabe ao fornecedor optar ou não pela cessão e cabe à instituição financeira decidir por adquirir ou não os referidos créditos, sem interferência da Companhia. A utilização do Convênio não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelo fornecedor, sendo mantidas as mesmas condições de valor original e prazo médio de pagamento, o qual, na média, gira em torno de 30 a 60 dias, prazo que se enquadra dentro do ciclo operacional recorrente da Companhia.

14. Obrigações com pessoal e encargos sociais: São reconhecidos em conformidade com a prestação de serviços de seus funcionários, os encargos são calculados em conformidade com a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de férias e encargos	**3.149**	2.849	**8.029**	7.948
Provisão de bônus	**-**	8.256	**-**	11.164
INSS / FGTS	**789**	1.490	**1.774**	2.442
IRRF	**469**	437	**625**	587
Outras obrigações	**76**	1	**242**	10
	4.483	13.033	**10.670**	22.151

15. Impostos e contribuições a pagar: A Companhia e determinadas sociedades controladas possuem os seguintes saldos a serem compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros a serem apurados com base no lucro real. Adicionalmente, possuem diferenças a deduzir em exercícios futuros conforme indicado a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2023	2022
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)		**293**	246	**528**	436
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS)		**-**	-	**674**	384
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) terceiros		**76**	53	**89**	79
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terceiros		**7**	7	**15**	12
PERT MP 783/2017	**18**	**2.110**	2.277	**3.972**	4.282
Parcelamento REFIS - Lei nº 11.941/09	**16**	**617**	1.376	**617**	1.376
Parcelamento Previdenciário e Simplificado	**17**	**1.424**	1.374	**2.230**	1.374
Impostos retidos de terceiros		**107**	123	**136**	131
Impostos diferidos passivos	**24 b**	**111**	111	**111**	111
Outros		**-**	-	**303**	308
Circulante		**1.969**	2.017	**3.732**	3.238
Não circulante		**2.776**	3.550	**4.943**	5.255

16. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS: Em 28 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: a) Parcelamento efetuado em 180 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Impostos federais	**617**	1.376
	617	1.376
Circulante	**557**	808
Não circulante	**60**	568

17. Parcelamento previdenciário e federal: Em 11 de janeiro de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento Previdenciário (RAT/FAP) para quitação dos débitos oriundos dos processos 15.587.827-1. Em 18 de setembro de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento federal (IRPJ) para quitação dos débitos oriundos dos processos 13896-723.119/14-72, 13896-723.120/14-05, 13896-723.288/14-11.

a) Parcelamento efetuado em 60 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Previdenciários	-	13	-	13
Impostos federais	**1.424**	1.361	**2.230**	1.361
	1.424	1.374	**2.230**	1.374
Circulante	**584**	464	**756**	464
Não circulante	**840**	910	**1.474**	910

18. Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017 e pela Medida Provisória nº 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: a) Parcelamento efetuado em 145 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
FAP/RAT (Previdenciários)	-	-	**1.861**	2.005
Impostos federais	**2.110**	2.277	**2.111**	2.277
	2.110	2.277	**3.972**	4.282
Circulante	**346**	316	**674**	616
Não circulante	**1.764**	1.961	**3.298**	3.666

19. Outras contas a pagar: Correspondem aos valores devidos no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Comissão	**776**	2.537	**1.115**	5.945
Gastos com telefonia e TI	**710**	2.399	**710**	2.399
Contratos de exclusividade	**-**	300	**-**	300
Contratos com terceiros	**238**	616	**238**	616
Auditoria	**580**	-	**580**	-
Outros	**143**	171	**522**	650
	2.447	6.023	**3.165**	9.910

20. Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil: a) Empréstimos e financiamentos - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de juros ao ano	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional					
Leasing / Financiamentos	**CDI + 4,78% a 6,55%**	**29**	710	**29**	710
Leasing / Financiamentos	**CDI + 8,21%**	**52**	166	**52**	166
Empréstimos - Capital de giro	**CDI + 2,90% a 5,49%**	**257.351**	253.004	**257.351**	253.004
Empréstimos - *Intraday*	**162,10%**	**-**	-	**-**	3.645
		257.432	253.880	**257.432**	257.525
Circulante		**64.293**	49.659	**64.293**	53.304
Não Circulante		**193.139**	204.221	**193.139**	204.221

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2025	**76.652**
2026	**76.653**
2027	**19.867**
2028	**19.967**
	193.139

Os contratos dos bancos Santander e Safra possuem "*covenants*" financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, mensurado anualmente.

O índice anual requerido deverá ser menor ou igual ao informado na tabela abaixo:

	Índice (menor ou igual)
2023	2,50
2024 até 2026	1,80

O índice financeiro mencionado acima é verificado com base na data-base estipulada em contratos. A administração acompanha o cálculo deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas. **b) Arrendamento mercantil (controladora e consolidado) -** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • *Subscrição de software*: 1 a 5 anos; • Imóveis: 10 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3. Abaixo seguem as movimentações dos ativos de direito de uso:

	Controladora			Consolidado		
	Software	Imóveis	Total	*Software*	Imóveis	Total
31 de dezembro de 2021	**519**	**7.367**	**7.886**	**2.428**	**7.367**	**9.795**
Adições	7.044	4.903	11.947	21.027	4.902	25.929
Baixas	-	(6.190)	(6.190)	-	(6.190)	(6.190)
Despesas de depreciação / amortização	(2.044)	(2.514)	(4.558)	(6.112)	(2.513)	(8.625)
31 de dezembro de 2022	**5.519**	**3.566**	**9.085**	**17.343**	**3.566**	**20.909**
Adições	**375**	**4**	**379**	**660**	**4**	**664**
Despesas de depreciação / amortização	**(2.016)**	**(2.360)**	**(4.376)**	**(5.975)**	**(2.360)**	**(8.335)**
31 de dezembro de 2023	**3.878**	**1.210**	**5.088**	**12.028**	**1.210**	**13.238**
Taxas anuais de amortização - %	100 a 33	50		100 a 33	50	

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Abaixo seguem as movimentações dos passivos de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2021	**8.571**	**11.373**
Adições	11.483	25.465
Remensurações	464	464
Baixas	(7.019)	(7.094)
Pagamento de principal	(4.057)	(8.011)
Pagamento de juros	(1.226)	(2.256)
Juros incorridos	1.226	2.256
31 de dezembro de 2022	**9.442**	**22.197**
Circulante	**4.121**	**7.596**
Não circulante	**5.321**	**14.601**
Adições	**348**	**348**
Remensurações	**31**	**316**
Pagamento de principal	**(4.150)**	**(7.658)**
Pagamento de juros	**(1.019)**	**(2.609)**
Juros incorridos	**1.019**	**2.609**
31 de dezembro de 2023	**5.671**	**15.203**
Circulante	**3.266**	**6.797**
Não circulante	**2.405**	**8.406**

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	**1.253**	**3.507**
2026	**1.152**	**3.724**
2027	**-**	**1.175**
Total	**2.405**	**8.406**

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Controladora e Consolidado	
Prazos contratos	**Taxa % a.a.**
5 anos	12,00 a 14,00%
4 anos	14,00 a 18,00%
3 anos	8,07 a 18,00%
2 anos	16,00 a 18,00%

(Continua...)

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

21. Contas a pagar por aquisição de empresa: O saldo de contas a pagar por aquisição de empresa representa (i) as parcelas retidas das participações societárias adquiridas no passado que seriam desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis e (ii) parcelas a serem pagas no futuro, contingentes ao atingimento de metas de performance pelas empresas adquiridas, às contrapartes envolvidas em cada transação.
A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora e Consolidado																
Adquirida	2021	Pagamentos	Ajuste a valor justo	Juros CDI	Baixa (**)	2022	Circulante	Não circulante	Pagamentos	Ajuste a valor justo	Juros CDI	Baixa (*)	Reversão (***)	2023	Circulante	Não circulante
FIX	**66.988**	(2.640)	7.814	-	(66.952)	**5.210**	4.167	1.043	**(4.168)**	-	-	-	-	**1.042**	**1.042**	-
XS6	**24.639**	-	3.122	3.596	-	**31.357**	31.357	-	-	**(52)**	**3.758**	-	**(35.063)**	-	-	-
Tempo Participações S.A. (*)	**165**	-	-	-	-	**165**	-	165	-	-	-	**(165)**	-	-	-	-
	91.792	(2.640)	10.936	3.596	(66.952)	**36.732**	35.524	1.208	**(4.168)**	**(52)**	**3.758**	**(165)**	**(35.063)**	**1.042**	**1.042**	-

(*) Parcela retida de empresa adquirida pela Hill Valley Participações S.A. e incorporada pela USS. (**) Baixa parcial da aquisição de controlada "FIX", conforme aditivo ao contrato de compra e venda celebrado em 25 de novembro de 2022. (***) Baixa do saldo de adiantamento suplementar, devido ao não atingimento de metas de vendas conforme acordo firmado no termo de fechamento de aquisição de participação na XS6 Participações S.A.

22. Provisão para perdas com causas judiciais: O Grupo com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A provisão para contingências passivas é estabelecida por valores atualizados das questões trabalhistas e cíveis que possam representar desembolsos futuros por parte da Companhia e suas controladas, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas e previdenciárias	**6.483**	9.132	**7.461**	10.170
Cíveis	**1.187**	1.089	**1.255**	1.145
	7.670	10.221	**8.716**	11.315

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, dos litígios envolvendo funcionários e ex-funcionários sobre temas ligados à aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a indenizações por danos morais e materiais. As movimentações na provisão para perdas com causas judiciais estão sumarizadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2022	**13.122**	**14.907**
(+) Constituições	2.130	2.642
(-) Reversões	(916)	(2.119)
(-) Pagamentos	(4.115)	(4.115)
31 de dezembro de 2022	**10.221**	**11.315**
(+) Constituições	**2.956**	**3.554**
(-) Reversões	**(1.712)**	**(2.222)**
(-) Pagamentos	**(3.795)**	**(3.931)**
31 de dezembro de 2023	**7.670**	**8.716**

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis não estão registradas no balanço somam R$20.081, sendo R$11.905 de natureza tributária, R$129 de natureza cível e R$8.047 de natureza trabalhista (R$22.371 em 31 de dezembro de 2022 sendo R$12.820 de natureza tributária, R$132 de natureza cível e R$9.419 de natureza trabalhista).

23. Transações com partes relacionadas: O Grupo compartilha uma estrutura comum de determinados custos corporativos entre si. Os gastos relacionados com tal estrutura são rateados por meio de critérios objetivos estabelecidos pela administração. Em resumo, as despesas são rateadas da seguinte forma: • Despesas associadas à infraestrutura compartilhada pelas empresas são rateadas usando o critério de número de funcionários; e • Despesas de Tecnologia da Informação (*TI*) e Telecomunicações (*Telecom*), quando não apropriadas diretamente às empresas operacionais, são rateadas pelo critério de número de funcionários. Despesas de áreas de suporte corporativo, a exemplo dos departamentos Jurídico, Financeiro e de Recursos Humanos, são rateadas de acordo com o lucro bruto das empresas operacionais. Ainda, despesas inerentes às atividades da empresa controladora, a exemplo do Departamento de Relações com Investidores, não são rateadas para as empresas controladas. Adicionalmente, as empresas do Grupo compartilham prestação de serviços de assistência. Todas essas operações são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas referem-se à compra e venda de serviços e estão demonstrados da seguinte forma:

	2023	2022
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	**1.360**	2.526
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**43**	90
Ativo não circulante	**1.403**	2.616
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	**8.828**	8.801
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**5**	59
Passivo circulante	**8.833**	8.860

Além das informações descritas acima, a Companhia possui transações comerciais registradas em seu contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à XS6 no montante de R$7.071. A Companhia não possui transações comerciais com outras empresas controladas pelo mesmo bloco controlador.
As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de serviços	2023	2022
Serviços de assistência	**3.619**	379
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**3.619**	(9)
PSS Soluções e Reparos Emergenciais Ltda. ("PSS")	-	388
Serviços *call center*	**92.975**	100.698
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	**92.975**	100.698
Serviço de intermediação	**9**	-
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**9**	-
	96.603	101.077

Os serviços são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

b) Compras de serviços	2023	2022
Serviços de assistência	**3.619**	379
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	-	406
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	**19**	24
Tempo Tem Soluções e Reparos Ltda. ("Tempo Tem")	-	(51)
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**3.600**	-
Serviços *call center*	**92.975**	100.698
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**89.677**	94.232
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**3.298**	6.466
Serviço de intermediação	**9**	-
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**9**	-
	96.603	101.077

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2023	2022
Salários e outros benefícios	**5.766**	5.693

24. Imposto de renda e contribuição social: Impostos sobre o lucro compreendem o IRPJ e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. O IRPJ e a CSLL correntes são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, a qual corresponde ao lucro líquido antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	**62.735**	(44.134)	**70.559**	(32.658)
Resultado do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	**(2.722)**	(7.212)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**62.735**	(44.134)	**67.837**	(39.870)
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**(21.330)**	15.006	**(23.065)**	13.556
Resultado da equivalência patrimonial	**4.118**	99	**1.998**	387
Plano de pagamento baseado em ações	**(1.511)**	(165)	**(1.511)**	-
PAT	**82**	-	**1.160**	24
Outras adições / exclusões permanentes	**6.316**	14.940	**3.985**	11.626
Redução ao valor recuperável (*impairment*) (*)	-	(22.733)	-	(22.734)
Diferença de alíquotas	**18**	-	**24**	24
	(12.307)	7.147	**(17.409)**	2.883
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	**(4.590)**	-	**(8.577)**	(3.230)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	**(7.717)**	7.147	**(8.667)**	6.113
Despesa de imposto de renda e contribuição social - total	**(12.307)**	7.147	**(17.244)**	2.883
Tributos atribuíveis a operações descontinuadas	-	-	**(165)**	-
	(12.307)	7.147	**(17.409)**	2.883
Alíquota efetiva	**-20%**	-16%	**-24%**	-9%

(*) Os ativos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de prejuízos fiscais são reconhecidos contabilmente considerando-se a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. Considerando que as projeções da companhia foram afetadas pela variação do cenário econômico, a estimativa de realização dos impostos diferidos foi alterada. Diante deste cenário, a Companhia registrou perda por redução ao valor recuperável dos ativos diferidos relativos a uma parcela do prejuízo fiscal registrado contabilmente por suas controladas. b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização do alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	**70.233**	69.933	**80.619**	81.253
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	**11.036**	19.053	**11.390**	19.423
Ativo de imposto diferido	**81.269**	88.986	**92.009**	100.676
Impostos diferidos passivos sobre ganho / perda de investimento inicial	**(111)**	(111)	**(111)**	(111)
Total do imposto de renda diferido ativo (passivo)	**81.158**	88.875	**91.898**	100.565

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos por entidade jurídica, nos termos do CPC 32. c) Imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias: O saldo de imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias está composto:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	**803**	690	**803**	690
Contingências cíveis	**404**	370	**427**	389
Contingências trabalhistas	**2.205**	3.105	**2.536**	3.458
Mais-valia de ativo	**7.624**	14.888	**7.624**	14.886
	11.036	19.053	**11.390**	19.423

d) Movimentação do imposto de renda diferido:

Controladora	Saldo	Resultado		Saldo	Resultado		Saldo
Natureza	2021	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2023
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	**52.365**	17.568	-	**69.933**	**300**	**-**	**70.233**
Diferenças temporárias	**29.363**	2.199	(12.620)	**18.942**	**146**	**(8.163)**	**10.925**
Total	**81.728**	19.767	(12.620)	**88.875**	**446**	**(8.163)**	**81.158**

Consolidado	Saldo	Resultado		Saldo	Resultado		Saldo
Natureza	2021	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2023
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	**64.483**	17.610	(840)	**81.253**	**300**	**(934)**	**80.619**
Diferenças temporárias	**29.969**	2.242	(12.899)	**19.312**	**150**	**(8.183)**	**11.279**
Total	**94.452**	19.852	(13.739)	**100.565**	**450**	**(9.117)**	**91.898**

e) Prejuízo fiscal e base negativa: O Grupo possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$272.048 em 31 de dezembro de 2023. A sua controlada integral USS possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$206.570 em 31 de dezembro de 2023. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2023 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando a existência e lucro tributável nos últimos exercícios sociais e com base na projeção de resultados tributável futuros desenvolvida pela Administração. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

Controladora		Consolidado	
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e diferenças temporárias	
2024	**5.685**	2024	**11.240**
2025	**9.515**	2025	**14.644**
2026	**10.178**	2026	**10.234**
2027 a 2029	**55.780**	2027 a 2029	**55.780**
Total	**81.158**	**Total**	**91.898**

As projeções consideram as seguintes principais premissas: (i) Projeção de fluxo de caixa para 10 anos. (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento da receita foi estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (crescimento orgânico, desenvolvimento de novos produtos e reajustes contratuais de preço), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (*churn*) e crescimento de novos serviços de conveniências. (iii) Evolução do resultado operacional: considera o crescimento histórico da Companhia, projeções de inflação e do PIB brasileiro para os próximos anos, ganhos de eficiência com base na melhoria dos processos já existentes bem como derivados da implantação de novos projetos e a implantação dos novos contratos e negócios recém-adquiridos. A Administração está implementando as seguintes ações visando à geração de lucro tributário: (i) Manutenção dos contratos atuais, garantindo a qualidade dos serviços prestados e a saúde econômico-financeira da Companhia; (ii) Investimento em tecnologia e infraestrutura para dar apoio ao crescimento orgânico dos contratos atuais; (iii) Expansão e consolidação do canal B2B2C e desenvolvimento de novos canais para vendas dos serviços, especialmente no modelo de venda direta (B2C), com a inclusão de novas parcerias e desenvolvimento de novos produtos; (iv) Desenvolvimento de novos serviços de conveniência, expandindo para oferta de instalação, reparo e manutenção de linha branca e marrom; (v) Execução dos contratos recém-adquiridos e de novos negócios em implantação pela Companhia; e (vi) Captura das eficiências mapeadas pela Companhia em seu planejamento estratégico. O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração.
A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos, sendo:

Controladora	Prejuízo fiscal/base negativa acumulado	Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano
2023	**206.570**	**882**
Consolidado	**Prejuízo fiscal/base negativa acumulado**	**Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano**
2023	**272.048**	**1.054**

Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado.

25. Adiantamento de clientes: Passivos de contrato - Um passivo de contrato consiste na obrigação de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia e sua controlada lhes transfiram bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que ocorrer primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente sua carteira de recebíveis, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos para todos os títulos cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e registradas no momento do reconhecimento do contas a receber. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas de Vendas". Quando não há expectativa de recuperação dos recursos, os valores são baixados da PECLD. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber, assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de clientes	**15**	15	**15**	15
	15	15	**15**	15

26. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia de R$136.872 (31 de dezembro de 2022 - R$135.257) está representado por 379.632.849 (31 de dezembro de 2022 - 378.476.859) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Segue a mutação do número de ações para os respectivos períodos:

	Ordinárias
31 de dezembro de 2022	378.476.859
Aumento de capital	**1.155.990**
31 de dezembro de 2023	**379.632.849**

Segue quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023		2022	
Acionistas	Ações ordinárias	Participação no capital	Ações ordinárias	Participação no capital
Hill Fundo de Investimento em Participações	**174.310.921**	**45,92%**	174.310.921	46,06%
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II	**60.609.458**	**15,97%**	60.609.458	16,01%
Évora Fundo de Investimentos em Participações	**13.051.132**	**3,44%**	13.051.132	3,45%
Old Bridge Fundo de Investimento em Participações	**13.051.132**	**3,44%**	13.051.132	3,45%
Swiss Re Direct Investments Company Ltda.	**112.653.962**	**29,67%**	112.653.962	29,77%
Demais acionistas	**5.956.244**	**1,56%**	4.800.254	1,26%
	379.632.849	**100,00%**	378.476.859	100,00%

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023 foi deliberado o aumento de capital social em R$1.144, com emissão de 820.735 ações ordinárias. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2023 foi deliberado o aumento de capital social em R$471, com emissão de 335.255 ações ordinárias. b) Destinação do lucro líquido do exercício: O Conselho de Administração poderá fixar o montante dos juros a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, observadas as disposições legais pertinentes. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. Com base no lucro líquido apurado na demonstração de resultados do período serão elaboradas as propostas da destinação a lhes serem dadas, possuindo saldo de prejuízos acumulados o lucro líquido do período será absorvido e o excedente seguirá a seguinte regra de destinação: (i) 5% na constituição da reserva legal, até o montante estabelecido na legislação em vigor; (ii) dividendo mínimo obrigatório: 25% do saldo do lucro líquido do período, obtido após a dedução de que trata o item; (iii) o saldo do lucro líquido do período, obtido após as deduções de que tratam os itens anteriores, será destinado à reserva de lucros a realizar, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos negócios. c) Plano de pagamento baseado em ações: A Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2017 foi aprovado o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 1"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2023 foi aprovado um novo plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 2"). A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra de ações em favor de: (i) seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e suas controladas. A opção poderá ser exercida em dois, quatro ou cinco lotes anuais, contados a partir da data de outorga, mediante simples aviso à Companhia, nas datas para exercício definidas nos Planos. Na hipótese de exercício parcial ou não exercício da opção relacionada a determinado lote anual na data para exercício, o beneficiário poderá exercer tal direito pelo prazo de dois anos, contados do cumprimento do último período de *vesting*. Após o decurso deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção, sem direito à indenização. O preço do exercício deverá ser reduzido no montante de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outras devoluções de capital por ação realizadas pela Companhia, desde a data de início do período de *vesting* até a data em que ocorrer o exercício da opção. O período de *vesting* é dividido em dois, quatro ou cinco anos, contados a partir da data em que a opção é concedida ao empregado. O beneficiário deverá, obrigatoriamente, destinar 50% do bônus anual recebido da Companhia, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, para adquirir as ações decorrentes dos lotes anuais cujos prazos de carência já tenham decorrido. O beneficiário somente poderá vender suas ações depois de decorrido cinco anos a contar do exercício das opções "Período de *Lock-Up*". Na hipótese de ocorrência de um IPO, o Período de *Lock-Up* passará a ser de 1 (um) ano após cada data de exercício das Opções, sendo que todas as Opções que já tenham sido exercidas até a data do IPO estarão sujeitas ao Período de *Lock-Up* de 1 (um) ano a contar do IPO. O ("Plano 1") prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 3,5% do total de ações do capital social da Companhia em 31 de janeiro de 2017, já o ("Plano 2") prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 1,5% do total de ações do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 "*Fully Diluted*". O preço de exercício das opções é atualizado pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Plano 1		Plano 2		Total
	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de período por ação - reais	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de período por ação - reais	Quantidade de opções
1º de janeiro de 2022	6.878.771	1,29	-	-	6.878.771
Perdidas durante o exercício	(280.000)	1,31	-	-	(280.000)
31 de dezembro de 2022	**6.598.771**	**1,36**	**-**	**-**	**6.598.771**
Outorgadas durante o exercício	**1.590.461**	**1,39**	**4.425.544**	**2,12**	**6.016.005**
Perdidas durante o exercício	**(76.282)**	**1,42**	-	**-**	**(76.282)**
Exercidas durante o exercício	**(1.155.990)**	**1,40**	-	**-**	**(1.155.990)**
31 de dezembro de 2023	**6.956.960**	**1,36**	**4.425.544**	**2,17**	**11.382.504**

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$4.443 e foi registrada como despesa de plano de pagamento baseado em opções (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, referente aos planos de opções de ações, é de R$11.587 (R$7.144 em 31 de dezembro de 2022).

27. Lucro por ação: a) Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**50.428**	(36.987)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	**379.254.582**	378.476.859
Lucro (Prejuízo) básico por ação	**0,13297**	(0,09773)

b) Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**50.428**	(36.987)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	**379.254.582**	378.476.859
Ajustes		
Opções de compra de ações (milhares)	**10.616.738**	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	**389.871.320**	378.476.859
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	**0,12935**	(0,09773)

Devido ao fato da Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as opções de compra de ações não foram consideradas no cálculo por causarem efeito antidiluidor.

28. Receita dos serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. Imposto sobre vendas - As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 18%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 3%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A reconciliação da receita bruta para a receita líquida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços prestados de assistência especializada	**738.906**	762.892	**739.765**	775.612
Serviços prestados de teleatendimento	-	-	**19.147**	18.970
Revenda de mercadorias	-	-	-	50
Gestão em serviços de montagem de móveis	-	-	**94.770**	107.504
Impostos sobre os serviços prestados	**(15.315)**	(9.069)	**(27.807)**	(20.219)
Receita líquida	**723.591**	753.823	**825.875**	881.917
Receita líquida das operações continuadas	**723.591**	753.823	**825.782**	880.633
Receita líquida das operações descontinuadas	-	-	**93**	1.284
Época do reconhecimento da receita				
Serviços transferidos ao longo do tempo	-	1.118	-	1.118
Serviços transferidos em momento específico do tempo	**738.906**	761.774	**853.682**	901.018
Impostos sobre os serviços prestados	**(15.315)**	(9.069)	**(27.807)**	(20.219)
Receita líquida	**723.591**	753.823	**825.875**	881.917
Receita líquida das operações continuadas	**723.591**	753.823	**825.782**	880.633
Receita líquida das operações descontinuadas	-	-	**93**	1.284

Abaixo estão demonstradas as receitas reconhecidas sobre:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Montantes incluídos nos passivos de contrato no início do ano	**9.913**	3.269

29. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. A reconciliação dos custos e despesas por função e natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:
a) Custos operacionais e despesas por função são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos serviços prestados	**(501.093)**	(574.105)	**(561.652)**	(660.114)
Custo de revenda de mercadorias	-	-	-	(45)
Call center	**(89.676)**	(94.234)	-	-
Auditoria e consultoria	**(2.848)**	(2.195)	**(4.249)**	(3.712)
Marketing	**(927)**	(682)	**(1.249)**	(1.123)
Institucionais e legais	**(1.409)**	(2.612)	**(2.229)**	(3.065)
Pessoal	**(47.984)**	(49.531)	**(125.068)**	(138.692)
Tecnologia e Telecom	**(3.765)**	(5.112)	**(16.411)**	(21.999)
Provisão para contingências líquidas	**(1.249)**	(1.234)	**(1.337)**	(958)
Comissão e agenciamento	**(10.294)**	(8.248)	**(20.002)**	(15.461)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	**(8.832)**	(73.991)	**(12.597)**	(78.116)
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	**(4.376)**	(4.558)	**(8.335)**	(8.625)
Impairment do imobilizado e intangível	-	(30)	**(2.449)**	(1.201)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	**(920)**	(268)	**(920)**	(321)
Perda efetiva de recebimento de crédito	-	-	-	(306)
Outras despesas (receitas) operacionais	**(3.240)**	(3.250)	**(9.821)**	(10.993)
	(676.613)	(820.050)	**(766.319)**	(944.731)
Custos operacionais e despesas por função proveniente das operações continuadas	**(676.613)**	(820.050)	**(762.486)**	(936.219)
Custos operacionais e despesas por função proveniente das operações descontinuadas	-	-	**(3.833)**	(8.512)

b) Custos operacionais e despesas por natureza como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços tomados	**(597.382)**	(675.646)	**(582.312)**	(685.825)
Mercadorias / Materiais	-	-	-	(45)
Salários, encargos e benefícios (b.1)	**(47.984)**	(49.531)	**(125.068)**	(138.692)
Provisão para contingências líquidas	**(1.249)**	(1.234)	**(1.337)**	(958)
Comissão e agenciamento	**(10.294)**	(8.248)	**(20.002)**	(15.461)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	**(8.832)**	(73.991)	**(12.597)**	(78.116)
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	**(4.376)**	(4.558)	**(8.335)**	(8.625)
Impairment do imobilizado e intangível	-	(30)	**(2.449)**	(1.201)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	**(920)**	(268)	**(920)**	(321)
Perda efetiva de recebimento de crédito	-	-	-	(306)
Outras despesas (receitas) operacionais	**(5.576)**	(6.544)	**(13.299)**	(15.181)
	(676.613)	(820.050)	**(766.319)**	(944.731)
Custos operacionais e despesas por natureza proveniente das operações continuadas	**(676.613)**	(820.050)	**(762.486)**	(936.219)
Custos operacionais e despesas por natureza proveniente das operações descontinuadas	-	-	**(3.833)**	(8.512)
Custos dos serviços prestados e de revenda de mercadorias	**(501.093)**	(574.105)	**(561.652)**	(660.159)
Despesas de vendas	**(11.214)**	(8.516)	**(20.922)**	(16.088)
Despesas gerais e administrativas	**(164.306)**	(237.429)	**(183.745)**	(268.484)
	(676.613)	(820.050)	**(766.319)**	(944.731)
Custos operacionais e despesas por natureza proveniente das operações continuadas	**(676.613)**	(820.050)	**(762.486)**	(936.219)
Custos operacionais e despesas por natureza proveniente das operações descontinuadas	-	-	**(3.833)**	(8.512)

b.1) As despesas com pessoal são reconhecidas quando incorridas, mensuradas em conformidade com os respectivos contratos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários	**(25.850)**	(24.302)	**(66.236)**	(69.918)
Encargos	**(8.452)**	(7.824)	**(16.964)**	(17.571)
Outras despesas com pessoal	**(1.709)**	(1.981)	**(8.493)**	(9.150)
Benefícios	**(7.392)**	(6.270)	**(29.425)**	(29.962)
Participação nos lucros e bônus	**(138)**	(8.930)	**493**	(11.867)
	(43.541)	(49.307)	**(120.625)**	(138.468)
Plano de pagamento baseado em ações	**(4.443)**	(224)	**(4.443)**	(224)
	(47.984)	(49.531)	**(125.068)**	(138.692)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor residual do ativo intangível baixado	-	(80)	-	(1.484)
Ganho na venda de ativos não circulantes	-	14	**877**	388
Perda na venda de ativos não circulantes	-	(2)	-	(33)
Recuperação de impostos	**4.971**	5.756	**5.122**	5.947
Indenização contratual	**(28)**	(300)	**(28)**	(349)
Outras receitas	**35.971**	69.809	**36.316**	71.735
Outras despesas	**(490)**	(3.602)	**(614)**	(4.303)
	40.424	71.595	**41.673**	71.901
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas provenientes das operações continuadas	**40.424**	71.595	**40.712**	71.927
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas provenientes das operações descontinuadas	-	-	**961**	(26)

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	**186**	133	**187**	138
Juros sobre outros ativos	**87**	172	**94**	242
Juros sobre outros ativos financeiros	**3.651**	2.102	**4.984**	3.571
Atualização de créditos tributários	**7.575**	6.649	**7.626**	6.685
Impostos sobre receitas financeiras	**(536)**	(426)	**(601)**	(500)
Outras receitas financeiras	**23**	111	**22**	112
	10.986	8.741	**12.312**	10.248
Despesas financeiras				
Juros passivos	**(429)**	(505)	**(763)**	(694)
Comissões e despesas bancárias	**(1.785)**	(4.437)	**(2.066)**	(4.815)
Juros sobre impostos	**(67)**	(466)	**(280)**	(517)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	**(39.204)**	(33.717)	**(39.204)**	(33.725)
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	**(1.019)**	(1.226)	**(2.609)**	(2.256)
Encargos financeiros sobre aquisição de empresa	**(3.707)**	(14.532)	**(3.707)**	(14.532)
Outras despesas financeiras	**(646)**	(1.469)	**(768)**	(1.624)
	(46.857)	(56.352)	**(49.397)**	(58.163)
Resultado financeiro líquido	**(35.871)**	(47.611)	**(37.085)**	(47.915)
Resultado financeiro líquido proveniente das operações continuadas	**(35.871)**	(47.611)	**(37.142)**	(47.957)
Resultado financeiro líquido proveniente das operações descontinuadas	-	-	**57**	42

32. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado de equivalência patrimonial	**13.387**	292	**5.876**	1.141
Amortização de ativo de investimento	**(2.183)**	(2.183)	**(2.183)**	(2.183)
	11.204	(1.891)	**3.693**	(1.042)

33. Mudanças nos passivos das atividades de financiamento

Controladora:	2022	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros e amortizações	Novos arrendamentos	Remen-surações	Novas captações	Segregação curto / longo	Outros	2023
Empréstimos e financiamentos - circulante	**49.659**	**(74.062)**	**(41.208)**	**39.204**	**-**	**-**	**12.585**	**78.115**	**-**	**64.293**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	**204.221**	**-**	**(467)**	**-**	**-**	**-**	**67.500**	**(78.115)**	**-**	**193.139**
Passivo de arrendamento mercantil - circulante	**4.121**	**(4.150)**	**(1.019)**	**1.019**	**348**	**31**	**-**	**2.916**	**-**	**3.266**
Passivo de arrendamento mercantil - não circulante	**5.321**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.916)**	**-**	**2.405**
Capital social	**135.257**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.615**	**136.872**
Total	**398.579**	**(78.212)**	**(42.694)**	**40.223**	**348**	**31**	**80.085**	**-**	**1.615**	**399.975**

	2021	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros, amortizações e IR	Novos arrendamentos	Remen-surações	Novas captações	Baixas	Segregação curto / longo	2022
Empréstimos e financiamentos - circulante	**28.382**	(38.430)	(14.315)	33.717	-	-	66.756	-	(26.451)	**49.659**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	**177.770**	-	-	-	-	-	-	-	26.451	**204.221**
Passivo de arrendamento mercantil - circulante	**3.416**	(4.057)	(1.226)	1.226	11.483	464	-	(7.019)	(166)	**4.121**
Passivo de arrendamento mercantil - não circulante	**5.155**	-	-	-	-	-	-	-	166	**5.321**
Capital social	**135.257**	-	-	-	-	-	-	-	-	**135.257**
Total	**349.980**	**(42.487)**	**(15.541)**	**34.943**	**11.483**	**464**	**66.756**	**(7.019)**	**-**	**398.579**

Consolidado:	2022	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros e amortizações	Novos arrendamentos	Remen-surações	Novas captações	Segregação curto / longo	Outros	2023
Empréstimos e financiamentos - circulante	**53.304**	**(78.409)**	**(41.208)**	**39.204**	**-**	**-**	**13.287**	**78.115**	**-**	**64.293**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	**204.221**	**-**	**(467)**	**-**	**-**	**-**	**67.500**	**(78.115)**	**-**	**193.139**
Passivo de arrendamento mercantil - circulante	**7.596**	**(7.658)**	**(2.609)**	**2.609**	**348**	**316**	**-**	**6.195**	**-**	**6.797**
Passivo de arrendamento mercantil - não circulante	**14.601**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.195)**	**-**	**8.406**
Capital social	**135.257**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.615**	**136.872**
Total	**414.979**	**(86.067)**	**(44.284)**	**41.813**	**348**	**316**	**80.787**	**-**	**1.615**	**409.507**

	2021	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros e amortizações	Novos arrendamentos	Remen-surações	Novas captações	Baixas	Segregação curto/ longo	2022
Empréstimos e financiamentos - circulante	**28.415**	(38.458)	(14.323)	33.725	-	-	70.396	-	(26.451)	**53.304**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	**177.770**	-	-	-	-	-	-	-	26.451	**204.221**
Passivo de arrendamento mercantil - circulante	**6.218**	(8.011)	(2.256)	2.256	25.465	464	-	(7.094)	(9.446)	**7.596**
Passivo de arrendamento mercantil - não circulante	**5.155**	-	-	-	-	-	-	-	9.446	**14.601**
Capital social	**135.257**	-	-	-	-	-	-	-	-	**135.257**
Total	**352.815**	**(46.469)**	**(16.579)**	**35.981**	**25.465**	**464**	**70.396**	**(7.094)**	**-**	**414.979**

34. Compromissos: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam cartas fiança no valor de R$13.485 (31 de dezembro de 2022 - R$13.229), as quais referem-se basicamente às garantias prestadas em processos judiciais e execuções fiscais. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo USS Soluções Gerenciadas S.A. possuía limite de crédito pré-aprovado (líquido das operações contratadas) junto ao Banco Itaú no valor de R$ 7.000, Banco Safra no valor de R$ 10.000, Banco ABC no valor de R$ 10.000, Banco Bradesco no valor de R$ 15.000, Banco Santander R$ 30.000 e Banco do Brasil de R$ 5.000 para ser usado em *leasing*, fianças e capital de giro.

35. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Ativos / responsabilidades cobertas	Importâncias seguradas			
		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
D&O (*Directors & Officers*) (*)	Comercial (Diretores e Administradores)	**50.000**	50.000	**50.000**	50.000
Responsabilidade Civil Geral - RCG	Estabelecimento comercial / industrial	**5.100**	5.100	**5.100**	5.100
Seguro *Property*	Compreensivo empresarial	**343.181**	229.496	**343.181**	229.496
E&O	RC Profissional	**1.000**	1.000	**1.000**	1.000
Cyber	Riscos Cibernéticos	**10.000**	10.000	**10.000**	10.000
Garantia Judicial	Garantia Judicial	**24.877**	68.029	**24.877**	68.029
Frota Vans	Frota Vans	-	-	-	174
Seguro de Vida	Seguro de Vida	**5.520**	1.920	**5.520**	1.920

(*) Protege aos administradores (diretores estatutários e não estatutários; membros do conselho de administração; membros do conselho fiscal; procuradores com poderes de gestão; advogados-empregados; *risk managers* (governança, riscos e *compliance*) de situações em que os mesmos podem ser administrativamente responsabilizados por órgãos reguladores, fisco, credores civis etc.

DIRETORIA		CONTADOR
GIBRAN VEGA MARONA	**ANDRE CIMERMAN**	**FELIPE PASCOAL BALTAZAR**
Diretor-Presidente	Diretor	CRC 1SP270559/O-0 – CPF 304.534.768-13

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(Continua...)

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
USS Soluções Gerenciadas S.A. - Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da USS Soluções Gerenciadas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Murilo Morgante
Contador
CRC SP-280120/O

BRK AMBIENTAL - PROJETOS AMBIENTAIS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ/MF 21.384.741/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.440	839	323.320	319.945
Contas a receber, líquidas	6			283.565	373.248
Adiantamentos a fornecedores				3.062	4.399
Tributos a recuperar		295	542	28.122	16.454
Estoques				17.863	15.389
Despesas antecipadas				3.731	2.817
Dividendos a receber	7 (c)	58.716	61.073		
Outros ativos				954	1.510
		60.451	62.454	660.617	733.762
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	6			2.629.418	2.575.702
Fundos restritos				70.481	83.243
Tributos a recuperar				48.506	60.120
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (a)			26.239	11.596
Depósitos judiciais		10	10	12.498	12.498
Despesas antecipadas				191	481
		10	10	2.787.333	2.743.640
Investimentos em controladas	7 (b)	923.046	660.036		
Imobilizado				13.928	15.794
Ativos de contrato	8			532.249	846.372
Ativo de direito de uso	9			27.209	34.519
Intangível	10			1.738.189	1.100.464
		923.056	660.046	5.098.908	4.740.789
Total do ativo		983.507	722.500	5.759.525	5.474.551

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	11	3	4	52.367	50.960
Empréstimos e financiamentos	12.1			112.167	96.041
Passivo de arrendamento	12.2			16.592	18.447
Debêntures	12.3			1.851	196.081
Salários e encargos sociais				26.314	30.009
Tributos a pagar		1.304	1.315	6.285	12.751
PIS e COFINS diferidos				14.668	22.015
Obrigações com o poder concedente	13			15.723	15.019
Partes relacionadas	17			40.792	65.684
Dividendos a pagar	14	13.808	24.405	19.923	30.764
Outros passivos				3.462	998
		15.115	25.724	310.144	538.769
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12.1			2.543.837	1.893.107
Passivo de arrendamento	12.2			15.376	19.042
Debêntures	12.3			73.850	277.375
Partes relacionadas	17	9.809	9.788	1.032.886	1.306.614
PIS e COFINS diferidos				241.575	242.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (a)			235.973	237.196
Obrigações com o poder concedente	13			208.437	202.625
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	17.000	32.300	17.000	32.300
Dividendos a pagar	14	258.405	249.524	258.405	249.524
Provisão para contingências	15	2		7.438	3.923
Benefícios a empregados	19			3.978	2.956
Outros passivos					13
		285.216	291.612	4.638.755	4.466.829
Patrimônio líquido	20				
Capital social		651.384	417.570	651.384	417.570
Retenção de lucros		74.375	30.043	74.375	30.043
Ajuste de avaliação patrimonial		(42.583)	(42.449)	(42.583)	(42.449)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		683.176	405.164	683.176	405.164
Participação dos não controladores				127.450	63.789
		683.176	405.164	810.626	468.953
Total do passivo e patrimônio líquido		983.507	722.500	5.759.525	5.474.551

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total patrimônio líquido
		Atribuíveis aos acionistas da controladora							
Em 1º de janeiro de 2022		417.570	18.825	18.408	(42.841)		411.962	64.659	476.621
Resultado do exercício									
Lucro líquido do exercício						107.015	107.015	1.254	108.269
Outros resultados abrangentes									
Obrigações com benefícios pós-emprego	20 (f)				392		392	67	459
Total do resultado abrangente do exercício					392	107.015	107.407	1.321	108.728
Transação de capital com sócios:									
Dividendos intermediários	20 (d)			(18.408)		(95.797)	(114.205)		(114.205)
Constituição de reservas	20 (b) e (c)		5.351	5.867		(11.218)			
Efeitos dos não controladores sobre entidades consolidadas								(2.191)	(2.191)
Em 31 de dezembro de 2022		417.570	24.176	5.867	(42.449)		405.164	63.789	468.953
Resultado do exercício									
Lucro líquido do exercício						58.140	58.140	(7.388)	50.752
Outros resultados abrangentes									
Obrigações com benefícios pós-emprego	20 (f)				(134)		(134)	3	(131)
Total do resultado abrangente do exercício					(134)	58.140	58.006	(7.385)	50.621
Transação de capital com sócios:									
Aumento de capital	20 (a)	330.390					330.390		330.390
Redução de capital	20 (a)	(96.576)					(96.576)		(96.576)
Dividendos mínimos obrigatórios	20 (d)					(13.808)	(13.808)		(13.808)
Constituição de reservas	20 (b) e (c)		2.907	41.425		(44.332)			
Outras transações com não controladores								71.046	71.046
Em 31 de dezembro de 2023		651.384	27.083	47.292	(42.583)		683.176	127.450	810.626

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de serviços	21 (a)			1.460.523	1.581.059
Custos dos serviços prestados	21 (b)			(950.835)	(1.059.972)
Lucro bruto				509.688	521.087
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21 (b)	(392)	(302)	(129.497)	(104.186)
Perdas de créditos esperadas	21 (b)			(15)	(7.941)
Outras receitas (despesas), líquidas	21 (b)	(3.329)		3.309	6.167
Equivalência patrimonial	7 (b)	61.423	106.962		
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		57.702	106.660	383.485	415.127
Resultado financeiro	21 (c)				
Receitas financeiras		450	367	27.598	31.942
Despesas financeiras		(1)	(1)	(332.024)	(288.206)
Resultado financeiro, líquido		449	366	(304.426)	(256.264)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		58.151	107.026	79.059	158.863
Imposto de renda e contribuição social correntes	16 (b)	(11)	(11)	(2.844)	(7.380)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (b)			(25.463)	(43.214)
Lucro do exercício		58.140	107.015	50.752	108.269
Atribuível a acionistas da companhia					
Acionistas da Companhia				58.140	107.015
Participação dos não controladores				(7.388)	1.254
				50.752	108.269
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	20 (e)			0,8763	1,9261

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		58.140	107.015	50.752	108.269
Itens que não serão reclassificados para o resultado	20 (f)				
Obrigações com benefícios pós-emprego controladas		(202)	594	(202)	594
Efeito fiscal		68	(202)	68	(202)
Obrigações com benefícios pós-emprego não controladores				4	102
Efeito fiscal				(1)	(35)
		(134)	392	(131)	459
Total do resultado abrangente do exercício		58.006	107.407	50.621	108.728
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				58.006	107.407
Participação dos não controladores				(7.385)	1.321
				50.621	108.728

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58.151	107.026	79.059	158.863
Ajustes				
Depreciação e amortização			84.433	59.824
Amortização do ativo de direito de uso			20.555	16.116
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			175	107
Valor residual do ativo de direito de uso baixados			(230)	(201)
Equivalência patrimonial	(61.423)	(106.962)		
Perdas de créditos esperadas			16	7.941
Provisão para contingências			11.684	3.644
Rendimento de fundos restritos			(8.711)	(8.984)
Margem de lucro de construção			(13.977)	(17.035)
Benefícios a empregados			613	773
Ajuste a valor presente			12.499	13.286
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas			292.978	238.881
Outros ajustes	3.329		6	
	57	64	479.100	473.215
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber			(240.258)	(370.584)
Adiantamentos a fornecedores			1.337	6.838
Tributos a recuperar	276	(98)	(3.652)	(13.935)
Estoques			(2.646)	(3.330)
Dividendos recebidos	4.000	21.630		
Depósitos judiciais			(405)	3.128
Despesas antecipadas		3	(798)	2.329
Outros ativos			541	7
Fornecedores	(1)	(19)	8.629	(2.000)
Salários e encargos sociais			(2.737)	3.035
Tributos a pagar	(9)	3	4.004	(4.191)
PIS e COFINS diferidos			2.399	1.216
Obrigações com o poder concedente			(15.429)	(14.744)
Provisões para contingências			(8.169)	(2.414)
Parte relacionadas	21	101	76.815	46.732
Outros passivos			2.513	(258)
Caixa proveniente das operações	4.344	21.684	301.244	125.044
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12)		(3.187)	(7.212)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.332	21.684	298.057	117.832
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Fundos restritos			3.635	(2.570)
Aumento de capital em controladas	(5.207)	(2.000)		
Adições ao imobilizado			(2.663)	(3.160)
Adições aos ativos de contrato e intangível			(319.838)	(345.949)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.207)	(2.000)	(318.866)	(351.679)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(15.524)	(51.230)	(15.524)	(51.230)
Ingressos de empréstimos e financiamentos			721.091	186.170
Custo de transação sobre empréstimos e financiamentos			(815)	(185)
Amortizações de empréstimos e financiamentos			(78.240)	(65.844)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos			(203.629)	(162.661)
Amortizações das debêntures			(171.179)	(39.691)
Juros pagos de debêntures			(38.199)	(61.229)
Amortizações de passivo de arrendamento			(27.843)	(23.740)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.000	32.300	17.000	32.300
Partes relacionadas			(71.627)	484.093
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.476	(18.930)	131.035	297.983
Caixa proveniente de empresas incluídas na consolidação			(106.851)	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	601	754	3.375	64.136
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	839	85	319.945	255.809
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.440	839	323.320	319.945

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A BRK Ambiental - Projetos Ambientais S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de investir e operar projetos ambientais no segmento de Água e Esgoto, através de concessões e demais modalidades de contratação envolvendo a Administração e o Poder Público. A Companhia tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco no segmento de Água e Esgoto, através de suas controladas diretas, por meio de contratos de concessões públicas, parceria público-privadas e prestação de serviços. A partir de janeiro de 2024, a sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Torre -Paineira, 7º andar - Vila Gertrudes - São Paulo - SP. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo a Companhia controlada direta e suas controladas indiretas da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 12 de abril de 2024.

(a) Concessões públicas de Água e Esgoto:

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Outorga	Índice base de reajuste anual de preços
BRK Ambiental - Macaé S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2012 - 2047	Município de Macaé - RJ	Não	IGPM
BRK Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2013 - 2048	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Não	IPCA
BRK Ambiental - Goiás S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2013 - 2041	Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO	Fixa	Fórmula paramétrica

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava os serviços de saneamento de esgoto em 3 estados, distribuídos por todas as regiões do país. São 2 concessões, 1 Parceria Público-Privada ("PPP") com contratos de longo prazo em diferentes estágios: desenvolvimento, investimento e maturidade. Em todas as concessões, as concessionárias têm o direito pleno de utilizar os ativos concedidos ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, são responsáveis por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas nos contratos de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em cada contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Os investimentos são remunerados pelo Poder Concedente através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente pelos usuários. Às concessionárias é requerido que sejam realizadas manutenções periódicas como manutenção em redes, preventiva e corretiva dos ativos. Estas manutenções também são remuneradas através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente dos usuários. **2. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia e suas controladas no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia e suas controladas mantêm o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia e suas controladas. Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia e suas controladas estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis, tributários e ambientais. A Administração da Companhia e suas controladas, apoiadas na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classificam esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia e suas controladas mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia e suas controladas não fazem provisões e destacam em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia e suas controladas não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia e suas controladas, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** As controladas usam o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.19 (b). **(d) Receita não faturada:** As controladas registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.5 (b). **(e) Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas controladas, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e suas controladas. **(f) Perdas de créditos esperadas:** As controladas registram as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.5. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, garantias contratuais, ações comerciais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber. **24. Evento subsequente: Autoprodução de energia elétrica:** Em 20 de fevereiro de 2024, a controlada Goiás e a São Mamede III Geração Solar Energia Ltda. ("Elera") celebraram um acordo para a constituição de um consórcio de autoprodução de energia através de uma central de painéis solares, localizada na cidade de Janaúba em Minas Gerais, que fornecerá energia para estas controladas, conforme estabelecido no contrato de consórcio. Nesta mesma data foi assinado o contrato de consórcio junto a tais controladas, no qual fica estabelecido que a Elera será a Consorciada Líder. As controladas deterão de parte da geração de energia a ser utilizadas em suas operações, enquanto a Consorciada Líder será aquela responsável pela operacionalização da central de energia, onde está previsto uma capacidade instalada de 48,118 MWac, geração certificada média estimada P50 de 16,15 Mw médios e início de operação previsto para 1º de janeiro de 2025.

DIRETORIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha - Diretor
Jorge Augusto Regis Gomes - Diretor
Daniela Mattos Sandoval Coli - Diretora

CONTADOR

Adelmo da Silva de Oliveira - CRC BA 028.385/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental - Projetos Ambientais S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRK Ambiental - Projetos Ambientais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Infraestrutura da concessão:* Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia mantinham registrados saldos de direitos a faturar, ativos de contrato e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 6, 8 e 10, com os montantes de R$2.787.089 mil, R$532.249 mil e R$1.588.641 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os direitos a faturar referem-se substancialmente aos ativos financeiros da concessão decorrente das receitas de construção dos contratos de concessão pública e serão recebidos das concedentes conforme cronogramas de faturamento estabelecidos em contratos de concessão. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Adicionalmente, a mensuração dos ativos financeiros da concessão considera atualizações calculadas com base na taxa de desconto específica de cada contrato. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; • Recálculo das amortizações, da margem de construção e da atualização dos ativos financeiros da concessão, reconhecidas no exercício de 2023, e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação dos diretores, consideramos que os critérios determinados pelos diretores da Companhia e de suas controladas para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura da concessão, para a definição das premissas utilizadas na determinação e para a avaliação dos ativos financeiros da concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 6, 8 e 10, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Bruno Marchetti Moretti
Contador - CRC SP-321238/O

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 11/03/2024, às 10h, na sede social da **Vigor Alimentos S.A.,** localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Mesa:** César Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente; Adriana Lina Bruno Klein - Secretária. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração de endereço de filial da Companhia localizada em Anápolis, Goiás, CNPJ 13.324.184/0005-10, NIRE 52900644144. **Deliberações:** Os Diretores aprovaram, por unanimidade, a alteração do endereço da filial da Companhia, CNPJ 13.324.184/0005-10, NIRE 52900644144, localizada em Anápolis, Goiás, passando **de** Rua VP 7D, S/N, Quadra 12, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP: 75132-140, **para o novo endereço** na Cidade de Anápolis, Goiás, Rodovia BR-060, S/N, quadra 27, lote 18, Galpão 04, bairro Santo Antônio, CEP 75103-365. A referida filial terá como atividade principal o comércio atacadista de leite e laticínios (CNAE 4631-1/00). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: César Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente; Adriana Lina Bruno Klein - Secretária. Diretores Presentes: César Alejandro de Los Santos Llamas e Emerson Paiva Inácio. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 11/03/2024. **Adriana Lina Bruno Klein** - Secretária. **JUCESP** - 127.005/24-9 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MOMBAK ANGICO BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 46.554.480/0001-33

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	-
Total do Ativo Circulante		**24**	-
Não Circulante			
Propriedades para investimento	5	6.937	-
Total do Ativo Não Circulante		**6.937**	-
Total do Ativo		**6.961**	-

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Patrimônio Líquido		-	-
Capital social	6	8.190	-
Prejuízo acumulado		(1.229)	-
Total do Patrimônio Líquido		**6.961**	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**6.961**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Custo do serviço prestado	7	(1.228)	-
Prejuízo bruto		(1.228)	-
Despesas operacionais			
Despesas administrativas		-	-
Prejuízo operacional		(1.228)	-
Despesas financeiras	8	(1)	-
Prejuízo do exercício		**(1.229)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Prejuízo do Exercício	**(1.229)**	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(1.229)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Integralização de capital	8.190	-	8.190
Prejuízo do exercício	-	(1.229)	(1.229)
Em 31 de dezembro de 2023	**8.190**	**(1.229)**	**6.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.229)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado e intangível	5	(6.937)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	6	8.190	-
Aumento das disponibilidades		24	-
Demonstração do aumento nas disponibilidades			
No início do exercício		-	-
No fim do exercício		24	-
Aumento das disponibilidades		24	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional e Informações Corporativas: A Mombak Angico Branco Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Empresa"), foi criada em 26 de maio de 2022 pelos controladores The Amazon Reforestation Fund e Mokaá Participações S.A., onde seu objetivo é a gestão e administração de imóveis de sua propriedade, assim como também poderá vender, comprar, ceder, transferir, locar, arrendar, fazer parcerias rurais, ou ceder direito de superfície, sublocar, ou executar qualquer outra forma de transferência de posse e/ou propriedade de qualquer bem da Empresa. Em 2022, a Empresa não era operacional e em 2023 a Empresa adquiriu a Fazenda Turmalina, localizada no município real de Mãe do Rio, no estado do PA, no valor total de R$49.200. Em 2023, a Empresa atuou na condição de comissária mercantil da parte relacionada Mombak Angico Branco Florestal S.A., para aquisição de parte da fazenda via direito real de superfície com prazo de 100 anos do vendedor da terra em seu nome e à conta e ordem, no valor de R$42.263, pagos à vista. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$). **2. Base de Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - "PME" - (NBC TG 1000 (R1)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando de outra forma divulgado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Empresa é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.4. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Empresa possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. A Empresa conta com o apoio de seus acionistas para a manutenção de suas atividades. **2.2. Principais práticas contábeis: 2.2.1. Caixas e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em conta corrente, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. **2.2.2. Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. **2.2.3. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Quando o fluxo de benefícios econômicos futuros para a entidade for praticamente certo o ativo deixa de ser contingente e seu reconhecimento é apropriado; (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **2.2.4. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros básicos - A Empresa contabiliza os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos, de acordo com a Seção 11 do CPC PME (R1), quando e se aplicável: • Caixa (Saldos em conta corrente). • Depósitos à vista e a prazo fixo, quando a entidade é o depositante; por exemplo, contas bancárias. • Contas, títulos e empréstimos a receber e a pagar. • Títulos de dívida e instrumentos semelhantes. A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias, na data de referência, pelo total, tanto no balanço patrimonial quanto nas notas explicativas: • Ativos financeiros pelo custo amortizado - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Compreendem caixa e equivalentes de caixa e valores a receber e outras contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa em conta corrente e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo. Passivos financeiros pelo custo amortizado. • Passivos financeiros pelo custo amortizado - Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros pelo custo amortizado compreendem fornecedores e salários a pagar. **3. Gerenciamento de Risco Financeiro: a) Considerações gerais -** A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: Ativos financeiros - i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. ii) Valores a receber de partes relacionadas: São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em critério associado à idade das contas vencidas. Passivos financeiros - i) Fornecedores: São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses passivos, acrescidos de juros pelo método de taxa efetiva quando aplicável. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos. **b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa -** i) Riscos de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. ii) Riscos de liquidez - Com relação às aplicações financeiras, a Empresa somente realiza aplicações em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Aplicações financeiras	24	-
	24	-

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se substancialmente a Títulos de Renda Fixa remuneradas pelo CDI, de curto prazo e com vencimento original de até três meses. A rentabilidade média anual do período foi de 12,70%.

5. Propriedades para Investimento

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Terreno	6.937	-
	6.937	-

O terreno refere-se à parte da Fazenda Turmalina, localizada no Município de Mãe do Rio, no Estado do PA. O valor de custo da propriedade para investimento se aproxima do valor de mercado que foi estimado com base em uma avaliação conduzida por avaliadores independentes. **6. Patrimônio Líquido: a) Capital Social -** Em julho de 2022, a empresa foi adquirida e subscreveu o capital para R$1, porém não integralizou, emitiu 1 milhão de ações ordinárias, normativas e sem valor nominal. Em 2023, houve um aumento de capital de R$8.190 milhões representada na quantidade de 8.190.000 milhões ações ordinárias para início das operações da Empresa.

Acionistas	Quantidade de ações	%	31/12/2023
Axa Natural Capital Fund	1.966.419	24	1.966
The Amazon Reforestation Fund	2.046.681	25	2.047
Mokaá Participações S.A.	4.176.900	51	4.177
	8.190.000	**100**	**8.190**

7. Custos de Reflorestamento

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Matrícula do imóvel	1.228	-
	1.228	-

8. Resultado Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	-	-
	-	-
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	(1)	-
	(1)	-
Resultado financeiro, líquido	**(1)**	-

9. Imposto de Renda e Contribuição Social: Conciliação com o resultado do exercício - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022 (Não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.229)	-
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	418	-
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(418)	-
Tributos correntes	-	-
Tributos diferidos	-	-

O imposto de renda e a contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa não são reconhecidos devido ao estágio inicial das operações da Empresa.

10. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelos administradores da Empresa em 22 de abril 2024.

CONTADORA
JOICE BRAWERMAN
CRC 265027/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria da **Mombak Angico Branco Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Mombak Angico Branco Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mombak Angico Branco Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Transações com partes relacionadas* - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, a qual menciona que a Empresa realizou transação de direito de uso (direito real de superfície) de terreno em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente com empresa parte relacionada. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Outros assuntos:** *Valores correspondentes* - As demonstrações financeiras incluem os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, as quais não foram auditadas por nós ou outro auditor independente. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2024

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel Pinto da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

BRK - NE/N/CO S.A.

CNPJ: 34.480.751/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia e no endereço eletrônico da CVM, respectivamente, https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/, https://www.ri.brkambiental.com.br/ e https://www.gov.br/cvm/pt-br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023: SENHORES ACIONISTAS: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. São Paulo, 28 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.558	142.634
Partes relacionadas	11	27.374	–
Tributos a recuperar	6	22.282	3.636
		120.214	146.270
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	10		26.165
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7 (c)	5.773	
Partes relacionadas	11	603.152	843.069
		608.925	869.234
Investimento	7 (a)	158.568	–
		767.493	869.234
Total do ativo		887.707	1.015.504

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	8	18	203
Empréstimos e financiamentos	9.1	460.063	7.500
Debêntures	9.2	531.366	330.081
Instrumentos financeiros derivativos	10	4.058	21.115
Tributos a pagar		510	2.966
		996.015	361.865
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9.1	–	468.195
Debêntures	9.2	–	199.611
Partes relacionadas	11	173	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	4.322	2.798
		4.495	670.605
Patrimônio líquido	13		
Capital social		1	1
Prejuízos acumulados		(59.917)	(11.605)
Ajuste de avaliação patrimonial		(52.887)	(5.362)
		(112.803)	(16.966)
Total do passivo e patrimônio líquido		887.707	1.015.504

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.817)	(5.547)
Ajustes		
Equivalência patrimonial	2.706	–
Ganhos com instrumentos derivativos	37.954	(2.375)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	28.410	21.896
	20.253	13.974
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(11.218)	(3.611)
Fornecedores	(185)	196
Tributos a pagar	5.573	1.949
Partes relacionadas	(213.950)	(4)
Caixa aplicado nas (proveniente das) operações	(199.527)	12.504
Imposto de renda e contribuição social pagos	(835)	(100)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(200.362)	12.404
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.773)	–
Aumento de capital em coligada	(23.266)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos continuadas	(29.039)	–
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	–	450.000
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	–	(1.386)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(46.238)	(3.840)
Juros pagos de instrumentos financeiros derivativos	(22.878)	(10.799)
Ingressos de debêntures	–	200.000
Custo de transação sobre ingressos de debêntures	–	(1.348)
Juros pagos de debêntures	(79.509)	(45.564)
Partes relacionadas	305.950	(526.239)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	157.325	60.824
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(72.076)	73.228
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	142.634	69.406
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70.558	142.634

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2022		1	(1.064)	–	(1.063)
Resultado do exercício:					
Prejuízo do exercício		–	(10.541)	–	(10.541)
Outros resultados abrangentes:	13 (c)				
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa		–	–	(5.362)	(5.362)
Total do resultado abrangente do exercício		–	(10.541)	(5.362)	(15.903)
Em 31 de dezembro de 2022		1	(11.605)	(5.362)	(16.966)
Resultado do exercício:					
Prejuízo do exercício		–	(48.312)	–	(48.312)
Outros resultados abrangentes:	13 (c)				
Obrigações com benefícios pós-emprego - Coligada		–	–	(11)	(11)
Perda na aquisição de investimento		–	–	(51.453)	(51.453)
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa		–	–	3.939	3.939
Total do resultado abrangente do exercício		–	(48.312)	(47.525)	(95.837)
Em 31 de dezembro de 2023		1	(59.917)	(52.887)	(112.803)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14 (a)	(148)	(726)
Equivalência patrimonial	7 (b)	(2.706)	–
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(2.854)	(726)
Resultado financeiro	14 (b)		
Receitas financeiras		148.189	160.051
Despesas financeiras		(194.152)	(164.872)
Resultado financeiro, líquido		(45.963)	(4.821)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(48.817)	(5.547)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (b)	505	(4.994)
Prejuízo do exercício		(48.312)	(10.541)
Prejuízo básico por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	13 (b)	(48.312)	(10.541)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Prejuízo do exercício		(48.312)	(10.541)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	13 (c)		
Obrigações com benefícios pós-emprego - Coligada		17	–
Efeitos fiscais das operações continuadas - Coligada		(6)	–
Perda na aquisição de investimento		51.453	–
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa		(5.968)	8.124
Efeitos fiscais *hedge accounting* de fluxo de caixa		2.029	(2.762)
		47.525	5.362
Total do resultado abrangente do exercício		(787)	(5.179)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A BRK NE/N/CO S.A. ("Companhia") foi constituída em 09/08/2019, pela BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), como uma sociedade anônima de capital fechado, com o objetivo a participação no capital social de outras sociedades empresariais e não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios e não possui atividade operacional até a presente data. A partir de janeiro de 2024, a sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 14.401 - Torre Paineira, 7º andar - Vila Gertrudes - São Paulo - SP. Em 31/12/2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo") e controlada pela BRK Ambiental. Em 31/12/2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 875.801 (2022 - R$ 215.595), principalmente em função da reclassificação para curto prazo do saldo da empréstimos, financiamentos e debêntures, com vencimento até dezembro de 2024. Para fazer face aos passivos de curto prazo, a Companhia conta com o acesso a recursos financeiros do controlador direto, BRK Ambiental para cumprir com as obrigações contratuais e financeiras de curto prazo. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28/03/2024. **2. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos. (Nota 2.8). Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. **15. Eventos subsequentes: (a) AFAC:** Em março de 2024, a Companhia recebeu AFAC no montante de R$ 409.429. **(b) Liquidação de empréstimo:** Em 21 de março de 2024, foi realizado a liquidação no montante de R$ 212.854 do empréstimo moeda estrangeira de Modalidade 4.131 em dólares norte-americanos com o Scotia (Nota 9.1 (a)).

DIRETORIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Jorge Augusto Regis Gomes - Diretor Presidente

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha - Diretor

CONTADOR

Adelmo da Silva de Oliveira - CRC BA 028385/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **BRK - NE/N/CO S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BRK - NE/N/CO S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental - NE/N/CO S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Bruno Marchetti Moretti
Contador CRC-SP321238/O

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Fertimport S.A.

C.N.P.J 53.004.313/0001-84

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Santos (SP), abril de 2024

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	17.764	26.773
Contas a receber de clientes	9.727	6.713
Impostos a recuperar	844	615
Partes relacionadas	21.390	1.931
Dividendos a receber	–	2.411
Outras contas a receber	3.432	8.531
Total do Ativo Circulante	53.157	46.974
Não Circulante		
Impostos diferidos	12.626	11.555
Impostos a recuperar	–	1.204
Outras contas a receber	53	128
Investimentos em controladas e coligadas	164.233	184.326
Imobilizado	385	425
Intangível	3	4
Direito de uso	468	–
Total do Ativo não Circulante	177.768	197.642
Total do Ativo	230.925	244.616

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	4.135	2.654
Passivos de operações de arrendamento	165	–
Transação com partes relacionadas	5.902	8.487
Obrigações sociais e tributárias	2.307	2.116
Impostos a recolher	565	193
Adiantamento de clientes	2.621	1.893
Total do Passivo Circulante	15.695	15.343
Não Circulante		
Passivos de operações de arrendamento	314	–
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.255	13.725
Provisão para benefícios pós-emprego	8.476	7.755
Total do Passivo não Circulante	25.045	21.480
Patrimônio Líquido		
Capital social	15.942	15.942
Reserva de capital	941	941
Reserva legal	3.188	3.188
Reserva de lucros	370.454	235.291
Outros resultados abrangentes	(200.340)	(47.569)
Total do Patrimônio Líquido	190.185	207.793
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	230.925	244.616

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Receita Líquida de Vendas e Serviços	17.009	17.267
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.900)	(13.529)
Lucro Bruto	9.109	3.738
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	(505)	(290)
Gerais e administrativas	(4.179)	(2.631)
Resultado de equivalência patrimonial	132.070	127.954
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8	(1.100)
	127.394	123.933
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	136.503	127.671
Resultado Financeiro, Líquido		
Receitas financeiras	3.403	2.694
Despesas financeiras	(2.391)	(312)
Variação cambial, líquida	(1.186)	146
	(174)	2.528
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	136.329	130.199
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.924)	318
Imposto de renda e contribuição social diferidos	758	1.263
Lucro Líquido do Exercício	135.163	131.780

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	15.942	941	3.188	103.511	–	(19.575)	104.007
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	131.780	–	131.780
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	(282)	(282)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	(27.712)	(27.712)
Retenção de lucros	–	–	–	131.780	(131.780)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	15.942	941	3.188	235.291	–	(47.569)	207.793
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	135.163	–	135.163
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	(610)	(610)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	(152.160)	(152.160)
Retenção de lucros	–	–	–	135.163	(135.163)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	15.942	941	3.188	370.454	–	(200.340)	190.185

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	135.163	131.780
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	197	310
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	21	–
Resultado de equivalência patrimonial	(132.070)	(127.954)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	1.166	(1.581)
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	481	(147)
Provisão para benefícios pós-emprego	768	664
Provisão para Participação nos Resultados	1.049	911
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.600	7.946
	8.375	11.929
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.495)	(3.292)
Impostos a recuperar	975	441
Partes relacionadas	(19.459)	1.601
Dividendos	2.411	2.141
Outros ativos	5.174	(5.245)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.481	(2.085)
Obrigações sociais e tributárias	(858)	(754)
Impostos a recolher	25	2.332
Partes relacionadas	(2.585)	4.709
Provisão para benefícios pós-emprego	(969)	(1.093)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	930	(4.847)
Adiantamento de clientes	728	409
Outras contas a pagar	–	(13)
Caixa gerado pelas operações	(7.267)	6.233
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(21)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.577)	(5.939)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(8.865)	294
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Redução de aplicações financeiras:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(80)	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(80)	(24)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Contraprestação paga de arrendamento	(64)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64)	–
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.009)	270
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	26.773	26.503
No fim do exercício	17.764	26.773
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.009)	270

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: A Fertimport S.A. (a seguir denominada "Fertimport" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Santos, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante o agenciamento, planejamento, coordenação e acompanhamento de transporte de cargas modais, agenciamento de navios, bem como atividades correlatas à logística de comércio exterior, podendo participar de outras sociedades ou delas desvincular-se. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no valor de R$15.942, está representado por 228.571.429 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada como segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Valor	%
Bunge Alimentos S.A.	228.571.428	15.942	99,99%
Bunge Holdings B.V (NL)	1	–	0,01%
Total	228.571.429	15.942	100%

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% do seu lucro líquido anual para a reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. A Companhia possui R$3.188 a título de reserva legal em 2023 e 2022.

2b.2 - Retenção de Lucros: Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$370.454 (R$ 235.291 em 2022), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria

Contador

Donisete Inacio Garcia Junior - CRC SP 315.228/O-0

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARIA & TSU HUNG SIEH

CNPJ 08.446.158/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EM REAIS)

Balanço Patrimonial

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	58.926.610,37	45.261.591,45
Caixa ou equivalentes de caixa	58.926.610,37	45.256.538,79
Caixa	1.500,00	1.500,00
Bancos conta movimento	17.445,25	88.961,98
Bancos conta aplicações financeiras	58.907.665,12	45.166.076,81
Outros créditos	0,00	5.052,66
Adiantamento para viagens	0,00	5.052,66
Ativo não circulante	159.165.740,88	149.444.025,76
Ativo realizável a longo prazo	316.985,03	316.985,03
Depósitos judiciais	316.985,03	316.985,03
Imobilizado	3.260.237,39	3.090.975,31
Imóveis	3.218.427,52	3.059.835,55
Veículos	35.000,00	35.000,00
Máquinas e equipamentos	44.970,00	44.970,00
Móveis e utensílios	27.950,94	10.282,99
Equipamentos informática	2.004,91	2.004,91
(-) Depreciações acumuladas	(68.116,18)	(61.118,14)
Investimentos	155.588.518,66	146.036.065,42
Participações societárias	56.146.091,69	56.146.091,69
Equivalência patrimonial	88.277.491,62	69.618.368,30
Outros investimentos	11.164.935,35	20.271.605,43
Intangível	0,00	0,00
Softwares	848,24	848,24
(-) Amortizações acumuladas	(848,24)	(848,24)
Total do ativo	218.092.351,25	194.705.617,21

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	35.880,07	9.312,55
Obrigações trabalhistas e sociais	9.644,28	9.312,55
Obrigações tributárias	26.235,79	0,00
Patrimônio líquido	218.056.471,18	194.696.304,66
Patrimônio social acumulado	194.696.304,66	167.683.151,22
Superávit / (déficit) do exercício	23.360.166,52	27.013.153,44
Total do passivo + patrimônio líquido	218.092.351,25	194.705.617,21

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Patrimônio social acumulado	Deficit/(superávit) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2020	130.821.794,60	14.558.409,23	145.380.203,83
Transferência para patrimônio social	14.558.409,23	(14.558.409,23)	-
Resultado do exercício		22.302.947,39	22.302.947,39
Saldo em 31/12/2021	145.380.203,83	22.302.947,39	167.683.151,22
Transferência para patrimônio social	22.302.947,39	(22.302.947,39)	-
Resultado do exercício		27.013.153,44	27.013.153,44
Saldo em 31/12/2022	167.683.151,22	27.013.153,44	194.696.304,66
Transferência para patrimônio social	27.013.153,44	(27.013.153,44)	-
Resultado do exercício		23.360.166,52	23.360.166,52
Saldo em 31/12/2023	194.696.304,66	23.360.166,52	218.056.471,18

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
1) Fluxo de caixa das atividades operacionais:	23.398.784,74	26.968.608,01
Resultado do exercício	23.360.166,52	27.013.153,44
Depreciações	6.998,04	11.276,57
Resultado do exercício ajustado	23.367.164,56	27.024.430,01
Depósitos judiciais	-	(55.599,08)
Obrigações trabalhistas e sociais	331,73	1.322,15
Obrigações tributárias	26.235,79	-
Adiantamentos	5.052,66	(1.545,07)
2) Fluxo de caixa atividades de financiamento	-	-
3) Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	(9.728.713,16)	(15.850.793,00)
Aumento imobilizado	(176.259,92)	(376.908,43)
Participação em outras empresas - redução / (aumento)	(18.659.123,32)	(23.194.743,76)
Outros investimentos	9.106.670,08	7.720.859,19
Caixa e equivalentes de caixa gerados no período (1 + 2 + 3)	13.670.071,58	11.117.815,01
(+) Saldo anterior de caixa e equivalentes de caixa 31/12	45.256.538,79	34.138.723,78
Saldo atual de caixa e equivalentes de caixa	58.926.610,37	45.256.538,79

Demonstrações do Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta	8.500,00	150.220,00
Contribuições e doações	8.500,00	150.220,00
(-) Doações concedidas	(1.765.676,71)	(2.388.222,01)
Receitas líquidas	(1.757.176,71)	(2.238.002,01)
Despesas/receitas operacionais	18.706.206,79	23.350.419,68
Despesas administrativas	(357.236,24)	(314.456,22)
Despesas tributárias	(35.224,61)	(599,64)
Equivalência patrimonial	18.659.123,32	23.194.743,76
Outras receitas operacionais	439.544,32	470.731,78
Resultado financeiro líquido	6.411.136,44	5.900.735,77
Despesas financeiras	(978.139,48)	(1.639.084,43)
Receitas financeiras	7.389.275,92	7.539.820,20
Superávit do exercício	23.360.166,52	27.013.153,44

Notas Explicativas

Nota 01. Contexto Operacional A **"Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh"**, é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de caráter sociocultural, fundada aos 15/05/2006, que visa a promoção da assistência social e proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, às pessoas portadoras de deficiência ou à promoção gratuita de assistência à saúde ou à educação. Tem como objetivos e finalidades principais a assistência a Entidades Educacionais, Religiosas em geral e Hospitais, de natureza pública, particular e a entidades comunitárias filantrópicas com objetivo do bem estar social e saúde, bem como a auxílio e solidariedade assistencial, em território nacional ou internacional, para com as vítimas de terremotos, maremotos e outros abalos sísmicos. **Nota 02. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/08) e pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Resoluções do CFC- Conselho Federal de Contabilidade, e em especial ainda à Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 10.19, que se aplica a entidades sem fins lucrativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes: **2.1 Aplicações financeiras** - Estão registradas pelo valor aplicado, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços; **2.2 Outros ativos e passivos** - Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **2.3 Investimentos** - Reconhecidos pela Equivalência Patrimonial. **2.4 Imposto de renda e contribuição social** - A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pela autoridades brasileiras, isenta de imposto de renda e contribuição social. Dessa forma, não há provisão registrada nas demonstrações financeiras para esses encargos. **2.5 Apuração do superávit/déficit** - A apuração do superávit/déficit é feita segundo o regime de competência, exceto as receitas decorrentes de doações e contribuições, que são reconhecidas quando efetivamente recebidas. **Nota 03. Investimentos** Composição em 31/12/2023.

Descrição	Participação (%)	Valor Investido R$	Equivalência Patrimonial	Total do Investimento
America Textil Adm. Inv. Ltda.	50,00%	12.640.492,76	50.888.899,14	63.529.391,90
Tapecol Sinasa Ind. Com. Ltda	51,60%	35.495.754,94	27.501.481,03	62.997.235,97
Minasa TVP Alimentos e Proteinas Ltda	31,98%	3.224.738,24	880.641,12	4.105.379,36
Minasa Trading International Ltda	7,64%	4.785.105,75	9.006.470,33	13.791.576,08
Totais		56.146.091,69	88.277.491,62	144.423.583,31

Nota 04. Caixa e Equivalência de Caixa É Representado Por:

	2023	2022
Caixa	1.500,00	1.500,00
Banco Conta Corrente	17.445,25	88.961,98
Aplicações Financeiras	58.907.665,12	45.166.076,81
	58.926.610,37	45.256.538,79

Nota 05. Imobilizado É representado por:

	2023	2022
Imobilizado	3.260.237,39	3.090.975,31
Imóveis	3.218.427,52	3.059.835,55
Veículos	35.000,00	35.000,00
Máquinas e Equipamentos	44.970,00	44.970,00
Móveis e Utensílios	27.950,94	10.282,99
Equipamentos Informática	2.004,91	2.004,91
(-) Depreciações Acumuladas	(68.116,18)	(61.118,14)

Nota 06. Provisão de Contingência. Tramita em fase administrativa defesa protocolada aos 25/08/2021 junto à Prefeitura Municipal de Campinas, decorrente de lançamentos de IPTU e Taxas referente ao ano de 2022 e retroativos (2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021) referente aos imóveis cadastrados nos seguintes códigos cartográficos: 3461.24.32.1815.00000, 3461.24.32.1775.00000, 3461.24.32.1737.00000, 3461.24.32.1697.00000, 3461.24.32.1516.00000, 3461.24.32.1368.01001 e 3461.24.32.1318.00000. O valor principal dos lançamentos corresponde ao montante de R$ 316.985,03, cujo valor foi depositado integralmente como garantia aos 09/09/2021 e 17/02/2022. Os advogados da Entidade se posicionaram quanto ao risco como de **Perda Possível**, não havendo assim a necessidade de constituição de provisão nas demonstrações financeiras. **Nota 07. Eventos Subsequentes** Até a data da emissão desse relatório, não temos conhecimento de qualquer fato relevante que seja merecedor de nota e/ou destaque e também que gere efeitos às demonstrações financeiras aqui apresentadas.

Diretoria

Johnson Kahung Sieh - Diretor Presidente

Luiz Sieh - Coordenador do Conselho Gestor

Contador

Antonio Luiz Roveroto - CRC 1SP101134/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da **Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh** São Paulo – SP. **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Com parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre os controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levanta dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de abril de 2024.

Audcorp Auditoria e Assessoria S/S

CVM nº 11.240 - CRC 2SP023426/O-0

José Augusto Barbosa - Contador

CRC1SP120808/0-6

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 74.014.747/0001-35 – NIRE 35.300.540.263

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.9.2023

Data, Hora, Local: Em 29.9.2023, às 11h, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917. ***Mesa:*** Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Aprovaram a transferência da sede da Sociedade de Avenida Paulista, 1.450, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917 para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 4º, 5º e 11º andares, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04543-011, com a consequente alteração do Artigo 3º do estatuto social, proposta pela Diretoria na Reunião daquele Órgão de 28.9.2023, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do Artigo 3º do estatuto social passa ser a seguinte após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil: "Artigo 3º) A Sociedade tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 4º, 5º e 11º andares, Vila Olímpia, no Município e Estado de São Paulo, CEP 04543-011, e foro no mesmo Município.". ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic; Acionistas: Ágora Investimentos S.A. e Banco Bradesco BBI S.A., representados por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; e Secretário: Alan Marinovic. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 129.691/24-0, em 27.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, E PARA OFERTA PRIVADA, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob Registro Automático de Distribuição, e para Oferta Privada, da Bamboo Securitizadora S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** inscrita no CNP/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 6.4, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, **em primeira convocação, em 06 de maio de 2024, às 10:30, e em segunda convocação no dia 13 de maio de 2024, às 10:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturistas ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1017414-22.2022.8.26.0002** A MM.ª Juíza de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr.ª Virgínia Maria Sampaio Truffi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NADIA CRISTINA HANAI, Brasileira, Operadora de Telemarketing, RG 29.725.039-5, CPF 22251478841, pai Isao Hanai, mãe Nair Terumi Hanai, Nascido/Nascida 10/07/1980, natural de São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Reconhecimento e Extinção de União Estável por Eduardo Xavier de Oliveira Beraldo, requerendo a sua procedência nos seguintes termos: a declaração da dissolução da união estável entre o autor e a ré, a partir de março de 2020, além da guarda e da fixação do regime de visitação do filho menor F. H. B., nos termos expostos na petição inicial. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2024. **|25,26|**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1051045-51.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Dato El Syed Ibrahim Bin Omar Alsagoffi, Denival Lopes da Silva, Danieli Basílio Deufino da Silva, Moises Magalhães Barroso, Nelcir Vaz da Silva e João Evangelista de Sousa, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que JOSÉ ARTHUR NICÁCIO DA SILVA, e Fabiana Franquelino da Silva ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Fernando Dias Pais, nº 684, Jardim Ester, São Paulo/SP, CEP: 08330-320, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|25,26|**

14ªVARA CÍVEL-FORO CENTRAL CÍVEL - DECISÃO–EDITAL - Processo nº:**1134316-89.2021.8.26.0100** Classe-Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais Exequente: Condomínio Capital Brás Executado: José Luis Gutierrez Mateo Vistos.Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeispara a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 559, servindo apresente decisão como edital.Este Juízo FAZ SABER a JOSÉ LUIS GUTIERREZMATEO, CPF 22746171805, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foimovida Ação EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por Condomínio CapitalBrás, alegando em síntese: a parte ré lhe deve R$ 8.074,01 (valor em dezembro de 2021).Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, quefluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nostermos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, porextrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. **|25,26|**

Cibramaco Participações S.A.

CNPJ/MF: 08.422.813/0001-81 - NIRE: 35.300.336.127

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 06 de maio de 2024, às 10 horas, na sede social da empresa **Cibramaco Participações S.A.**, na Avenida Conde Guilherme Prates, n° 382, sala 01, Bairro Santa Catarina na cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores; b) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; c) Publicação das Demonstrações Financeiras; e d) Destinação do resultado do exercício. (25-26-27)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE JOSE ROBERTO VIDOTO PINHEIRO, REQUERIDO POR ROBERTO CAMPOS PINHEIRO E OUTRO - PROCESSO Nº1114830-50.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). José Walter Chacon Cardoso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 19/01/2024, transitada em julgado em 11/03/2024, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **JOSE ROBERTO VIDOTO PINHEIRO, CPF 149.507.907-49,** declarando-o(a)absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A) o(a) Sr(a). **Roberto Campos Pinheiro, CPF 287.232.138-17.** O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de abril de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0031067-74.2023.8.26.0002**. Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata. Requerente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Requerido: José Wilk Viana Ribeiro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0031067-74.2023.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA FEHER RECASENS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a José Wilk Viana Ribeiro, CPF 152.136.956-98, que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. em face de CR Atacadista de Bebidas e Alimentos Ltda (CNPJ. 37.569.760/0001-24), foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, manifeste-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa CR Atacadista de Bebidas e Alimentos Ltda (CNPJ. 37.569.760/0001-24), requerendo as provas cabíveis. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de abril de 2024.

BRANCO PERES AGRO S.A.

CNPJ 43.619.832/0001-01

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGO, que realizar-se-á no dia 27/05/24, às 10:00 h, na sede social, R. da Consolação, 3.741, 9º a., cj. 91, s. 02, Jd. América, SP/SP, a fim de deliberar: **a)** Exame e discussão do Relatório dos Administradores e Demonstr. Financ. do Exercício encerrado em 31/12/23; **b)** Destinação do Result. do Exercício; **c)** Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os doctos. a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/23. SP, 23/04/24. **Rafael Branco Peres; Karina Branco Peres; Rodrigo Branco Peres; Eduardo Garieri** - Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Associados da Ligue Taxi Gpasp - Grupo Ponto de Apoio de São Paulo, situado a Rua Silveira Rodrigues, 176 - Bairro Siciliano, CNPJ 53.989.711/0001-05, convocados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 11/05/2024, na sede da Ligue-Taxi, situada à Rua Silveira Rodrigues, 176, Bairro Siciliano, São Paulo - SP, com a primeira chamada as 07:00hs, segunda chamada as 08:00hs e terceira chamada as 09:00hs e com término às 16h00, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição e posse da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. São Paulo, 25 de abril de 2024. São Paulo, 25 de abril de 2024. Antonio Cauzzo Neto - Presidente.

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo 1024904-40.2018.8.26.0001. A Dra. Daniela Claudia Herrera Ximenes, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Ana Maria Hube Casagrande Leite CPF: 089.882.948-82, que Fundação de Rotarianos de São Paulo CNPJ: 61.370.094/0001-85 (entidade mantenedora do Colégio Rio Branco - Higienópolis) ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, objetivando o recebimento de R$ 47.236,42 (Agosto/2018), representada pelo inadimplemento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre as partes em 28/11/2007, renovado automaticamente até 2014. Estando a requerida em lugar ignorado, expedese edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 01/12/2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1028878-80.2021.8.26.0001**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel. Exequente: Azevedo Lico Administração e Participação Ltda. Executado: Elton José Pires. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028878-80.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELTON JOSÉ PIRES, RG 43.297.625, CPF 224.168.858-47, com endereço à Sena, 39, Jardim Leonor Mendes de Barros, CEP 02347-060, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Azevedo Lico Administração e Participação Ltda referente ao contrato de locação não residencial do imóvel situado à Rua Sena, n° 37, Jardim Tremembé, São Paulo/SP, em que a parte executada deixou de cumprir com suas obrigações referente aos alugueres vencidos a partir de julho/2020. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 (três) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida no valor de R$28.465,52 (30/09/2021), que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o(a) executado(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC). O prazo para embargos é de 15 dias, após o decurso do prazo do presente edital. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de abril de 2024.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Cooperados da Ligue Taxi - Cooperativa de Trabalho dos Taxistas Autônomos de São Paulo, situado a Rua Silveira Rodrigues, 176 - Bairro Siciliano, CNPJ 21.310.199/0001-24, convocados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 11/05/2024, na sede da LigueTaxi, situada à Rua Silveira Rodrigues, 176, Bairro Siciliano, São Paulo - SP, com a primeira chamada as 07:00hs, segunda chamada as 08:00hs e terceira chamada as 09:00hs e com término às 16h00, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição e posse da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. São Paulo, 25 de abril de 2024. São Paulo, 25 de abril de 2024. Antonio Cauzzo Neto - Presidente.

MANAUSGÁS S.A. - CNPJ/MF nº 04.007.507/0001-28 - NIRE 35.300.362.446

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2024.

Data, Hora, Local: 07.03.2024, às 15h, na sede social, Av. Paulista, nº 2.001, 11º andar, conjunto 1.116, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros. **Mesa:** Presidente: Clovis Correia Junior, Secretário: José Ricardo dos Santos Neto. **Deliberações Aprovadas:** Reeleição dos membros da Diretoria para o período de 29.03.2024 a 28.03.2026; **1.** Eleição dos Diretores: Reeleger os atuais diretores, quais sejam, **Fernando Jorge Hupsel de Azevedo**, brasileiro, casado, economista, CRESP 27.508-5, RG 2.631.909-SSP-BA, CPF/MF 319.216.805-63, residente em São Paulo/SP, e **Hermano Darwin Vasconcellos Mattos,** (CI/RG nº 02.189.986-9 SSP/RJ, CPF/MF nº 295.590.147-49), brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente no Rio de Janeiro/RJ, como Diretores sem designação específica, com mandato para o período de 29.03.2024 a 28.03.2026. Os diretores ora reeleitos declaram, sob as penas da lei que não estão impedidos por lei especial, de exercer a administração. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 07.03.2024. **Conselheiros:** Clovis Correia Junior, José Ricardo dos Santos Neto, Hermano Darwin Vasconcellos Mattos. **Diretores Eleitos:** Hermano Darwin Vasconcellos Mattos, Fernando Jorge Hupsel de Azevedo. JUCESP nº 125.663/24-9 em 21.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDSEMP/SP

CNPJ: 68.970.888/0001-29

Rua Mateus Gomes, n°09 – Maranhão, São Paulo, CEP: 03089-060

CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo- SINDSEMP/SP, associação sindical em primeiro grau unicitária, com sede no endereço acima, inscrito no C.N.P.J./MF. nº 68.970.888/0001-29 e no 5º Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo (SP), convoca a Categoria Profissional dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, ativos e inativos, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no Viaduto Brigadeiro Luis Antônio 54 2 andar – sala 2A, Bela Vista, São Paulo- SP, no dia 30/04/2024 às 20h00min, em 1ª convocação e às 20h30min, em 2ª convocação, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I. Negociação da data-base e rumos da campanha salarial, II. Delegados ao Encontro Nacional da FENAMP e III. Autorização de mudança de endereço da sede do SINDSEMP/SP. Ticiane Lorena Natale - Presidenta.

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A

CNPJ Nº. 60.829.215/0001-41 e NIRE 35300055381

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, hora e local: 15/04/2024, às 10h, na Sede Social. **Participantes:** 100% do capital social. **Mesa Diretora**: Presidente: **CARLOS PACHECO SILVEIRA** e Secretário **OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO**. **DELIBERAÇÕES**: **a)** As matérias da Ordem do Dia foram objeto de votação pelos acionistas e aprovadas por todos: **a.i)** Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, publicados no dia 13/04/2024, no Jornal O Dia/SP nas versões impressa e digital; **b)** A diretoria foi reconduzida, para Diretora Presidente a Sra. **SILENE WALTER PEREIRA**, portadora da cédula de identidade RG nº 17.396.550 SSP/SP e CPF/MF sob nº 071.993.958-50; e para Diretores sem designação específica, **OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO**, portador da cédula de identidade RG nº 18.682.222-4 SSP/SP e CPF/MF nº 145.774.148-21 e **OTACILIO DE CASTRO PEREIRA,** portador da cédula de identidade RG nº 1.315.484 SSP/GO e CPF/MF nº 350.132.901-63; c) todos com mandato de 1 (um) ano, contado da presente data, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores, conforme termo de posse arquivado na sede da sociedade; ficou decidido que o valor global da remuneração da diretoria obedecerá os limites legais; **d) ASSINATURAS:** Olavo Pacheco Silveira, Acionista; TOKA Participações Ltda., Acionista representada por Olavo Pacheco Silveira; Carlos Pacheco Silveira, Acionista; Lilia Maria Pacheco Silveira e PAPS Participações Ltda., Acionista representadas por Pedro Queiroz Silveira. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. CARLOS PACHECO SILVEIRA - Presidente da Mesa e Acionista. OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO - Secretário da Mesa. Registrada na Jucesp sob nº 188.118/24-0 em 23/04/2024. Maria Cristina Fei – Secretária Geral.

CREDITCORP SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/ME 49.947.676/0001-86 - NIRE 35300611292

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 22 de abril de 2024, às 10:00 (dez) horas, realizada na sede da Creditcorp Securitizadora S.A. (**"Companhia"**), localizada na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 14º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada (**"Lei das S.A."**), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Companhia. **3. MESA:** Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior – Presidente e Sr. Henrique Carvalho Silva – Secretário. **4. ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre (i) a re-ratificação do ANEXO I da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, datada de 28 de março de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº de registro 143.899/24-7, protocolo 0520978249, em sessão do dia 11 de abril de 2024; e (ii) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e da Oferta Privada de distribuição, nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (Três) Séries, para Colocação Privada, da Creditcorp Securitizadora S.A."* e do *"Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (Três) Séries, para Colocação Privada, da Creditcorp Securitizadora S.A"*. **5. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foi aprovado por acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia o quanto segue: **(I)** Os Acionistas deliberam pela re-ratificação dos termos constantes no ANEXO I da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, datada de 28 de março de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº de registro 143.899/24-7, protocolo 0520978249, em sessão do dia 11 de abril de 2024 (**"ANEXO I DA AGE"**), nos seguintes termos: **a)** No **Item 2. Valor Total da Emissão** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *"O valor total da Emissão será de R$ 13.515.343,96 (treze milhões, quinhentos e quinze mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos) na Data de Emissão."* Leia-se: *"O valor total da Emissão será de R$ 13.525.193,96 (treze milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e noventa e três reais e noventa e seis centavos) na Data de Emissão."* **b)** No **Item 13. Valor Nominal Unitário e Atualização Monetária** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *"As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 106,94 (cento e seis reais e noventa e quatro centavos) para a Primeira Série, R$ 1.956,60 (mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) para Segunda Série e R$ 0,00 (zero reais) para Terceira Série) na Data de Emissão (**"Valor Nominal Unitário"**). (...)"* Leia-se: *"As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 106,9446064 para a Primeira Série, R$1.956,5954400 para a Segunda Série e R$1,00 para Terceira Série na Data da de Emissão (**"Valor Nominal Unitário"**). (...)"* **c)** No **Item 15. Datas de Pagamento** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *"Os pagamentos de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, da Amortização Extraordinária Obrigatória e Amortização Final, serão realizados pela Emissora mensalmente, nos dias 10 (dez) e 25 (vinte e cinco) de cada mês, ou no Dia Útil imediatamente subsequente, ("cada uma, uma **"Data de Pagamento"**), observada a ordem de pagamento prevista na Ordem de Alocação de Recursos."* Leia-se: *"Os pagamentos de Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Amortização Extraordinária Obrigatória, serão realizados pela Emissora 2 (duas) vezes ao mês, nos dias 10 (dez) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no Dia Útil imediatamente subsequente, conforme indicado no Anexo IV (**"Data de Pagamento"**), observada a ordem de pagamento prevista na Ordem de Alocação de Recursos e desde que a soma total das transferências aos Debenturistas corresponda ao montante mínimo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Nos meses em que os recursos não atinjam o volume mínimo mencionado acima para a realização de 2 (duas) transferências, a amortização extraordinária será realizada apenas 1 (uma) vez ao mês. O pagamento da Amortização Final será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento."* **d)** No **Item 16. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *As Debêntures da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (**"Preço de Integralização"**), no montante e na data indicada no respectivo Boletim de Subscrição (cada uma, uma **"Data de Integralização"**). A integralização será à vista, por meio de dação em pagamento das Debêntures pela Emissora, por sub-rogação, em relação aos valores devidos pela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Gyra (**"Vert-Gyra"**) aos Debenturistas no âmbito 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos da Vert-Gyra, nos termos dos artigos 305 e 356 e seguintes do Código Civil. Não haverá captação de novos recursos."* Leia-se: *"As Debêntures da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (**"Preço de Integralização"**), no montante e na data indicada no respectivo Boletim de Subscrição (cada uma, uma **"Data de Integralização"**). A integralização será à vista, exclusivamente por meio de dação em pagamento das Debêntures pela Emissora, por sub-rogação, em relação aos valores devidos pela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Gyra (**"Vert-Gyra"**) aos Debenturistas no âmbito 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos da Vert-Gyra, nos termos dos artigos 305 e 356 e seguintes do Código Civil. Não haverá captação de novos recursos."* **e)** No **Item 17. Prazo de Vigência e Data de Vencimento** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *"As Debêntures terão prazo de vigência de 36 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de abril de 2027 (**"Data de Vencimento"**)."* Leia-se: *"As Debêntures terão prazo de vigência de 24 meses contados da Data de Emissão para as Debêntures da Primeira Série, vencendo-se, portanto, em 27 de março de 2026, e de 37 meses contados da Data de Emissão para as Debêntures da Segunda e Terceira Série, vencendo-se, portanto, em 27 de abril de 2027 (**"Data de Vencimento"**)"* **f)** No **Item 18. Remuneração das Debêntures** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *"(...) **Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.** A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga pela Emissora em cada Data de Pagamento, observada a Ordem de Alocação de Recursos. (...) Observados os termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser amortizado extraordinariamente mensalmente, observadas as Datas de Pagamento, sempre que houver Recursos Exclusivos disponíveis na Conta Exclusiva que superem o valor da Reserva de Despesas e Encargos (**"Amortização Extraordinária Obrigatória"**). A Amortização Extraordinária Obrigatória será realizada de acordo com a Ordem de Alocação de Recursos, ou seja, a prioridade no pagamento será das Debêntures da Primeira Série, seguidas das Debêntures da Segunda Série e, por último, as Debêntures da Terceira Série. Para fins de esclarecimento, caso em determinado mês o valor dos Recursos Exclusivos disponíveis seja igual ou inferior ao valor da Reserva de Despesas e Encargos, não haverá a Amortização Extraordinária Obrigatória."* Leia-se: *"**Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.** A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga pela Emissora por meio de transferência de recursos via Depositária para a conta bancária dos Debenturistas, em cada Data de Pagamento, sempre que houver Recursos Exclusivos disponíveis, observada a Ordem de Alocação de Recursos. (...) Observados os termos desta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser amortizado extraordinariamente (**"Amortização Extraordinária Obrigatória"**) 2 (duas) vezes ao mês, nos dias 10 (dez) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no Dia Útil imediatamente subsequente, por meio de transferência de recursos via Depositária para a conta bancária dos Debenturistas, sempre que houver Recursos Exclusivos disponíveis na Conta Exclusiva que sejam iguais ou inferiores ao limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira e da Segunda Série e desde que (i) tais Recursos Exclusivos disponíveis superem o valor da Reserva de Despesas e Encargos; e (ii) a soma total das transferências aos Debenturistas corresponda ao montante mínimo de R$20.000,00 (vinte mil reais). Nos meses em que os recursos não atinjam o volume mínimo mencionado acima para a realização de 2 (duas) transferências, a amortização extraordinária será realizada apenas 1 (uma) vez ao mês. A Amortização Extraordinária Obrigatória será realizada de acordo com a Ordem de Alocação de Recursos, ou seja, a prioridade no pagamento será das Debêntures da Primeira Série, seguidas das Debêntures da Segunda Série. Para fins de esclarecimento, caso em determinado mês o valor dos Recursos Exclusivos disponíveis seja igual ou inferior ao valor da Reserva de Despesas e Encargos, não haverá a Amortização Extraordinária Obrigatória. Sempre que a Emissora programar um evento de pagamento de Amortização Extraordinária Obrigatória, a Emissora deverá comunicar previamente à B3 com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data programada para a realização do evento de Amortização Extraordinária Obrigatória."* **g) No Item 26. Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado** do ANEXO I DA AGE, onde se lê: *"(...) **(z)** após realizados integralmente os pagamentos referentes às Debêntures da Primeira e Segunda Séries, serão realizados o pagamentos das Debêntures da Terceira Série (desde que a Emissora tenha recebido recursos a título de remuneração dos Direitos Creditórios Vinculados suficientes para tanto), nos termos da Escritura de Emissão, bem como quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora relativos às Debêntures da Terceira Série nos termos da Escritura de Emissão, sendo certo que os pagamentos previstos nos itens (x), (y), (z) acima somente poderão ser feitos caso a Emissora, respeitando a Ordem de Alocação de Recursos e nos termos da Resolução CMN nº 2.686, tenha recebido recursos suficientes para tanto. Caso o pagamento integral dos montantes devidos aos Debenturistas, nos prazos estabelecidos na Escritura de Emissão, não seja realizado, os Debenturistas deverão convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre os procedimentos a serem realizados."* Leia-se: *"(...) **(z)** após realizados integralmente os pagamentos referentes às Debêntures da Primeira e Segunda Séries, serão realizados o pagamentos das Debêntures da Terceira Série (desde que a Emissora tenha recebido recursos a título de remuneração dos Direitos Creditórios Vinculados suficientes para tanto), nos termos da Escritura de Emissão, bem como quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora relativos às Debêntures da Terceira Série nos termos da Escritura de Emissão, sendo certo que os pagamentos previstos nos itens (x), (y), (z) acima somente poderão ser feitos caso a Emissora, respeitando a Ordem de Alocação de Recursos e nos termos da Resolução CMN nº 2.686, tenha recebido recursos suficientes para tanto. A Emissora deverá comunicar a B3 imediatamente caso seja decretado o Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como comunicar a B3 previamente com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis em relação à data do evento de pagamento. Caso o pagamento integral dos montantes devidos aos Debenturistas, nos prazos estabelecidos na Escritura de Emissão, não seja realizado, os Debenturistas deverão convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre os procedimentos a serem realizados."* **(II)** Tendo em vista as alterações acima, as Partes resolvem consolidar a redação do ANEXO I DA AGE, que passará a ser lido conforme redação constante do **Anexo I** desta ata. **(III)** Os Acionistas ratificaram todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão, da Oferta Privada e do Instrumento de Cessão Fiduciária. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada, e por todos os presentes assinada. **7. ASSINATURAS:** Acionistas presentes: Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Junior, Mesa: Sr Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior – Presidente e Sr. Henrique Carvalho Silva. Certifico que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais da CREDITCORP SECURITIZADORA S.A. São Paulo, 22 de abril de 2024.

RUMO MALHA CENTRAL S.A.
CNPJ/ME nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936 - Companhia Aberta - Categoria B

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 5.4.24

Data, hora e local: Realizada em 5.4.24 às 14h, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Mesa**: Daniel Rockenbach, Presidente; Nicolas de Castro, Secretário. **Presenças**: Os conselheiros da Companhia. **Ordem do dia: (i)** A unanimidade dos Conselheiros presentes deliberou e aprovou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2023, bem como o parecer dos auditores independentes **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.,** os quais serão submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia; **(ii)** Apresentar como proposta a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a remuneração global da Administração (incluindo Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2024, o valor global máximo de até R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais); **(iii)** Autorizar a convocação de Assembleia Geral Ordinária nos prazos legais para aprovar as contas da Companhia, nos termos do artigo 142, inciso IV, da Lei 6.404/76. **Deliberações:** Versão integral do ato societário disponível para acesso público no endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, na edição do mesmo dia desta publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Nicolas de Castro, Secretário e Advogado. OAB/PR 110.999. **JUCESP:** Certifico o registro em 15.4.24 sob o nº 1090080244. Protocolo SPJ2400077358. Maria Cristina Frei, Secretária-Geral.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.
CNPJ/ME nº 02.502.844/0001-66 - NIRE 35.300.155.181 - Companhia Aberta - Categoria "B"

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 5.4.24

Hora, data e local: Realizada às 9h de 5.4.24 na sede social da Companhia, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo. **Presenças**: Os Conselheiros da Companhia. **Mesa**: Daniel Rockenbach, Presidente; Nicolas de Castro, Secretário. **Ordem do dia: (i)** A unanimidade dos Conselheiros presentes deliberou e aprovou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2023, bem como o parecer dos auditores independentes BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA., os quais serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia na forma da lei; **(ii)** Apresentar como proposta a ser aprovada em Assembleia Geral de Ordinária de Acionistas da Companhia, a remuneração global da Administração (incluindo Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2024, o valor global máximo de até R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais). **(iii)** Apresentar como proposta a ser aprovada em Assembleia Geral de Ordinária de Acionistas da Companhia, a ratificação do aumento de capital da Companhia, através da integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, de 23 de maio de 2023, celebrado entre a Companhia e sua controladora, Rumo S.A., nos termos do Artigo 13, inciso "a" do Estatuto Social da Companhia, bem como homologar o referido aumento, por subscrição privada, no valor de R$ 1.500.000.000,00, mediante a emissão de 1.974.298.792.148 novas ações, divididas em 692.950.555.477 ações ordinárias e 1.281.348.236.671 ações preferenciais, ao preço de R$ 0,01 (um centavo) por ação, com base no artigo 170, II, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), tendo em vista o valor do patrimônio líquido da Companhia. **(iv)** Apresentar como proposta a ser aprovada em Assembleia Geral de Ordinária de Acionistas da Companhia, a ratificação do aumento de capital da Companhia, através da integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, de 19 de julho de 2023, celebrado entre a Companhia e sua controladora, Rumo S.A., nos termos do Artigo 13, inciso "a" do Estatuto Social da Companhia, bem como homologar o referido aumento, por subscrição privada, no valor de R$ 2.000.000.000,00, mediante a emissão de 2.650.488.093.943 novas ações, divididas em 930.283.300.728 ações ordinárias e 1.720.204.793.215 ações preferenciais, ao preço de R$ 0,01 (um centavo) por ação, com base no artigo 170, II, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), tendo em vista o valor do patrimônio líquido da Companhia. **Deliberações:** Versão integral do ato societário disponível para acesso público no endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, na edição do mesmo dia desta publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Nicolas de Castro, Secretário e Advogado. OAB/PR 110.999. **JUCESP:** Certifico o registro em 15.4.24, sob o nº 1090089247, protocolo nº SPJ2400077362. Maria Cristina Frei, Secretária-Geral.

Uma em cada dez famílias enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave

A insegurança alimentar moderada ou grave atingia 7,4 milhões de famílias brasileiras (ou 9,4% do total) no último trimestre de 2023. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira (25).

Segundo o IBGE, esses mais de 7 milhões de lares que convivem com a redução na quantidade de alimentos consumidos ou com a ruptura em seus padrões de alimentação abrigam 20,6 milhões de pessoas.

A metodologia da pesquisa envolve um questionário sobre a situação alimentar do domicílio nos 90 dias que antecederam a entrevista. "A gente não fala de pessoas individualmente, a gente fala de pessoas que vivem em domicílios que têm um grau de segurança ou insegurança alimentar", destaca o pesquisador do IBGE Andre Martins.

O domicílio é, então, classificado em quatro níveis, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. O grau segurança alimentar demonstra que aquela família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

De acordo com o IBGE, 56,7 milhões de famílias brasileiras (que reúnem 152 milhões de pessoas) encontram-se nessa situação.

O grau insegurança alimentar leve afeta 14,3 milhões de famílias (43,6 milhões de pessoas) e significa que há preocupação ou incerteza em relação aos alimentos no futuro, além de consumo de comida com qualidade inadequada de forma a não comprometer a quantidade de alimentos.

Já a insegurança alimentar moderada atinge 4,2 milhões de famílias (11,9 milhões de pessoas) e demonstra redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.

Por fim, a situação mais severa é a insegurança alimentar grave, que representa uma redução quantitativa de comida e ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. São 3,2 milhões de famílias, ou 8,7 milhões de pessoas, que se encontram nesse cenário.

Na comparação com o último levantamento sobre segurança alimentar, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada em 2017 e 2018, no entanto, houve uma melhora na situação.

O percentual de domicílios em situação de segurança alimentar subiu de 63,3% em 2017/2018 para 72,4% em 2023. Já aqueles que apresentavam insegurança alimentar moderada ou grave recuaram de 12,7% para 9,4%. A insegurança alimentar leve também caiu, de 24% para 18,2%.

"A gente teve todo um investimento em programas sociais, em programas de alimentação, principalmente esses programas de [transferência de] renda. Isso reflete diretamente na escala de insegurança alimentar, que responde bem a esse tipo de intervenção", afirma Martins. "A recuperação da renda, do trabalho também se reflete na segurança alimentar".

Outro indicador que provoca melhora da situação é a redução dos preços dos alimentos. Em 2023, por exemplo, os produtos alimentícios para consumo no domicílio tiveram queda de preços de 0,52%.

O pesquisador do IBGE Leonardo de Oliveira ressalta, no entanto, que não é possível atribuir apenas ao ano de 2023 o avanço ocorrido, uma vez que se passaram cinco anos entre a POF 2017/2018 e a Pnad Contínua do quarto trimestre de 2023. E não houve nenhuma pesquisa do IBGE sobre segurança alimentar entre essas duas.

"É importante ter em mente que esse movimento não são melhorias de um único ano. O resultado aqui é consequência de todos os movimentos da renda e movimentos de preço que aconteceram entre esses dois períodos", destaca Oliveira. "Esse resultado não é apenas do que aconteceu no último ano, embora coisas que tenham acontecido nesse último ano são importantes".

A situação de segurança alimentar, no entanto, ainda está inferior àquela observada no ano de 2013, quando o assunto foi abordado pela Pnad. Naquele ano, a segurança alimentar era garantida a 77,4% dos lares, enquanto a insegurança alimentar leve atingia 14,8% dos domicílios, a insegurança moderada, 4,6% e a insegurança grave, 3,2%. (Agência Brasil)

SUS terá sala de acolhimento para mulheres vítimas de violência

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na quinta-feira (25) o Projeto de Lei (PL) nº 2.221/2023, que prevê atendimento a mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Mais um instrumento de proteção física e emocional que resguarda a dignidade das mulheres vítimas de violência", escreveu Lula em seu perfil nas redes sociais. "O apoio às políticas públicas e ao SUS é fundamental", completou o presidente.

Durante a cerimônia de sanção, no Palácio do Planalto, em Brasília, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse que a pasta, agora, deve regulamentar a existência e o funcionamento das salas de acolhimento para que a lei seja cumprida.

Segundo a ministra, agora a pasta vai trabalhar com mais força para que, em todas as unidades básicas de saúde (UBS), na Saúde da Família, exista essa sala de acolhimento, para que todas as ofereçam acolhimento. "Que todos aqueles equipamentos conveniados ao SUS cumpram a lei, e a mulher e a menina vítimas de violência cheguem e possam ser acolhidas sem sofrer nenhum tipo de constrangimento – como a gente sabe que acontece" – completou Nísia Tindade.

"As pessoas têm que saber que, se elas forem vítimas de violência, terão acolhimento especial. E não é favor. É obrigação do Estado brasileiro cuidar das pessoas. É obrigação da prefeitura, dos postos de saúde, do governo do estado", afirmou Lula, durante a cerimônia.

Entenda

O Projeto de Lei nº 2.221/2023 foi aprovado pelo Senado no último dia 26 e seguiu para sanção presidencial. O texto garante salas de acolhimento exclusivas para mulheres vítimas de violência nos serviços de saúde conveniados ou próprios do SUS.

À época, a relatora do projeto, senadora Jussara Lima (PSD-PI), apresentou parecer favorável no plenário, destacando a importância de acolher e atender mulheres vítimas de violência de forma adequada, com privacidade e proteção à sua integridade física.

O texto muda trecho da Lei 8.080/1990, sobre serviços de saúde, na parte em que define diretrizes das ações e serviços públicos de saúde e dos serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS.

A diretriz a que se refere a exigência de salas de acolhimento trata do atendimento público específico e especializado com acompanhamento psicológico e outros serviços.

De iniciativa da deputada Iza Arruda (MDB-PE), o projeto inclui um parágrafo na Lei Orgânica de Saúde e restringe o acesso de terceiros não autorizados pela paciente, em especial do agressor, ao espaço físico onde ela estiver.

O parecer enfatiza que os serviços de saúde são fundamentais no acolhimento das mulheres logo após a violência, uma vez que é lá o local onde elas recebem o primeiro atendimento após agressão. (Agência Brasil)

Estado de SP terá de pagar R$ 750 mil por abordagem policial racista

A Justiça de São Paulo condenou o governo estadual a pagar R$ 750 mil de indenização pelo tratamento discriminatório de policiais contra pessoas que participaram de uma edição da Caminhada São Paulo Negra, em 2020, nos bairros da Liberdade e do Bixiga, na capital paulista. A atividade, existente até hoje, consiste em completar um percurso que passa por diversas referências da população negra.

O caso foi aberto após a Defensoria Pública de São Paulo ajuizar uma ação coletiva. O valor da indenização será revertido para um fundo que beneficia a população negra, por meio de projetos culturais e turísticos, medida prevista na Lei Federal nº 7.347/1985.

Em nota, a Defensoria Pública relata que o grupo que fazia a caminhada, em outubro de 2020, contava com 14 pessoas e foi seguido por policiais militares, ao longo de três horas. A corporação alegou que o acompanhamento se justificava pelas regras de distanciamento em vigor no auge da pandemia de covid-19, já que aglomerações facilitariam a transmissão do vírus

"A discriminação ficou patente quando o grupo cruzou com aglomerações maiores no caminho, formadas em razão do período de campanha eleitoral, sem que a polícia se importasse com esses outros grupos, mesmo que maiores do que o grupo visado", acrescenta a nota da Defensoria Pública.

Na decisão, o juiz Fausto Dalmaschio Ferreira, da 11ª Vara de Fazenda Pública, afirmou que "a conduta do Estado representou atitude discriminatória, com contornos nítidos de racismo institucional, em desfavor de um grupo de turismo particular que se propunha, ostensivamente, a expor a história e cultura negra e sua tentativa de apagamento no centro de São Paulo".

A Procuradoria-Geral do Estado informou à reportagem que o processo está sob análise. (Agência Brasil)

Zanin acata pedido do governo e suspende desoneração da folha

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin concedeu no final da tarde da quinta-feira, liminar para suspender a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios.

A decisão do ministro foi motivada por uma ação protocolada na quarta-feira (24) pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Na decisão, o ministro entendeu que a aprovação de desoneração pelo Congresso não indicou o impacto financeiro nas contas públicas.

"O quadro fático apresentado, inclusive com a edição de subsequentes medidas provisórias com o objetivo de reduzir o desequilíbrio das contas públicas indicam, neste juízo preliminar, que há urgência em se evitar verdadeiro desajuste fiscal de proporções bilionárias e de difícil saneamento caso o controle venha a ser feito apenas ao final do julgamento de mérito", justificou Zanin.

A liminar proferida pelo ministro deverá ser referendada pelo plenário virtual da Corte. A sessão terá início à meia-noite e vai até o dia 6 de maio.

Na ação protocolada no STF, a AGU sustentou que a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

A ação também contestou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Editada no final do ano passado pelo governo federal, a medida restabeleceu de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado pelo presidente Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto. (Agência Brasil)

Venda de ingressos para a São Paulo Grand Prix Official Party tem inicio

A segunda edição da São Paulo Grand Prix Official Party powered by Posh Club, a festa oficial do GP de São Paulo de Fórmula 1, já tem data: 1 e 2 de novembro na capital paulista.

Mais uma vez, a assinatura é da Posh Club, conhecida por produzir performances emblemáticas em suas noites exclusivas, o clube é sinônimo de sofisticação e bom gosto, como demonstrou na organização das duas festas oficiais da São Paulo Grand Prix Official Party no ano passado. Na quinta-feira, 25 de abril, ao meio-dia, começou a venda de ingressos para a festa deste ano no site oficial de vendas da Posh.

A Posh Club, do Grupo All, funciona em Florianópolis, exclusivamente, durante o verão e nos últimos anos vem realizando edições singulares em destinos internacionais como Ibiza, Londres, Miami, Mônaco, Paris e St. Tropez.

Foto/ LAT Photo

Pietro *Fittipaldi testando*

"Foi uma parceria de sucesso. Neste ano vamos trabalhar para fazer uma entrega ainda melhor, sempre muito atento aos detalhes e a qualidade que o GP São Paulo e a Posh exigem", ressalta André Sada, fundador e sócio da Posh Club.

"É uma grande satisfação, mais uma vez, realizar essa parceria. O GP São Paulo quer sempre proporcionar entretenimento de qualidade para o público, e a festa da Posh vem se firmando como uma das grandes atrações", comenta Alan Adler, CEO do GP São Paulo.

As atrações e o local da São Paulo Grand Prix Official Party powered by Posh Club serão anunciados futuramente.

O GP São Paulo de F1 é o principal evento recorrente do calendário esportivo brasileiro. Uma das etapas do Campeonato Mundial de pilotos e construtores, acontece anualmente no Autódromo de Interlagos, na cidade de São Paulo. A última edição reuniu público de 267 mil pessoas no autódromo nos três dias de evento e injetou mais de R$1,64 bilhão na economia local, além de proporcionar cerca de 17 mil empregos. Transmitido ao vivo para mais de 180 países, gera US$ 439 milhões em retorno de mídia para a cidade de São Paulo. Além de proporcionar entretenimento de qualidade, o GP São Paulo de F1 coloca à disposição de seus parceiros uma poderosa plataforma para divulgação de marcas e para relacionamento. Em total alinhamento com as diretrizes da F1, o GP São Paulo é agente disseminador da cultura da sustentabilidade ambiental, do respeito à diversidade e da inclusão social.

Sérgio Sette está em Mônaco para a 8ª etapa do Mundial de Fórmula-E

Piloto brasileiro está confiante em mais um bom resultado na competição

Foto/ ERT Formula-E Team

Nas mais charmosas e tradicionais ruas do automobilismo o Campeonato Mundial de Fórmula-E chega à sua oitava etapa do calendário com o e-Prix de Mônaco. No mesmo traçado usado historicamente pela F-1 os pilotos e máquinas da competição irão cruzar as ruas de Monte Carlo a mais de 300 km/h.

Vindo de uma temporada de crescimento junto à equipe ERT Formula-E o brasileiro Sérgio Sette Câmara está animado para a corrida que irá concluir a primeira metade do Campeonato. Depois de um comemorado sexto lugar na corrida de Misano (ITA), disputada há duas semanas, o piloto de Belo Horizonte acredita que a pista de Mônaco reúne características ainda mais favoráveis ao carro de sua equipe.

A pista de Mônaco, muito conhecida por todos os pilotos e dos amantes da velocidade, é exatamente a mesma utilizada nas corridas da F-1. Com um total de 3.337 metros de extensão o traçado conta com 19 curvas e se encaixa como uma luva para o formato das disputas da Fórmula-E. Em 2023, quando a equipe ainda se chamava NIO333 Racing, Sette Câmara foi muito bem na sessão classificatória e conseguiu seguir para a fase semi-final dos duelos.

"Estou feliz de voltar à Mônaco num momento de crescimento na temporada. Estamos animados com as melhorias que conquistamos nas últimas etapas e nosso foco será a confiabilidade do nosso conjunto também para a corrida, já que nas classificações conseguimos evoluir bastante", analisou o piloto de 25 anos.

A programação do e-Prix de Mônaco será toda desenvolvida ao longo deste sábado, dia 27 de abril. Os treinos livres e a classificação serão transmitidos pelo Band Sports e no YouTube pelo canal Grande Prêmio. A corrida terá sua transmissão na Band (aberta), e, também, no YouTube do Grande Prêmio.

Copa Brasil de Kart vai selecionar campeões da OK Júnior e OK FIA para representar o país no FIA Motorsport Games em outubro

Vencedores integrarão a delegação brasileira nas "olimpíadas" do automobilismo, que acontecerão em Valência, e receberão como prêmio da CBA a isenção na taxa de inscrição

Foto/Divulgação

Gabriel *Koenigkan conquistou medalha para o Brasil na última edição dos jogos*

Vencer a Copa Brasil de Kart, segunda maior competição da modalidade no país, já é o sonho de qualquer piloto, mas ter a chance de sair da disputa com uma vaga para representar o Brasil no FIA Motorsport Games é ainda mais especial.

Pois este será um incentivo a mais para os pilotos que disputarão a 25ª Copa Brasil de Kart, em julho, no Circuito Internacional Paladino, no Conde/PB, nas categorias OK FIA Júnior e OK FIA.

Os vencedores serão premiados pela Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) com vagas para a 3ª edição do FIA Motorsport Games, que será realizada entre os dias 23 e 27 de outubro, em Valência, na Espanha. Além disso, a entidade também custeará o valor de suas inscrições para a participação no evento.

Considerada as "olimpíadas" do automobilismo, na edição passada o Brasil já brilhou no kart e teve Gabriel Koenigkan trazendo uma medalha de prata na categoria Júnior.

Seguindo os critérios do FIA Motorsport Games, o campeão da OK Júnior ficará com uma vaga na categoria Sprint Júnior, onde são aceitos pilotos de 12 a 14 anos (completados em 2024). Já o campeão da OK FIA estará classificado para a Sprint Sênior (são elegíveis os pilotos que completam 15 anos em 2024 e acima). Mais detalhes sobre o regulamento podem ser encontrados no link: https://www.fia.com/sites/default/files/fiamsg2024_sporting_regulations_karting_sprint_0.pdf

Como em 2022, quando a disputa foi realizada na França, a CBA prepara-se para levar mais uma vez uma delegação nacional para a competição em diversas categorias, seguindo os critérios de classificação para cada uma delas. Em breve, a entidade anunciará mais detalhes sobre a equipe brasileira.

Na edição francesa, o Brasil contou com 11 competidores, que estiveram em ação por nove disciplinas diferentes, disputando medalhas de ouro, prata e bronze para o país.

Em 2024, além da Sprint Júnior e Sprint Sênior, o kart ainda terá as disputas das categorias Endurance e Kart Mini. O FIA Motorsport Games também engloba competições de Fórmula 4, GT, Turismo, Truck, Drifting, Rally, Off Road, E-sports, entre outras. Para saber mais acesse: https://www.fiamotorsportgames.com/

Inscrições abertas para a Copa Brasil de Kart

Para concorrer às vagas no FIA Motorsport Games e disputar a 25ª Copa Brasil de Kart, os kartistas já podem realizar suas inscrições no link:

https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/copa-brasil-de-kart-2024-25o-copa-brasil-de-kart-2024. Mais informações: www.cba.org.br

Família Fest Vôlei 2024 define campeãs em clima de muita alegria e esporte

Evento repetiu o sucesso da edição anterior com muita diversão e alegria

Em um domingo de muito calor em São Paulo, cerca de 90 jogadoras trocaram descanso pelo esporte. Mais do que isso, optaram pela confraternização pelo vôlei e o benefício que a prática esportiva propicia, além de reforçar o empoderamento feminino. A edição 2024 do Família Fest Vôlei, realizado no Nacional Atlético Clube, no dia 21, fez jus ao seu nome, reunindo uma grande família de apaixonadas pela modalidade e por estarem compartilhando desse momento único.

O evento foi uma realização da Prefeitura de São Paulo, pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de São Paulo (SEME) e do Instituto Família do Esporte, com apoio da Federação Paulista de Esporte Fitness – FPEFIT. E foi possível em razão da emenda parlamentar do Vereador Fernando Holiday.

A clima de amizade pode ser sentido já na chegada das jogadoras, todas acima de 18 anos e da categoria Iniciantes, das seis equipes participantes - Pérolas do Vôlei, Divas do Vôlei, Eh Nooossa, Sunday Star Gaia e Supremacia Feminina. Aliás, esse é mais um diferencial do evento, que não se preocupa com o físico de suas participantes, mas tem o foco justamente no trabalho em equipe e na inclusão.

Apesar do espírito de confraternização, todo mundo que fazer bonito e buscar os títulos do Família Fest Vôlei. Após a fase classificatória, as três finais tiveram as seguintes vencedoras. Final Bronze– Supremacia Feminina 11 x 25 Eh Nooossa, e os destaques foram Marcia Romero (Supremacia Feminina) e Thais Berto (Eh Nooossa); Final Prata – Pérolas do Vôlei 18X 25 Divas do Vôlei, e os destaques foram Roberta Chon (Pérolas do vôlei) e Viviane Manzano (Divas do Vôlei); e Final Ouro – Sunday Stars 28 x 26 Gaia Volei Master, com destaque para Raquel Nader (Sunday Stars) e Andrea Palácios (Gaia Vôlei Master).

Torcida Solidária

Sucesso também foi a ação da Torcida Solidaria, com mais de 1.300 itens doados pelas nossas atletas participantes. A gincana de doação proporcionou uma importante ajuda para a as entidades atendidas, a ONG Formiga Cidadã e a ONG Portal da Caridade. A Gaia Vôlei Máster foi a vencedora, seguida pela Eh Nooossa e Divas do Vôlei.

O Família Fest Vôlei foi uma realização da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de São Paulo (SEME) e do Instituto Família do Esporte com apoio da Federação Paulista de Esporte Fitness – FPEFIT.

Campos do Jordão recebe a primeira etapa do Desafio das Serras 2024

Etapa será no dia 5 de maio, no Parque Estadual Campos do Jordão

O Desafio das Serra, o maior circuito de corridas de montanha do país, terá o início da temporada 2024 no dia 5 de maio. O local escolhido é o Parque Campos do Jordão, que receberá o evento mais uma vez corredores de todo o estado para os desafios de 7, 11, 23 e 42 km por trilhas e estradas da região. Será a primeira das três programadas para este ano, ao lado da Serra de Itatiaia (4 de agosto) e Serra da Bocaina (8 de setembro). O calendário ainda inclui a o Desafio das Serra Ultramaratona, nos dias 3 e 4 de agosto, na Serra de Itatiaia, com percursos de 100 e 50 km. O evento é uma realização do Adventure Club.

A programação da primeira etapa começará no dia 2 de maio, com a entrega de kits em São Paulo, das 10h às 19h, com a entrega de kits na loja Track & Field de São Paulo, na Rua Bueno Brandão, 68, na Vila Nova Conceição. No dia 4, sábado, a entrega será loja Track & Field de Campos do Jordão, na Avenida Macedo Soares, 262, no Capivari, das 10h às 19h.

No domingo, dia 5, a concentração será no Parque Estadual Campos do Jordão, na Avenida Pedro Paulo, s/n, Horto Florestal, com referência no Restaurante Prato da Floresta. A programação de largadas é a seguinte: 7h, 42 km; 23 km, 7h30, 11 km, 8h, e 7 km, 8h30. O estacionamento no parque tem custo de R$ 30,00.

O Desafio das Serras é realizado em um dia e reúne atletas somente da categoria Solo, que podem escolher entre os quatro percursos, todos demarcados pela organização para fazer com que os participantes façam as quilometragens corretas. Já o Desafio das Serras Ultramaratona, por sua vez, acontece em dois dias. O percurso médio variando de 40 a 50 km e o longo de 80 a 100 km, feito por duplas ou solo. Os participantes cumprem metade dos percursos em um dia, dormem em um acampamento na montanha e completam no dia seguinte.

Foto/Divulgação

As corridas de montanha foram criadas para unir o esporte e a natureza, promovendo a saúde, lazer, os princípios da proteção ambiental e o desenvolvimento humano. Ela pode ser realizada em trilhas, terrenos irregulares e diversos cenários que estão fora do centro urbano, sendo assim, é um esporte de mudança e que possui imprevisibilidade, pois não é uma prática linear!

O Desafio das Serras Campos do Jordão é uma realização do Adventure Club, com apoio da Lei de Incentivo ao Esporte, Secretaria Especial do Esporte, Ministério da Cidadania e Governo Federal. O patrocínio é da Sabesp, Grupo Feital, Singulare, Track & Field e TFSports, com apoio de Valtra, RUD, Emana,cToledo do Brasil, Mitsubishi Motors, NTK e Bodiheat. O apoio institucional é de Urbanes Parques, Parque Estadual Campos do Jordão e Fundação Florestal. Mais informações no site https://adventurecamp.com.br